

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

JOÃO RENATO DOS SANTOS JUNIOR

**TOPONÍMIA EM LIBRAS: A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA
PROPOSTA DIDÁTICA BILÍNGUE PARA O ENSINO DE SURDOS**

CÁCERES

2025

JOÃO RENATO DOS SANTOS JUNIOR

TOPONÍMIA EM LIBRAS: A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA PROPOSTA
DIDÁTICA BILÍNGUE PARA O ENSINO DE SURDOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Alexandre Melo de Sousa

CÁCERES

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

J95t Junior, João Renato Dos Santos.

Toponímia em Libras: A Construção Colaborativa de uma
Proposta Didática Bilíngue para o Ensino de Surdos / João Renato
Dos Santos Junior. - Cáceres, 2025.

132f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Doutorado
Acadêmico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".

Orientador: Alexandre Melo de Sousa.

1. Toponímia em Libras. 2. Educação Bilíngue de Surdos. 3.
Interdisciplinaridade; Linguística Aplicada. I. Sousa, Alexandre
Melo de. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81

JOÃO RENATO DOS SANTOS JUNIOR

TOPONÍMIA EM LIBRAS: A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA PROPOSTA
DIDÁTICA BILÍNGUE PARA O ENSINO DE SURDOS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa
Presidente/Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Bárbara Cristina Gallardo
Examinadora Interna – PPGL/ UNEMAT

Prof. Dr. Rodrigo Santana Silva
Examinadora Interna – PPGL/ UNEMAT

Profa. Dra. Liliane Lemos Santana Barreiros
Examinadora Externa – UEFS

Profa. Dra. Rosane Garcia
Examinadora Externa – UFAC

APROVADA EM: 29/09/2025.

Nota do Autor

A presente tese é de autoria de João Renato dos Santos Junior, pesquisador surdo. Tendo em vista que o português escrito é sua segunda língua, o texto passou por revisão de português acadêmico, além do uso de aplicativos voltados à adequação lexical e ortogramatical, a fim de assegurar a conformidade com os padrões da escrita científica.

AGRADECIMENTOS

A escrita preliminar desta tese não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais expresso minha profunda gratidão.

À minha família, base sólida e fonte constante de inspiração, agradeço por todo o amor e apoio. Em especial, ao meu esposo Israel Queiroz de Lima, por estar sempre ao meu lado, com paciência, incentivo e compreensão incondicional em cada etapa dessa jornada acadêmica.

À Universidade Federal do Acre (UFAC), minha instituição de origem, agradeço a liberação das minhas atividades laborais, o que possibilitou minha dedicação integral ao doutorado.

Ao meu orientador, professor Dr. Alexandre Melo de Sousa, registro meu sincero agradecimento pela acessibilidade, orientação atenta e apoio constante. Suas orientações em Libras e suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), agradeço a acolhida e por proporcionar um ambiente de formação acadêmica tão rico. Minha gratidão especial à coordenação, aos professores e professoras do programa, pelos conhecimentos generosamente compartilhados e pela empatia demonstrada nos momentos em que, por razões de saúde, precisei realizar atividades de forma remota.

À banca examinadora de qualificação – professora Dra. Liliane lemos Santana Barreiros e professora Dra. Bárbara Cristina Gallardo, agradeço a leitura atenta da minha proposta de pesquisa e pelas valiosas sugestões que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste trabalho. Aproveito para agradecer, também, à banca de defesa final pela disponibilidade e disposição pela avaliação do texto final.

A todos e todas que, direta ou indiretamente, caminharam comigo neste percurso, minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito da Linguística Aplicada, na linha de pesquisa "Estudos de Processos de Práticas Sociais da Linguagem" do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), tem por objetivo analisar em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, para o ensino da Toponímia, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos. Parte-se da pergunta: Em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas para o ensino de Toponímia que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos? O estudo é fundamentado por Rajagopalan (2003, 2006), Moita Lopes (1996, 2006), Fazenda (1999; 2015) e Sousa (2019, 2022), articulando contribuições da Linguística Aplicada, educação bilíngue, toponímia e interdisciplinaridade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa-ação com a participação de quatro professores surdos (dois homens e duas mulheres) de Rio Branco, Acre. Inicialmente, foi apresentada uma proposta didática envolvendo a toponímia em Libras numa perspectiva interdisciplinar, a qual passou por oficinas, discussões e processos colaborativos de aprimoramento. Os resultados indicam que a reescrita final da proposta incorporou práticas que fortaleceram o protagonismo e a autonomia docente surda, articulou a interdisciplinaridade com pressupostos da Linguística Aplicada crítica, e incluiu elementos visuais e culturais próprios da comunidade surda. Constatou-se que a colaboração entre pares surdos e o planejamento bilíngue ampliam as possibilidades de construção de propostas pedagógicas mais significativas e contextualizadas para o ensino de Toponímia, além de contribuir para práticas educativas mais inclusivas e culturalmente sensíveis. Conclui-se que processos colaborativos de planejamento, quando centrados nos saberes e experiências de docentes surdos, constituem caminhos potentes para o fortalecimento da educação bilíngue e para a valorização da Libras como língua de instrução.

Palavras-chave: Toponímia em Libras; Educação Bilíngue de Surdos; Interdisciplinaridade; Linguística Aplicada.

ABSTRACT

This research, developed within the field of Applied Linguistics, in the research line "Studies of Social Language Practice Processes" of the Graduate Program in Linguistics (PPGL), aims to analyze to what extent the planning carried out by deaf teachers for the teaching of Toponymy, in a collaborative and bilingual perspective, influences the development of pedagogical proposals that take into account the linguistic, cultural, and didactic-methodological aspects of Deaf Education. The guiding research question is: To what extent does the planning of the work of deaf teachers, conducted in a collaborative and bilingual perspective, influence the development of pedagogical proposals for the teaching of Toponymy that consider the linguistic, cultural, and didactic-methodological aspects of Deaf Education? The study is grounded in Rajagopalan (2003, 2006), Moita Lopes (1996, 2006), Fazenda (1999; 2015), and Sousa (2019, 2022), articulating contributions from Applied Linguistics, bilingual education, toponymy, and interdisciplinarity. Methodologically, it is an action research project involving four deaf teachers (two men and two women) from Rio Branco, Acre. Initially, a didactic proposal involving toponymy in Brazilian Sign Language (Libras) from an interdisciplinary perspective was presented, which underwent workshops, discussions, and collaborative refinement processes. The results indicate that the final rewritten proposal incorporated practices that strengthened deaf teachers' protagonism and autonomy, articulated interdisciplinarity with the principles of critical Applied Linguistics, and included visual and cultural elements specific to the Deaf community. It was found that collaboration among deaf peers and bilingual planning enhance the possibilities for creating more meaningful and contextualized pedagogical proposals for the teaching of Toponymy, as well as contribute to more inclusive and culturally responsive educational practices. It is concluded that collaborative planning processes, when centered on the knowledge and experiences of deaf teachers, represent powerful pathways for strengthening bilingual education and for valuing Libras as a language of instruction.

Keywords: Toponymy in Libras; Bilingual Deaf Education; Interdisciplinarity; Applied Linguistics.

RESUMO EM LIBRAS



LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Onomástica e interdisciplinaridade	25
Figura 2	Ficha lexicográfico-toponímica	30
Figura 3	Estrutura do sinais toponímicos	31
Figura 4	Estrutura do termo específico (sinal toponímico)	32
Figura 5	Sinais toponímicos e iconicidade	33
Figura 6	Ficha lexicográfico-toponímica de Feira de Santana	36
Figura 7	Ficha lexicográfico-toponímica de Tocantins	37
Figura 8	Sinal BRASILEIA	40
Figura 9	Sinal MÂNCIO LIMA	41
Figura 10	Toponímia e ensino (bilíngue)	59
Figura 11	Inventários de Libras	62
Figura 12	Logomarca do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre	63
Figura 13	Inventário de Libras de Rio Branco (Grupo 1)	64
Figura 14	Inventário de Libras de Rio Branco (Grupo 2)	65
Figura 15	Inventário de Libras de Rio Branco (Grupo 3)	65
Figura 16	Captação de entrevistas do Inventário de Libras	66
Figura 17	Equipe do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre	68
Figura 18	Pesquisadores (entrevistadores) surdos	68
Figura 19	Pesquisa-ação: movimento cíclico	74
Figura 20	O que é toponímia?	78
Figura 21	Mapa do Acre	78
Figura 22	Entrevistas do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre	79
Figura 23	Atividade localização dos municípios	80
Figura 24	Introdução da oficina	83
Figura 25	Apresentação da proposta didática	85
Figura 26	Explorando o mapa do Acre	88
Figura 27	Analisando os sinais	89
Figura 28	Debatendo sobre estratos linguísticos	89
Figura 29	Dupla 1 elaborando as sugestões	90
Figura 30	Dupla 2 apresentando as sugestões	90
Figura 31	Etapas da pesquisa-ação	92
Figura 32	Apresentação: O que é toponímia?	97
Figura 33	Mapa do Acre: municípios	99
Figura 34	Atividade localização dos municípios	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Taxionomias de Dick (Primeira parte)	26
Quadro 1	Taxionomias de Dick (Segunda parte)	27
Quadro 3	Participantes do Inventário	64
Quadro 4	Perfil dos participantes	73
Quadro 5	Sinais toponímicos dos municípios acreanos	79
Quadro 6	Ações 1	96
Quadro 7	Sinal ACRE	97
Quadro 8	Ações 2	98
Quadro 9	Ações 3	100
Quadro 10	Quiz	101
Quadro 11	Ações 4	103
Quadro 12	Links dos Sinais toponímicos dos municípios acreanos	104
Quadro 13	Ações 5	105
Quadro 14	Ações 6	106
Quadro 15	Ações 7	109
Quadro 16	Ações de avaliação	111

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL: AVANÇOS E PERSPECTIVAS	15
1.1	Educação de surdos: dispositivos legais	16
1.2	Educação de surdos: o protagonismo surdo	19
1.3	Educação de surdos: pedagogia visual	21
2	TOPONÍMIA EM LIBRAS, ENSINO E INTERRELAÇÕES	25
2.1	A Onomástica e a Toponímia	25
2.2	Toponímia em Libras	28
2.3	Toponímia em Libras: iconicidade e empréstimos	39
2.4	Linguística aplicada, interdisciplinaridade e toponímia	42
3	PESQUISAS QUE ABORDAM A ONOMÁSTICA/TOPONÍMIA E ENSINO	48
3.1	Toponímia e ensino: o estudo inaugural	49
3.2	Toponímia, ensino e interdisciplinaridade em sala de aula	50
3.3	Onomástica/Toponímia e ensino em pesquisas internacionais	56
3.4	Toponímia em Libras e ensino: estudos	57
4	O INVENTÁRIO DE LIBRAS DE RIO BRANCO, ACRE	62
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
5.1	Etapas da pesquisa	72
5.2	Características da pesquisa-ação	74
6	A PROPOSTA DIDÁTICA TOPONÍMICA: PRIMEIRA VERSÃO	76
6.1	Etapas da proposta didática	77
6.1.1	<i>Primeira etapa – Sensibilização e Introdução ao Tema</i>	<i>77</i>
6.1.2	<i>Segunda etapa – Conhecimento dos Sinais Toponímicos em Libras</i>	<i>78</i>
6.1.3	<i>Terceira etapa – Investigação Toponímica e Pesquisa de Campo</i>	<i>80</i>
6.1.4	<i>Quarta etapa – Articulação Interdisciplinar</i>	<i>80</i>
6.1.5	<i>Quinta etapa – Produção Final e Divulgação</i>	<i>81</i>
6.1.6	<i>Sexta etapa – Etapa de avaliação</i>	<i>81</i>
7	PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUÇÃO COLABORATIVA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS COM FOCO NA TOPONÍMIA EM LIBRAS	82
7.1	Oficinas de análise da primeira versão da proposta didática	82
7.1.1	<i>Primeiro momento</i>	<i>82</i>
7.1.2	<i>Segundo momento</i>	<i>84</i>
7.1.3	<i>Terceiro momento</i>	<i>87</i>
7.1.4	<i>Quarto momento</i>	<i>91</i>
7.1.5	<i>Proposta didática (versão final)</i>	<i>94</i>
7.1.5.1	<i>Primeira etapa – Sensibilização e Introdução ao Tema</i>	<i>95</i>
7.1.5.2	<i>Segunda etapa – Conhecimento dos Sinais Toponímicos em Libras</i>	<i>102</i>

7.1.5.3	Terceira etapa – Investigação Toponímica e Pesquisa de Campo	105
7.1.5.4	Quarta etapa – Articulação Interdisciplinar	107
7.1.5.5	Quinta etapa – Produção Final e Divulgação	110
7.1.5.6	Sexta etapa – Avaliação	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
	ANEXO I	125
	ANEXO II	128

INTRODUÇÃO

Meu nome é João Renato dos Santos Junior e sou uma pessoa surda. Minha trajetória educacional foi marcada por inúmeros desafios, tanto linguísticos quanto sociais. Iniciei minha vida escolar no período em que predominava a abordagem da Comunicação Total, marcada por uma ausência significativa de acessibilidade comunicacional, o que dificultava profundamente minha compreensão e participação nas atividades escolares. Foi apenas no Ensino Médio, com a presença de Tradutores e Intérpretes de Libras (TILSP), que experimentei, ainda que de forma limitada, um avanço na acessibilidade às aulas. Apesar das barreiras enfrentadas, consegui concluir minha graduação em Letras – Inglês e, posteriormente, ingressei como professor efetivo de Linguística Aplicada à Libras na Universidade Federal do Acre (UFAC). Também concluí o Mestrado em Educação, uma conquista que só foi possível porque minha produção teórica foi avaliada com respeito à Libras como primeira língua e ao português como segunda língua, conforme previsto para pessoas surdas bilíngues.

Na Ufac, tive a oportunidade de integrar o projeto *Inventário de Libras da Região de Rio Branco – Acre* (ILRB), coordenado pelo professor Dr. Alexandre Melo de Sousa. Essa participação foi um marco em minha trajetória acadêmica e pessoal, pois me possibilitou reconhecer a riqueza linguística e cultural dos sinais toponímicos em Libras utilizados por sujeitos surdos para nomear os municípios acreanos. Percebi ali um campo fértil para a realização de estudos aplicados e de relevância direta para a comunidade surda local, sobretudo no que se refere à valorização da Libras como língua de identidade e de conhecimento.

Dessa vivência e dos inúmeros diálogos acadêmicos com o professor Alexandre Sousa em projetos anteriores, nasceu a ideia desta tese, que se volta ao ensino da toponímia em Libras. A pesquisa parte da seguinte pergunta norteadora: Em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas para o ensino de Toponímia que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos? A pesquisa tem como objetivo principal analisar em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, para o ensino da Toponímia, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos.

Para atender a esse objetivo maior, delineamos os seguintes objetivos específicos:

a) Discorrer sobre os fundamentos teóricos da toponímia em Libras e sua relação com a cultura e identidade surda;

b) Problematicar a perspectiva da colaboração no planejamento do trabalho docente e da Educação Bilingue de Surdos.

c) analisar o processo de construção e reformulação de propostas didático-metodológicas, que considerem os aspectos linguísticos e culturais para a educação de surdos.

A proposta didática aqui apresentada, discutida e reformulada com a participação de 4 docentes (2 homens e 2 mulheres) surdos, com experiência na educação de surdos na cidade de Rio Branco. Os participantes integraram o projeto Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre. O foco dessa proposta está na valorização da Libras como língua de instrução e do português escrito como segunda língua, conforme os princípios da Lei nº 14.191/2021, que define a educação bilíngue de surdos como modalidade que respeita e promove a língua e a cultura surda.

Os resultados da análise da proposta pedagógica (primeira versão) pretendem fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico, linguístico, histórico, geográfico e cultural de alunos surdos por meio da investigação toponímica dos sinais em Libras dos municípios do Acre, promovendo a valorização da identidade surda, da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda língua.

Partimos das seguintes hipóteses:

- a) a construção colaborativa com docentes surdos possibilita a criação de propostas didáticas mais alinhadas às necessidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos;
- b) a toponímia em Libras, quando explorada de forma bilíngue e contextualizada, favorece o protagonismo surdo e fortalece a identidade cultural dos alunos.
- c) a reformulação de propostas didáticas a partir da escuta e participação ativa de docentes surdos contribui para práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes na educação bilíngue.

Defendemos a tese de que a construção colaborativa de propostas didáticas com docentes surdos constitui uma estratégia pedagógica potente para o ensino de toponímia em Libras, pois promove o protagonismo surdo, valoriza os saberes da comunidade surda e possibilita práticas mais coerentes com a educação bilíngue, contribuindo para o fortalecimento da identidade surda e da aprendizagem linguística dos estudantes.

A presente pesquisa adota a pesquisa-ação como abordagem metodológica por seu potencial transformador e participativo, especialmente adequado às demandas de contextos educacionais que visam à inclusão, à valorização da diversidade linguística e à construção coletiva do conhecimento.

Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação é um tipo de investigação que se desenvolve a partir de um problema real identificado em um determinado contexto, envolvendo a participação ativa dos sujeitos diretamente ligados a esse problema, com o objetivo de promover mudanças na realidade estudada. Essa característica se alinha profundamente com os pressupostos da educação bilíngue de surdos, que defende o protagonismo da comunidade surda na construção de práticas pedagógicas significativas, culturalmente situadas e linguisticamente adequadas.

Ao desenvolver uma proposta didática para o ensino de toponímia em Libras, esta pesquisa reconhece que a simples produção de materiais e atividades por um pesquisador ouvinte (ou mesmo surdo, isoladamente) não garante a efetividade pedagógica ou a representatividade cultural esperadas. A participação de docentes surdos como coautores do processo investigativo permite não apenas a validação da proposta à luz da experiência docente e cultural surda, mas também a construção de uma prática educativa que rompe com a lógica da imposição curricular e metodológica alheia à realidade surda.

Assim, a escolha pela pesquisa-ação se justifica por: a) sua natureza colaborativa, que possibilita a escuta, valorização e integração dos saberes dos docentes surdos no processo de construção e reformulação da proposta didática; b) seu compromisso com a transformação social e educacional, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas, bilíngues e contextualizadas; c) sua adequação ao campo da educação, particularmente em contextos onde o conhecimento precisa ser reconstruído em parceria com os sujeitos da prática; d) seu alinhamento com princípios da pedagogia surda, que defende uma abordagem interdisciplinar, crítica, dialógica e libertadora do ensino.

Dessa forma, a pesquisa-ação não apenas fornece um caminho metodológico para a investigação, mas também um posicionamento ético e político diante da necessidade de superar práticas educativas excludentes e dar centralidade à cultura, à língua e à identidade surda na construção do conhecimento escolar.

A escolha pela pesquisa-ação como abordagem metodológica dialoga diretamente com os pressupostos da Linguística Aplicada e, em especial, com a linha de pesquisa “Estudo de Processos de Práticas Sociais da Linguagem”. Ao considerar a linguagem como prática social e historicamente situada, a pesquisa-ação possibilita a articulação entre teoria e prática, promovendo a escuta ativa dos sujeitos envolvidos e valorizando seus saberes na construção colaborativa de propostas pedagógicas. Essa abordagem se mostra especialmente pertinente em contextos educacionais bilíngues de surdos, nos quais o protagonismo dos sujeitos são

fundamentais para a construção de práticas linguísticas, culturais e educativas mais justas, inclusivas e representativas.

Ressaltamos a importância do presente estudo por três razões principais: do ponto de vista científico, amplia-se o campo dos estudos toponímicos em Libras, integrando-os à linguística aplicada e à pedagogia bilíngue; do ponto de vista social, a proposta reafirma a centralidade do sujeito surdo no processo de construção do conhecimento, fortalecendo sua agência como pesquisador e protagonista no contexto escolar. E do ponto de vista cultural, este trabalho contribui para a valorização dos saberes visuais da comunidade surda, reconhecendo os processos identitários envolvidos na nomeação dos espaços geográficos por meio da Libras a partir do trabalho colaborativo de professores e professoras surdas, atuantes na educação de surdos da cidade de Rio Branco, Acre. Portanto, a tese propõe a valorização de um trabalho colaborativo com profissionais surdos que buscam o ensino inclusivo, representativo e profundamente enraizado na realidade e nas potencialidades dos alunos surdos acreanos.

A tese está estruturada em sete capítulos, além da introdução, das considerações finais, das referências e dos anexos. No primeiro capítulo, apresenta-se um panorama da educação bilíngue de surdos no Brasil, enfatizando seus avanços, perspectivas e desafios. São discutidos os dispositivos legais que orientam essa modalidade educacional, o protagonismo surdo na luta por reconhecimento linguístico e pedagógico e, por fim, os fundamentos da pedagogia visual, que sustenta práticas de ensino centradas na experiência visual e na Libras como primeira língua. O segundo capítulo volta-se à Toponímia em Libras, seu ensino e suas interrelações, contextualizando os campos da Onomástica e da Toponímia, apresentando a produção toponímica na Libras e suas relações com a iconicidade e os empréstimos linguísticos, além de discutir a Linguística Aplicada e o caráter interdisciplinar que permeia o estudo dos nomes próprios no contexto educacional.

O terceiro capítulo reúne e analisa pesquisas que abordam a Onomástica e a Toponímia no ensino, tanto em âmbito nacional quanto internacional, destacando os estudos que aproximam esses campos da prática pedagógica e, especificamente, do ensino de Libras. O quarto capítulo apresenta o Inventário de Libras de Rio Branco (Acre), que constitui a base empírica da investigação. O quinto capítulo descreve os procedimentos metodológicos, com ênfase nas etapas e nas características da pesquisa-ação adotada. O sexto capítulo expõe a primeira versão da proposta didática toponímica, detalhando suas etapas, desde a sensibilização até a avaliação. Por fim, o sétimo capítulo traz o relato da pesquisa-ação propriamente dita, evidenciando o processo colaborativo de construção e aprimoramento da proposta didática

voltada à educação bilíngue de surdos, culminando com a apresentação da versão final do material pedagógico.

1 A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

A educação de pessoas surdas no Brasil tem enfrentado inúmeros desafios estruturais e pedagógicos ao longo do tempo. Entre os principais entraves, destaca-se a chamada “inclusão disfarçada”, caracterizada pela inserção de estudantes surdos em escolas regulares sem a devida oferta de recursos linguísticos e pedagógicos que contemplem suas especificidades. Soma-se a isso a escassez de profissionais qualificados, tanto no âmbito técnico quanto humano, bem como a ausência de ambientes escolares que favoreçam a efetiva implementação da educação bilíngue – aquela que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda.

Atualmente, a maioria dos estudantes surdos encontra-se matriculada em instituições regulares voltadas majoritariamente para ouvintes, nas quais a comunicação e o ensino se dão prioritariamente em português oral e escrito, em detrimento de uma abordagem visual e gestual mais adequada às necessidades linguísticas da comunidade surda. No entanto, é inegável que, nas últimas décadas, ocorreram avanços importantes no campo da educação de surdos, impulsionados por legislações específicas que reafirmam os direitos linguísticos, culturais e educacionais desse grupo.

Esses dispositivos legais não apenas reconhecem a Libras como língua de instrução legítima para os surdos, mas também estabelecem diretrizes fundamentais para a consolidação de uma política educacional bilíngue. Nesse sentido, destaca-se a importância das seguintes normativas: a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a mais recente Lei nº 14.191/2021 – as quais serão analisadas em ordem cronológica. Tais legislações representaram marcos fundamentais para a construção de uma proposta educacional que respeite e valorize a singularidade linguística, identitária e cultural das pessoas surdas no Brasil.

Entre os principais avanços promovidos por essas normativas, destacam-se: o reconhecimento da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia; a criação de cursos de formação superior específicos, como o Curso de Letras-Libras, em instituições públicas e privadas; o incentivo à formação inicial e continuada de professores surdos e ouvintes para atuarem na educação básica, em especial na modalidade bilíngue; bem como a regulamentação e ampliação da atuação de tradutores e intérpretes de Libras em contextos escolares. Esses elementos vêm contribuindo diretamente para a consolidação da educação bilíngue como modalidade legítima e necessária para a população surda.

A seguir, analisaremos com maior profundidade cada um desses dispositivos legais, destacando seus impactos e desdobramentos para a efetivação de uma educação bilíngue de surdos no Brasil.

1.1 Educação de surdos: dispositivos legais

A Lei nº 10.436, sancionada em 24 de abril de 2002, constitui um marco na história dos direitos linguísticos das pessoas surdas no Brasil, ao reconhecer oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas. De acordo com o texto legal, a Libras é definida como uma língua natural, dotada de estrutura gramatical própria, capaz de expressar ideias, fatos e sentimentos com plena funcionalidade comunicativa (Brasil, 2002).

Este reconhecimento legal conferiu à Libras o status de língua de instrução nos contextos educacionais, viabilizando a formulação de propostas pedagógicas bilíngues que considerem a Libras como primeira língua (L1) dos estudantes surdos, e o português escrito como segunda língua (L2). Essa legislação abriu caminho para uma nova compreensão sobre o processo de escolarização dos surdos, fundamentada na valorização de sua língua, identidade e cultura.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e estabelece diretrizes mais detalhadas sobre a inclusão da Libras no sistema educacional. Entre seus principais dispositivos, destaca-se a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia em instituições públicas e privadas de ensino superior. Além disso, o decreto reforça a necessidade de formação específica para professores surdos e ouvintes que atuarão na educação bilíngue, bem como para tradutores e intérpretes de Libras.

No que diz respeito à organização da oferta educacional, o decreto apresenta uma estrutura para o atendimento de alunos surdos e com deficiência auditiva, contemplando:

- I – Escolas e classes bilíngues, com professores proficientes em Libras e português escrito, voltadas à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental;
- II – Escolas bilíngues ou comuns da rede regular, com suporte de intérpretes e professores capacitados, voltadas aos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.

Tais diretrizes representam um avanço na concepção de uma educação verdadeiramente inclusiva, pois reconhecem a necessidade de ambientes educacionais linguística e culturalmente acessíveis, nos quais a Libras seja utilizada como língua de instrução e o português escrito como

segunda língua. Com isso, possibilita-se uma aprendizagem mais significativa para os estudantes surdos, respeitando sua condição linguística e identitária.

A promulgação da Lei nº 14.191, em 3 de agosto de 2021, representa um dos mais recentes marcos legais na trajetória da educação de surdos no Brasil. A partir da articulação das comunidades surdas e de seus representantes políticos, essa lei altera o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), incluindo, entre as modalidades educacionais, a *educação bilíngue de surdos*.

O novo inciso XIV do artigo 3º da LDB estabelece como princípios orientadores da educação bilíngue o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva. Tal reconhecimento promove a separação formal da educação bilíngue de surdos da categoria de educação especial, conferindo-lhe status próprio e reafirmando sua legitimidade como modalidade autônoma.

Neste novo cenário legal, reforça-se a valorização da Libras como língua de instrução, bem como o papel da cultura e da identidade surda como componentes essenciais do processo educativo. A lei também fortalece o direito dos surdos ao acesso à educação em todos os níveis, com práticas pedagógicas que considerem suas singularidades linguísticas e cognitivas.

A análise dos marcos legais que regulamentam a educação de surdos no Brasil – a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021 – revela avanços importantes na consolidação dos direitos linguísticos, culturais e educacionais da comunidade surda. No entanto, para além de seus efeitos normativos e institucionais, tais dispositivos geram impactos significativos nas dimensões sociais, culturais e identitárias das pessoas surdas, pois reconhecem e legitimam sua língua, seu modo de ser e de aprender, suas práticas culturais e suas formas próprias de significar o mundo.

Do ponto de vista educacional, essas legislações contribuem para a valorização e consolidação da educação bilíngue como modalidade legítima, permitindo que os estudantes surdos tenham acesso ao conhecimento por meio de sua primeira língua – a Libras – e desenvolvam competências em língua portuguesa escrita como segunda língua. Tal abordagem assegura uma aprendizagem mais significativa, respeitosa e eficaz, ao considerar a visualidade como aspecto essencial da cognição surda. A presença de professores proficientes em Libras, o uso da língua de sinais como língua de instrução, e a atuação de tradutores e intérpretes de Libras em contextos escolares ampliam as possibilidades de participação plena dos estudantes surdos no processo educativo, promovendo equidade e respeito às diferenças.

No âmbito social, o reconhecimento legal da Libras e da modalidade bilíngue de ensino fortalece a luta histórica da comunidade surda brasileira por visibilidade, cidadania e inclusão

plena. A consolidação desses direitos contribui para combater o capacitismo, a marginalização linguística e a exclusão comunicacional que historicamente afetaram os sujeitos surdos. Além disso, possibilita a valorização de suas experiências sociais e culturais, muitas vezes invisibilizadas no espaço público e escolar. Como consequência, há um fortalecimento da identidade surda, de sua autoestima coletiva e da sua participação ativa em diversos espaços da sociedade.

No que tange à dimensão cultural, o reconhecimento da Libras como língua legítima e sua utilização nos ambientes educacionais promove a valorização da cultura surda — entendida como o conjunto de práticas, narrativas, valores, tradições e formas de expressão construídas pelas comunidades surdas em torno de sua língua e de sua experiência visual do mundo. A cultura surda se manifesta em diversos espaços: na arte, na literatura, no teatro em Libras, nas produções audiovisuais e nas práticas comunitárias que reforçam a identidade surda. A escola bilíngue, nesse sentido, se torna não apenas um espaço de ensino, mas também de fortalecimento cultural e comunitário, onde a surdez é compreendida como diferença e não como deficiência.

Ademais, esses avanços legais impulsionaram significativamente o crescimento das pesquisas científicas na área da Libras e da educação de surdos. Como destacam Quadros e Leite (2018), o campo acadêmico tem se expandido a partir de uma nova compreensão da Libras como língua de pesquisa, ensino e produção de conhecimento. O surgimento de cursos de graduação em Letras-Libras, mestrados e doutorados voltados para estudos surdos, linguística da Libras e educação bilíngue tem ampliado o protagonismo da comunidade surda no meio acadêmico, promovendo uma produção científica mais inclusiva e representativa.

Importante destacar, ainda, que o Brasil não é um país monolíngue em relação às línguas de sinais. Apesar da ampla difusão da Libras, existem outras línguas de sinais utilizadas por comunidades específicas em diferentes regiões do país. Segundo Quadros (2019), além da Libras, o Brasil abriga uma rica diversidade de línguas de sinais, tais como: *CENA* (Várzea Queimada, Piauí), *Língua de Sinais Urubu Kaapor* (Maranhão); *Língua de Sinais Terena e Língua de Sinais Guarani* (Mato Grosso do Sul); *Língua de Sinais Pataxó* (Bahia); Língua de Sinais de Fortalezinha (Pará); “*Acenos*” (Cruzeiro do Sul, Acre) entre outras.

Essa pluralidade linguística evidencia que as políticas públicas voltadas à educação de surdos devem considerar não apenas a Libras, mas também outras línguas de sinais presentes no território brasileiro, respeitando a diversidade cultural e linguística das comunidades usuárias dessas línguas. Assim, é necessário repensar a formulação de políticas educacionais

bilíngues que contemplem o multilinguismo sinalizado e garantam o direito à educação linguística adequada a essas comunidades específicas.

1.2 Educação de surdos: o protagonismo surdo

O protagonismo surdo é uma construção histórica e social resultante de processos contínuos de empoderamento da comunidade surda, que reivindica seus direitos, sua língua e sua identidade cultural. Como define Ruzza (2020), esse protagonismo emerge quando pessoas surdas, com vivências próprias, ocupam espaços de decisão e de fala, fortalecendo a comunidade e promovendo transformações sociais necessárias. Trata-se de um deslocamento do olhar que por muito tempo situou o surdo como objeto de intervenção, para reconhecê-lo como sujeito ativo, produtor de saberes e agente de mudança.

Esse movimento está diretamente relacionado à valorização da epistemologia surda, ou seja, às formas específicas de conhecer e compreender o mundo a partir da experiência surda, da língua de sinais e da cultura visual. É uma recusa à categorização do surdo como "deficiente", como alerta Lara e Perlin (2020), ao defenderem que os surdos não devem ser definidos pela ótica da anormalidade, mas sim afirmarem-se pela sua identidade linguística e cultural:

Os surdos precisam ser conduzidos pela língua de sinais, se referindo como surdos, como sendo o que são, como identidade e como cultura [...] A identidade surda se sobrepõe quando há a identificação do surdo enquanto sujeito diferente. É sob o signo da diferença que há a permissão para a ação nas tramas sociais e, consequentemente, há movimento social (Lara; Perlin, 2020, p. 138).

Nesse contexto, o protagonismo surdo não se limita a uma ocupação simbólica de espaços, mas se concretiza nas práticas cotidianas de resistência, na defesa da Libras como direito e na presença ativa nos debates políticos e educacionais. A partir da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e do Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta seu uso e garante o acesso à educação bilíngue, houve avanços significativos no reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, e não como deficiência a ser superada.

A ampliação desses direitos foi fortalecida pela Lei nº 14.191/2021, que incluiu os estudantes surdos nas diretrizes da educação bilíngue de surdos, reafirmando a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem sua língua e cultura. Essas legislações – como destacamos na seção 1.1 – não apenas reconhecem os direitos linguísticos dos surdos, mas também

incentivam a criação de espaços educacionais em que o protagonismo surdo seja, de fato, exercido.

Contudo, como lembra Gianotto (2020), é preciso que os próprios surdos estejam nos lugares sociais de fala e de luta:

[...] as pessoas ouvintes são protagonistas e lutam pelas causas das pessoas ouvintes, é importante, também, que o surdo ocupe este 'lugar social' para também lutar por benefícios que valorizem e solidifiquem o sujeito surdo nesta tão complexa estrutura social [...] (Gianotto, 2020, p. 92).

A educação, nesse cenário, torna-se um campo estratégico para a construção de uma identidade surda positiva e para a formação de sujeitos críticos e atuantes. É nos espaços educacionais bilíngues – onde o surdo encontra outros surdos, compartilha experiências e se reconhece na alteridade – que se desenvolve a consciência de pertencimento e a capacidade de agir no mundo como protagonista. Como apontam Perlin e Reis (2012), essa construção envolve o enfrentamento de estereótipos e preconceitos, bem como a superação da “menos valia” imposta historicamente aos sujeitos surdos.

O protagonismo, portanto, exige mais do que visibilidade; demanda ações concretas de inserção, valorização e escuta da comunidade surda nos processos de formulação e gestão de políticas públicas, sobretudo na área da educação. É necessário garantir que crianças e adolescentes surdos tenham acesso a uma educação bilíngue de qualidade, conduzida por educadores surdos e ouvintes fluentes em Libras, e com currículos que afirmem a identidade surda como legítima e potente. Nas palavras de Lara e Perlin (2020, p. 143): “As crianças e os adolescentes surdos precisam de uma educação cultural que os ajudem a conseguir uma participação criativa e construtiva no povo surdo. Isso vai possibilitar a eles serem protagonistas de sua própria história”.

Em síntese, o protagonismo surdo é um processo contínuo de reconhecimento e valorização da diferença surda. Implica na promoção de espaços onde os surdos possam exercer sua cidadania plenamente, com base em sua língua, cultura e identidade. A efetivação desse protagonismo passa por uma mudança de paradigma na educação, nas políticas públicas e nas representações sociais, colocando o sujeito surdo no centro de sua própria história e como agente da transformação social.

1.3 Educação de surdos: pedagogia visual

A pedagogia visual ocupa um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, pois se baseia em práticas que valorizam e exploram a visualidade como principal canal de comunicação e construção do conhecimento. Essa abordagem pedagógica é especialmente significativa no contexto educacional bilíngue, que reconhece a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua (L1) e a língua portuguesa escrita como segunda língua (L2). A valorização da Libras como língua de instrução garante ao estudante surdo o acesso ao conhecimento de forma plena e respeitosa, considerando sua identidade linguística e cultural.

A experiência visual é a essência da cultura surda. Como afirma Skliar (2001), ela ultrapassa o aspecto linguístico e abrange elementos culturais e comunitários, como apelidos visuais, metáforas, humor, temporalidade e formas únicas de significação. Nesse sentido, a pedagogia visual não se restringe ao uso de imagens e recursos visuais em sala de aula, mas sim à criação de um ambiente de aprendizagem que reconhece e respeita o modo de percepção e interação com o mundo do sujeito surdo, que é prioritariamente visual.

Segundo Campello (2008), a pedagogia visual se utiliza de práticas como contação de histórias em Libras, jogos educativos visuais, participação na cultura artística, desenvolvimento da criatividade visual e utilização da escrita de sinais (*SignWriting*), principalmente no contexto da informática e das artes visuais. Esses elementos são potentes ferramentas de ensino que dialogam diretamente com a cultura e com as necessidades linguísticas dos estudantes surdos.

No entanto, práticas pedagógicas descontextualizadas, que ignoram a especificidade linguística e cultural dos surdos, ainda são comuns e geram barreiras significativas para o aprendizado. A ausência de metodologias visuais eficazes compromete a aprendizagem e reforça a exclusão desses alunos, que precisam de um ambiente educacional sensível às suas particularidades. Como destaca Lacerda *et al.* (2016), o uso de métodos tradicionais, voltados a ouvintes, não atende às necessidades do estudante surdo, que compreende o mundo a partir da visão.

A presença contínua da Libras no cotidiano escolar é fundamental, como aponta Moura (2014), para que a criança surda se desenvolva como sujeito da linguagem, capaz de pensar, decidir, se expressar e interagir de forma plena em seu ambiente. Já Lima (2010) enfatiza que a inclusão escolar do surdo não se resume ao afeto e à matrícula, mas à participação ativa e significativa no processo educacional, o que só é possível se sua identidade visual e linguística for respeitada.

Skliar (2013) e Strobel (2013) reforçam que a percepção do surdo é, prioritariamente, visual. Enquanto ouvintes acessam o mundo majoritariamente pelo canal auditivo, os surdos compreendem os sons, os acontecimentos e as interações sociais por meio da visão. Desde eventos simples, como o latido de um cachorro, até experiências complexas, como a arte ou o conhecimento acadêmico, são interpretados visualmente. É dessa percepção que surge a cultura surda e sua maneira única de ser e estar no mundo.

Assim, a pedagogia visual deve ser compreendida como um elo entre o sujeito surdo e o conhecimento, mediado por práticas que respeitem sua forma de perceber e significar o mundo. Trata-se de uma abordagem crítica e inclusiva, que vai além da simples adaptação de conteúdos, promovendo, de fato, a equidade e a valorização da diferença na educação.

Na construção de políticas e práticas voltadas para a educação bilíngue de surdos, é fundamental destacar as iniciativas de professores e pesquisadores brasileiros, surdos e ouvintes, de diferentes regiões do país, que em 2021 lançaram dois referenciais curriculares fundamentais: os Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior (Stumpf; Linhares et al., 2021) e a Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior (Faria-Nascimento et al., 2021).

Os Referenciais para o ensino de Libras como primeira língua foram elaborados sob a coordenação da professora Marianne Stumpf, da Universidade Federal de Santa Catarina, e do professor Ramon Santos de Almeida Linhares, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, com a colaboração de uma equipe de 27 professores e pesquisadores com ampla experiência na educação de surdos. O currículo está organizado em cinco volumes, que orientam o ensino de Libras como língua de instrução, desde a educação infantil até o ensino superior. O primeiro volume, intitulado *Fundamentos históricos e conceituais para a curricularização da Libras como primeira língua*, apresenta um panorama histórico, legal e social da educação de surdos no Brasil, abordando as cinco regiões do país, os saberes surdos e os princípios que devem orientar a educação bilíngue. Também ressalta a importância de uma proposta curricular que valorize a Libras e a cultura surda em todas as suas dimensões.

O volume 2 enfoca o ensino da Libras desde a primeira infância, detalhando campos de ensino, competências, habilidades e sistemas de avaliação voltados para a educação infantil bilíngue de surdos, além de discutir a formação de professores qualificados para atuar nesse contexto. O caderno 3 trata do ensino da Libras nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, bem como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), indicando os impactos do

ensino bilíngue na vida do aluno, nas práticas do professor e na sociedade. São abordados eixos como compreensão e produção em Libras, fala e diálogo, análise linguística, crítica e formulação de opinião. Já o volume 4 contextualiza o sujeito surdo no Ensino Médio, destacando a relevância da Libras na juventude, as especificidades linguísticas da modalidade visual-espacial e a valorização das identidades e marcas culturais surdas, relacionadas ao desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o aprendizado e a participação social. Por fim, o volume 5 apresenta fundamentos do ensino de Libras como primeira língua no Ensino Superior, ressaltando sua relação com a produção científica e tecnológica. Conforme enfatizam Stumpf e Linhares (2021, p. 43), a Libras não apenas soma, mas potencializa e amplia o acesso dos surdos ao conhecimento científico, consolidando-se como língua acadêmica e possibilitando a participação ativa de pessoas surdas na produção de conhecimento.

Paralelamente, a Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos foi elaborada por 26 professores e pesquisadores surdos e ouvintes, com coordenação geral da professora Sandra Patrícia Faria do Nascimento. A proposta compreende seis cadernos: um Caderno Introdutório, que contextualiza a obra, apresenta sua estrutura, objetivos e princípios legais; e cinco cadernos específicos para os níveis de ensino — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e Ensino Superior.

No Caderno 1, destinado à Educação Infantil, são definidos níveis de competência em leitura e escrita com base nos processos de recepção, interiorização e expressão da criança surda, articulando práticas pedagógicas que promovam diálogo, socialização, autoestima e comunicação bilíngue de forma eficaz e transformadora (Faria-Nascimento et al., 2021b, p. 9). O Caderno 2 propõe estratégias para o Ensino Fundamental (anos iniciais), considerando objetos de conhecimento adequados à faixa etária e à experiência visual dos surdos, bem como gêneros textuais narrativos e instrucionais. O Caderno 3 aborda os anos finais do Ensino Fundamental, reafirmando a Libras como língua de instrução e o português escrito como segunda língua, integrando os dois sistemas linguísticos de maneira bilíngue (Faria-Nascimento et al., 2021c, p. 8).

No Caderno 4, para o Ensino Médio, os estudantes são caracterizados como aprendizes independentes, atores ativos na comunidade, preocupados com questões sociais, ambientais e científicas, capazes de levantar hipóteses, coletar informações e tomar decisões colaborativas. São sugeridos gêneros textuais literários e acadêmicos, incluindo literatura surda, que ampliam a compreensão e a expressão dos estudantes (Faria-Nascimento et al., 2021e, p. 7-8). O Caderno 5, voltado ao Ensino Superior, organiza os conteúdos de forma progressiva, trabalhando

competências e habilidades de escrita e compreensão de gêneros textuais acadêmicos, como resumos, resenhas, relatórios, infográficos, projetos de pesquisa e artigos científicos, sempre considerando as representações culturais e linguísticas dos surdos de forma contrastiva.

Esses referenciais e propostas curriculares representam marcos fundamentais para a educação bilíngue de surdos no Brasil, articulando a Libras como língua de instrução e mediação do conhecimento e o português escrito como segunda língua, respeitando a visualidade, a cultura e a identidade surda, e promovendo aprendizagens significativas e inclusivas em todas as etapas da educação básica e superior.

A presente pesquisa se insere em um cenário de valorização das línguas de sinais e de fortalecimento da educação bilíngue de surdos, contexto em que se ampliam as discussões sobre o reconhecimento da Libras como língua de instrução, de produção de conhecimento e de afirmação identitária. Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas — como o respaldo legal à educação bilíngue, a formação específica de professores e a ampliação de espaços educacionais voltados à comunidade surda — ainda persistem lacunas significativas no que diz respeito ao desenvolvimento de materiais didáticos em Libras e à efetiva integração entre conteúdos curriculares e práticas linguísticas visuais. Nesse sentido, ao propor estratégias pedagógicas que consideram a Libras como meio legítimo de ensino e incorporam elementos linguísticos e culturais próprios da comunidade surda, esta pesquisa busca contribuir para uma prática educacional mais inclusiva, dialógica e visualmente orientada, sensível às múltiplas formas de expressão e significação dos sujeitos surdos enquanto protagonistas do processo de aprendizagem.

É nesse panorama que se justifica o estudo toponímico em Libras, uma vez que os nomes de lugares, enquanto signos carregados de história, cultura e identidade, oferecem um campo fértil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que articulam linguagem, cultura e território. A abordagem toponímica, aplicada à Libras, permite não apenas reconhecer a dimensão linguística e icônica dos sinais toponímicos, mas também explorar as relações entre memória, espaço e pertencimento na formação dos aprendizes surdos. Assim, o estudo contribui para suprir a escassez de investigações e recursos didáticos voltados à toponímia em Libras, fortalecendo o diálogo entre a linguística aplicada, a educação bilíngue e o ensino de língua de sinais em uma perspectiva interdisciplinar e culturalmente situada.

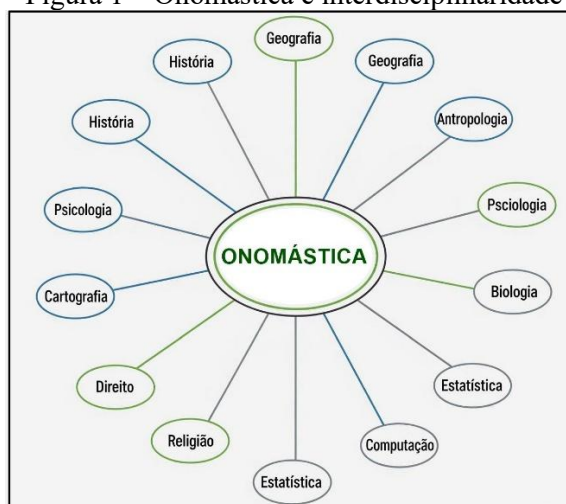
2 TOPONÍMIA EM LIBRAS, ENSINO E INTERRELAÇÕES

Nesta seção, trataremos sobre os pressupostos teóricos que dão sustentação argumentativa à nossa Tese. Aqui, serão abordados os fundamentos da Toponímia em Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de suas interrelações com a linguística aplicada e a interdisciplinaridade.

2.1 A Onomástica e a Toponímia

Segundo Sousa e Dargel (2020, p. 7), a “Onomástica, que é o ramo da Linguística responsável pelo estudo dos nomes próprios em geral” – abrangendo categorias como topônimos (nomes de lugares), antropônimos (nomes de pessoas), zoônimos (nomes de animais), entre outros. Os autores partem do entendimento de que a Onomástica ultrapassa os limites da descrição linguística tradicional e, por isso, deve ser compreendida em diálogo com diversas áreas do conhecimento, tais como: História (pela origem e evolução dos nomes); Geografia (na articulação com a toponímia e a ocupação do espaço); Antropologia (pela relação entre nomes e identidade cultural); Sociologia (ao tratar dos usos sociais dos nomes e suas funções simbólicas); Educação (considerando o potencial didático da temática); Literatura e Artes (no uso estético e simbólico dos nomes próprios).

Figura 1 – Onomástica e interdisciplinaridade



Fonte: Adaptado de Sousa e Dargel (2020, p. 10).

Esse caráter interdisciplinar fortalece a Onomástica como um campo de estudo com grande aplicabilidade prática e relevância científica, especialmente ao explorar a maneira como os nomes revelam traços da cultura, memória, identidade e ideologia de uma sociedade.

Assim, é possível perceber a heterogeneidade interna da Onomástica que exige metodologias específicas para a coleta, classificação e análise dos nomes próprios; necessidade de investigar os nomes dentro de seus contextos sócio-históricos, evitando generalizações que ignoram a complexidade cultural; destaque para o papel da motivação onomástica em contextos educacionais, ou seja, os fatores que levam à escolha e atribuição de um nome, como traços geográficos, eventos históricos, crenças religiosas, ou homenagens a figuras públicas.

Entre as subáreas da Onomástica, interessa-nos a Toponímia, cuja base teórico-metodológica mais atual é proposta por Dick (1990), que defende que os topônimos não são meros rótulos geográficos: eles constituem verdadeiros documentos linguísticos e culturais, que refletem a percepção humana sobre o espaço e carregam em si memória histórica, relações de poder, experiências coloniais, e práticas sociais. A autora mostra que o estudo da toponímia brasileira deve considerar a complexidade da formação social do país, marcada pela colonização portuguesa e a imposição de nomes europeus sobre espaços indígenas; pela presença e apagamento dos topônimos indígenas; por influências da religiosidade católica, com muitos nomes oriundos de santos e referências bíblicas; pela apropriação de nomes ligados a figuras históricas e eventos marcantes.

A toponímia, portanto, constitui-se como um campo que documenta o processo de construção simbólica e identitária do território brasileiro. Dick (1990; 1992) apresenta um conjunto de taxionomias que tem sido utilizado para as pesquisas dos nomes próprios de lugares e para a construção de Atlas Toponímicos em diversas universidades brasileiras. O primeiro grupo é de taxionomias de natureza física, que inclui categorias de topônimos cujas motivações estão associadas a elementos da própria natureza local.

Quadro 1 – Taxionomias de Dick (Primeira parte)

Taxionomias De Natureza Física	
Astrotopônimos	Referem-se a corpos celestes como estrelas, planetas, constelações.
Cardinotopônimos	Ligados a posições geográficas (norte, sul etc.).
Cromotopônimos	Baseados em cores observadas na paisagem.
Dimensiotopônimos	Relacionados às dimensões físicas (altura, profundidade, extensão).
Fitotopônimos	Derivados da vegetação, espontânea ou cultivada.
Geomorfotopônimos	Baseados em formas do relevo (montanhas, vales, litorais).
Hidrotopônimos	Originados por acidentes hidrográficos (rios, lagos etc.).
Litotopônimos	Referentes à constituição mineral ou geológica do solo.
Meteorotopônimos	Inspirados em fenômenos atmosféricos e meteorológicos.
Morfotopônimos	Fundamentados em formas geométricas da paisagem.
Zootopônimos	Ligados a elementos do reino animal, reais ou simbólicos.

Fonte: Adaptado de Dick (1990; 1992).

O segundo grupo é de taxionomias de natureza antropocultural, cujas motivações estão associadas a elementos da cultura, a fatos históricos, a questões religiosas entre outros fatores relacionados ao povo.

Quadro 2 – Taxionomias de Dick (Segunda parte)

Taxionomias de Natureza Antropocultural	
Animotopônimos / Nootopônimos	Referem-se a aspectos da vida psíquica, simbólica ou espiritual.
Antropotopônimos	Baseados em nomes próprios de pessoas (fundadores, homenageados).
Axiotopônimos	Incluem títulos e dignidades junto a nomes próprios (ex.: Santo, Rei).
Corotopônimos	Referem-se a outros locais conhecidos (cidades, países, continentes).
Cronotopônimos	Contêm elementos temporais (ex.: Novo, Velho).
Ecotopônimos	Ligados a tipos de habitação e moradia.
Ergotopônimos	Inspirados em objetos da cultura material (ferramentas, utensílios).
Etnotopônimos	Referem-se a povos, tribos ou grupos étnicos.
Dirrematotopônimos	Compreendem frases ou expressões linguísticas completas.
Hierotopônimos	Relacionam-se a nomes sagrados ou religiosos. Subdividem-se em:
<i>Hagiotopônimos</i>	Nomeiam santos ou santas do hagiológico cristão.
<i>Mitotopônimos</i>	Ligados a entidades ou figuras mitológicas.
Historiotopônimos	Baseados em eventos históricos ou datas marcantes.
Hodotopônimos	Referem-se a caminhos e vias de comunicação (urbanas e rurais).
Numerotopônimos	Baseados em números ou adjetivos numerais.
Poliotopônimos	Utilizam termos como vila, aldeia, cidade, povoado.
Sociotopônimos	Ligados a profissões, espaços de convivência ou locais de trabalho.
Somatotopônimos	Baseados em analogias com partes do corpo humano ou animal.

Fonte: Adaptado de Dick (1990; 1992).

Além dessa proposta taxionômica, outros pesquisadores, ao longo dos anos e pelas necessidades classificatórias não contempladas por Dick, criaram outras categorias. Francisquini (1998), por exemplo, propôs a ampliação da taxonomia toponímica ao identificar novas categorias ainda não contempladas nas classificações tradicionais. Entre elas, destacam-se os **acronimotopônimos**, constituídos por siglas ou combinações de letras do alfabeto; os **higietopônimos**, que designam lugares associados à saúde, à higiene e ao bem-estar físico; e os **necrotopônimos**, que fazem referência a elementos relacionados à morte, tais como cemitérios ou locais de memória fúnebre.

Como dissemos, essas bases teórico-metodológicas impulsionaram projetos regionais de mapeamento toponímico e contribuíram significativamente para o avanço dos estudos onomásticos no Brasil. Entre eles, destaca-se o *Projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR)*, sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenado por Maria Antonieta Carbonari de Almeida. Finalizado em 2004, o ATEPAR foi o primeiro atlas regional

desenvolvido após o *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP)* – coordenado por Dick.

Outro importante empreendimento é o *Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS)*, sob coordenação de Aparecida Negri Isquierdo, com base na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No mesmo campo de atuação, destaca-se o *Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG)*, coordenado por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No estado do Tocantins, dois projetos se destacam: o *Atlas Toponímico do Tocantins (ATT)* e o *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO)*, ambos coordenados por Karylleila dos Santos Andrade e sediados na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Na região Nordeste, o *Projeto Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA)*, coordenado por Maria Célia Dias de Castro, é desenvolvido na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Já o *Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH)*, sob a coordenação de Celina Márcia de Souza Abbade, está vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Por fim, destaca-se também o *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB)*, coordenado por Alexandre Melo de Sousa, sediado na Universidade Federal do Acre (UFAC). Este último se distingue por abordar os nomes de lugares não apenas nas línguas orais, mas também em Libras. A toponímia em Libras passa de uma tendência de investigação para uma área consolidada de estudos científicos, com diversas pesquisas em desenvolvimento no Brasil. Esses projetos, entre outros, representam uma valiosa contribuição à sistematização e valorização da diversidade linguística e cultural brasileira por meio da toponímia.

2.2 Toponímia em Libras

Sousa e Barreiros (2020) afirmam que o processo de nomeação, os sujeitos atribuem aos topônimos características culturais, estabelecendo relações entre o espaço e o sujeito nomeador que transcendem a mera correspondência entre significante e significado, conforme uma visão convencional do signo linguístico. Esse fenômeno ocorre em todas as línguas, independentemente de sua modalidade — oral-auditiva ou visual-espacial. Portanto, descrever os processos de nomeação dos espaços em Língua de Sinais Brasileira (Libras) é fundamental para compreender não apenas a formação morfológica dos sinais toponímicos, mas também a intrínseca relação entre língua e cultura.

Souza Júnior (2012) realizou um estudo pioneiro ao identificar, armazenar e analisar uma amostra diversificada de topônimos em Libras provenientes de cidades de 13 estados brasileiros. O autor destaca que as línguas de sinais apresentam uma maneira distinta de nomear, pois o referente, nomeado em um sistema linguístico oral/auditivo, recebe uma nova atribuição de natureza sinalizada. Alternativamente, um nome próprio pode ser emprestado de uma língua oral para uma língua de sinais por meio da transliteração do nome próprio pelo alfabeto manual, também chamado de datilológico. Contudo, geralmente, um referente para um acidente geográfico (estado, cidade, país, bairro, rua etc.), ao ser incorporado ao cotidiano linguístico da comunidade surda, recebe um "sinal" que correferencia o indivíduo ou o lugar, substituindo o nome próprio original e sua datilologia (Souza Jr., 2012, p. 20).

Para atingir seu objetivo – registrar as características linguísticas dos sinais nomeadores de espaços e distribuir a frequência de dados de acordo com os fatores motivacionais – Souza Jr. (2012) baseou-se na proposta metodológica de Dick (1990), observando as questões relacionadas à identificação dos elementos que formam o signo toponímico e considerando as características da língua de sinais em foco. A classificação dos dados seguiu a metodologia elaborada por Dick (1990) para a construção do Atlas Toponímico do Brasil, que permite a observação de características etimológicas e semânticas de cada unidade lexical por meio de 27 categorias taxionômicas, sendo 16 de natureza física e 11 de natureza antropocultural. A partir da interpretação linguística dos dados, foi discutida a função motivadora do signo toponímico na Língua de Sinais Brasileira e, por meio desse estudo, foram evidenciados traços linguísticos, sociais e culturais da comunidade surda.

Souza Jr. (2012) analisou um corpus composto por 265 sinais toponímicos, revelou de forma significativa a diversidade motivacional presente na Língua de Sinais Brasileira (LSB). Quanto à distribuição das categorias taxionômicas (taxes) identificadas, o pesquisador observou que 64% correspondiam a motivações de natureza antropocultural, 13% a motivações de natureza física e 23% foram classificadas como opacas, ou seja, não apresentaram elementos motivacionais claros para a nomeação dos sinais toponímicos coletados.

Uma contribuição relevante do trabalho de Souza Júnior foi a constatação de que 124 topônimos analisados apresentavam motivações integral ou parcialmente relacionadas à grafia do nome original do referente geográfico. Esses sinais constituíam unidades lexicais derivadas de empréstimos linguísticos. Tal achado levou o autor a propor a criação de uma nova categoria taxionômica: o *grafotopônimo*, destinada a abarcar os sinais cujo processo de nomeação está ancorado na forma escrita da língua de origem.

No estado do Acre, os estudos de Sousa (2018; 2019) possibilitaram grande expansão dos estudos toponímicos no Brasil. Sousa (2018) apresenta uma proposta metodológica para a pesquisa toponímica em Libras que valoriza as especificidades linguísticas das línguas de sinais, as culturas surdas e as identidades surdas. Em Sousa (2019), o autor apresenta o desenvolvimento da ficha lexicográfico-toponímica digital voltada ao estudo da toponímia em línguas de sinais. Tomando como base o modelo proposto por Dick (2004), Sousa (2019) cria o instrumento de coleta e armazenamento — com acréscimos e supressões — de modo a contemplar as especificidades linguísticas e culturais das línguas de sinais, cuja modalidade é visual-espacial (Quadros; Karnopp, 2004; Quadros, 2019).

A ficha reformulada tem como objetivo sistematizar os dados toponímicos coletados em Libras, organizando-os a partir de diversos elementos: o sinal toponímico e seu aspecto motivacional (ambos apresentados em formato de vídeo); a estrutura fonológica e morfológica do topônimo (registrada por meio da escrita de sinais); o referente motivacional (representado por imagens); além da localização geográfica, incorporada via ferramentas como o Google Maps. Tais elementos reforçam o reconhecimento e a valorização da língua e da cultura surdas no âmbito dos estudos toponímicos. O referido instrumento de coleta e armazenamento de dados pode ser visualizado a seguir.

Figura 2 – Ficha lexicográfico-toponímica

Toponímia em Libras – Acre									
Localização	https://goo.gl/maps/d6PUA1pD7RELPNHFA								
Acidente Geográfico	A.H. Município								
Topônimo em Libras	http://arquivos.nals.cce.ufsc.br/corpus/toponimia_em_libras/TA_SIN.mp4								
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo								
Descrição da sinalização									
Topônimo em SignWriting									
Estrutura fonológica	<table border="0"> <tr> <td>P.A</td> <td>CM</td> <td>Contato</td> <td>Mov.</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	P.A	CM	Contato	Mov.				
P.A	CM	Contato	Mov.						
									
Estrutura morfológica	Topônimo Simples Híbrido								
Contexto motivacional (referência)	http://arquivos.nals.cce.ufsc.br/corpus/toponimia_em_libras/TA_REF.mp4								
Informações histórico-geográficas	Em produção.								
Fontes	Em produção.								
Pesquisador	Alexandre Melo de Sousa								
Supervisor	Ronice Müller de Quadros								

Fonte: Sousa (2019, p. 15).

Com os dados devidamente organizados e armazenados, Sousa (2019) iniciou a etapa de descrição e análise dos sinais toponímicos, fundamentando-se nas diretrizes teórico-metodológicas propostas por Dick (1990, 1992), respeitando as características articulatórias e icônicas da Libras.

Sousa (2019) iniciou a descrição a partir da estruturação dos sinais toponímicos segundo a composição em termo genérico e termo específico. Observou-se que todos os informantes consultados recorreram, inicialmente, ao termo genérico — aquele que remete diretamente ao tipo de acidente geográfico (como “rio”, “cidade”, “bairro”) — para, em seguida, apresentar o termo específico, isto é, o sinal que individualiza ou particulariza o referente geográfico em questão. Essa organização foi identificada como um padrão recorrente na construção toponímica em Libras.

Figura 3 – Estrutura do sinais toponímicos



Fonte: Sousa (2019, p. 23).

Os dados coletados em Libras e posteriormente analisados permitiram que Sousa (2019) identificasse diferentes possibilidades de formação dos sinais toponímicos. Essas possibilidades foram classificadas pelo pesquisador da seguinte forma:

- Sinais toponímicos simples: caracterizam-se por apresentarem um único formante, integralmente pertencente à Língua de Sinais, ou seja, sem interferência direta da língua oral;
- Sinais toponímicos simples híbridos: ainda que constituídos por um único formante sinalizado, apresentam influência da língua oral, geralmente por meio da incorporação de configurações manuais inspiradas em letras do alfabeto da língua majoritária;
- Sinais toponímicos compostos: são formados por dois ou mais formantes, todos oriundos da mesma modalidade linguística, ou seja, da própria Língua de Sinais, compondo uma unidade semântica articulada e coerente;

- d) Sinais toponímicos compostos híbridos: envolvem múltiplos formantes provenientes de diferentes sistemas linguísticos, como a combinação entre elementos sinalizados e letras da língua oral, integrando recursos intermodais na formação do topônimo.

e)

Figura 4 – Estrutura do termo específico (sinal toponímico)

TERMO ESPECÍFICO	TIPO DE FORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
	Formação Simples	O termo específico SENA MADUREIRA é estruturado por um sinal na língua nativa (Libras): dedo indicador em movimentos circulares apontando para a boca (fazendo referência ao mandi, peixe próprio da região)
	Formação Simples Híbrida	O termo específico TARAUCÁ é estruturado por um sinal que apresenta, em sua formação, a configuração em T (letra inicial do topônimo em língua oral)
	Formação Composta	O termo específico ACRE ⁹ é estruturado por dois sinais, ambos em língua nativa (Libras): sinal ESTRELA + sinal ESPADA
	Formação Composta Híbrida	O termo específico JORDÃO é estruturado por dois sinais: um com a configuração em J (letra inicial no topônimo em língua oral) seguido de outro em língua nativa (sinal BARCO)

Fonte: Sousa (2019, p. 29).

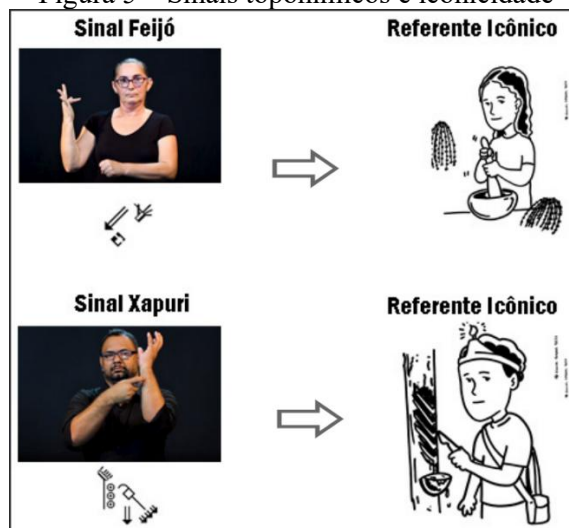
Essa categorização reflete não apenas a complexidade morfológica dos sinais toponímicos em Libras, mas também os processos de hibridização linguística e cultural presentes na prática onomástica da comunidade surda brasileira.

Quanto aos aspectos motivacionais, Sousa (2019) destacou a influência dos aspectos físicos do ambiente geográfico acreano (fauna, flora e hídrico) e de aspectos culturais do povo (atividades de extração do látex, da produção do açaí, dos travessias fluviais entre outros).

Sousa (2022) publicou uma obra que apresenta diretrizes para a pesquisa toponímica em Libras, além de destacar as relações com o ensino em perspectiva interdisciplinar. O autor destaca que a análise o sinal toponímico deve levar em consideração as dimensões fonético-fonológica, morfológica e semântica e priorizar os seguintes elementos: especificidades linguísticas da Libras, cultura surda, identidades surdas e contatos linguísticos entre Libras e português. Outro aspecto que Sousa (2022) destaca em sua obra diz respeito às características

icônicas dos sinais toponímicos. O autor exemplifica com sinais toponímicos do estado do Acre que refletem características culturais ou ambientais do local – como ilustrado a seguir:

Figura 5 – Sinais toponímicos e iconicidade



Fonte: Adaptado de Sousa (2022, 36).

Sousa (2022) demonstra e ilustra as taxionomias de Dick (1990; 1992) com sinais toponímicos de diferentes regiões do Brasil, verificando as possíveis relações entre língua, cultura e sociedade refletidas no léxico toponímico. Com isso, o autor motiva o desenvolvimento de novas investigações e estimula o uso da toponímia em Libras na educação bilíngue de surdos numa perspectiva aplicada.

Sousa (2023) investigou os sinais toponímicos em Libras utilizados para nomear os bairros da cidade de Rio Branco (AC). O corpus da pesquisa foi constituído por entrevistas em vídeo com cinco participantes surdos vinculados à comunidade acadêmica do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre (UFAC), sendo quatro discentes e um docente.

Dos 134 bairros distribuídos nas 10 regionais da capital acreana, foram identificados sinais toponímicos em Libras para 40 deles. A análise incidiu sobre dois eixos principais: os aspectos estruturais e os aspectos motivacionais dos sinais.

No que tange aos aspectos estruturais, os resultados revelaram significativa influência da língua portuguesa escrita, evidenciada na formação fonomorfológica dos sinais, cuja configuração manual frequentemente remete às letras iniciais dos nomes dos bairros na língua oral. Tal influência caracteriza processos de empréstimo linguístico, como a transliteração pragmática, a transliteração lexicalizada e a transliteração da letra inicial. A partir desses processos, dois padrões predominantes de formação foram observados: a formação simples híbrida (um único formante com influência da língua oral) e a formação composta híbrida (múltiplos formantes oriundos de diferentes sistemas linguísticos).

Em relação aos aspectos motivacionais, verificou-se que 11 sinais foram motivados por referentes de natureza física (como elementos naturais e geográficos) e 29 por referentes de natureza antropocultural (como instituições, práticas sociais e nomes próprios). A análise indicou uma relação direta entre a estrutura do sinal e seu fator motivacional, com forte presença da iconicidade visual como recurso representacional na construção dos sinais toponímicos.

De acordo com Sousa e Barreiros (2020), as pesquisas toponímicas em Libras desenvolvidas no município de Feira de Santana, Bahia, estão vinculadas ao projeto de pesquisa intitulado *Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras* (CONSEPE-UEFS 044/2018), coordenado por Liliane Lemos Santana Barreiros e sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O principal objetivo do projeto é investigar e comparar os mecanismos de nomeação na língua portuguesa e na Libras, a fim de compreender as motivações socioculturais e históricas que influenciam o processo de nomeação de diferentes espaços urbanos. Entre os espaços analisados estão bairros, distritos, ruas, patrimônios materiais tombados, lagoas, feiras livres, instituições públicas e religiosas, escolas, universidades, pontos turísticos, cemitérios, conjuntos habitacionais, museus, parques e teatros, com vistas à ampliação do acesso linguístico e cultural para a população surda.

A coleta de dados tem sido realizada com base em diversas fontes institucionais e documentais, incluindo as folhas cartográficas do IBGE, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (SEDUR), a Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC), o Museu Casa do Sertão, o Centro de Documentação e Pesquisa da UEFS, bem como a própria comunidade surda local.

Metodologicamente, o projeto adota o modelo taxionômico proposto por Dick (1992), posteriormente adaptado por Isquerdo (1996), Lima (1997), Francisquini (1998) e Souza Jr. (2012), para o registro e a classificação dos topônimos referentes ao município. A ficha lexicográfico-toponímica utilizada no estudo foi elaborada com base nesses referenciais, permitindo a sistematização detalhada dos dados. A ficha contempla categorias como: origem do topônimo, formação linguística, motivações, intencionalidades, aspectos históricos, culturais e sociais que influenciaram a criação dos nomes em língua portuguesa e em Libras.

Até o momento, foram identificados e organizados 96 bairros em regiões administrativas, distribuídos entre o distrito-sede (com cinco regiões) e oito distritos: Gov. João Durval Carneiro (Ipuaçu), Bonfim de Feira, Maria Quitéria (São José), Humildes, Tiquaruçu, Jaíba, Jaguará e Matinha. Esses dados compuseram a base da dissertação de mestrado *Estudo toponímico dos bairros de Feira de Santana-BA: línguas orais e Libras* (Jesus, 2019).

Adicionalmente, 63 ruas do centro comercial e cinco avenidas foram objeto da dissertação *Estudo toponímico do centro comercial de Feira de Santana-BA: línguas orais e Libras* (Ferreira, 2019), sendo a pesquisa atualmente expandida para as demais ruas do município. Destacam-se, ainda, as análises voltadas à toponímia de unidades de saúde (Marins, 2024).

Marins (2024) desenvolve um estudo toponímico bilíngue das unidades de saúde do município de Feira de Santana, na Bahia. O objetivo geral consiste em inventariar e analisar as motivações dos topônimos dessas unidades tanto na Língua Portuguesa quanto na Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerando a perspectiva da toponímia enquanto ramo da lexicologia e da onomástica.

A investigação abrangeu unidades de saúde classificadas segundo os três níveis de complexidade definidos pelo Ministério da Saúde: baixa, média e alta complexidade. A coleta de dados foi realizada em três principais fontes: a Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana, a base de dados do DataSUS, e a Associação de Surdos de Feira de Santana, possibilitando uma abordagem integrada e sensível às especificidades da comunidade surda local.

Como principal contribuição teórica, Marins (2024) propõe a criação da taxa *mimetopônimo*, conceito cunhado a partir de características recorrentes identificadas em determinados topônimos, especialmente aqueles cuja motivação se fundamenta em elementos visuais ou icônicos relacionados ao espaço nomeado.

Além disso, a pesquisa de Marins (2024) promove uma reflexão crítica sobre o acesso da comunidade surda ao sistema de saúde do município estudado, apontando lacunas na acessibilidade linguística e propondo soluções baseadas na inclusão bilíngue. Como produto final, foi desenvolvido o website *TopoLibras*, uma plataforma digital voltada à sistematização e divulgação dos dados toponímicos levantados, em uma interface acessível tanto para surdos quanto para ouvintes. Os dados de Marins (2024) foram armazenados em fichas lexicográfico-toponímicas – conforme ilustrado a seguir.

Figura 6 – Ficha lexicográfico-toponímica de Feira de Santana

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA NÚMERO: 17	
TERMO GENÉRICO: Hospital Estadual	TOPÔNIMO EM LP: da Criança
TIPO DE ACIDENTE: Humano	LOCALIZAÇÃO: Av. Eduardo Fróes da Mota, s/n, Feira de Santana (BA) https://goo.gl/maps/5F4rqJGyr3Thif328
TAXONOMIA DO TOPÔNIMO EM LP: Sociotopônimo	
ORIGEM: Latim 'creare'	
HISTÓRICO: Hospital Estadual da Criança, mas também conhecido pela toponímia paralela HEC /'éki/	
IMAGENS:	
	
LACMI (2023)	Logomarca do hospital
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Inaugurado em 26 de agosto de 2010, o HEC é um hospital porta-aberta de alta complexidade para atendimento de crianças de 0 até 18 anos incompletos, também conta com maternidade no local. Possui ambulatório de especialidades médicas pediátricas, como Pneumologia, Oncologia, Neurologia, Cirurgia Pediátrica e outros. Possui 253 leitos de internamento e 33 de emergência.	
	TAXONOMIA DO TOPÔNIMO EM LIBRAS: Mimetopônimo
	ESTRUTURA MORFOLÓGICA DO SINAL
	TOPONÍMICO: Simples
	MOTIVAÇÃO: Motivação a partir da logomarca do hospital

Fonte: Marins (2024, p. 120).

Essa tese representa uma contribuição significativa para os estudos toponímicos no estado da Bahia, ao mesmo tempo em que favorece a inclusão linguística da comunidade surda de Feira de Santana. Ao mapear e analisar o processo de nomeação de espaços de saúde em Libras e em Língua Portuguesa, o trabalho oferece subsídios para a compreensão das dinâmicas sociolinguísticas entre surdos e ouvintes no contexto urbano feirense.

Miranda (2020), por sua vez, estuda a toponímia em Libras dos municípios de Tocantins. O objetivo central do projeto é documentar e disponibilizar topônimos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) referentes a cidades do estado do Tocantins. Para isso, os dados são sistematicamente organizados em Fichas Lexicográfico-Toponímicas Digitais, que servem como repositórios de informações linguísticas e culturais relevantes.

A coleta dos sinais é realizada por meio de diferentes estratégias de investigação qualitativa, como a observação participante e entrevistas com membros da comunidade surda, priorizando contextos de comunicação espontânea entre surdos. Esses métodos permitem a identificação de sinais genuinamente utilizados na prática social da comunidade, conferindo autenticidade ao material coletado.

Para o registro e análise dos sinais, Miranda (2020) desenvolveu uma ficha lexicográfico-toponímica específica, composta por diversos microparadigmas que asseguram

icônica e aqueles motivados por elementos da língua portuguesa e seus desdobramentos culturais ou linguísticos.

Esse processo de levantamento e categorização visa não apenas à preservação e valorização da Libras como língua visual-espacial, mas também à promoção do reconhecimento da diversidade linguística e cultural presente no povo surdo do estado do Tocantins.

Albuquerque (2021) analisou os sinais toponímicos atribuídos às instituições de ensino público municipal, estadual e à rede privada do município de Araguaína, sob a perspectiva dos estudos de Toponímia. Para isso, a autora fez o levantamento do corpus em dezenove escolas de Ensino Fundamental e Médio, examinando as motivações toponímicas associadas aos nomes de cada instituição, com base em documentos fornecidos pelas respectivas secretarias escolares. Todas as informações obtidas foram sistematicamente organizadas em fichas lexicográfico-toponímicas propostas por Miranda (2020).

A partir da observação e descrição dos dados coletados, Albuquerque (2021) identificou as particularidades dos topônimos escolares, adotando uma abordagem qualitativa para sua análise. Os resultados apontam que os nomes das escolas de Araguaína derivam, em grande parte, de três principais motivações: indicações políticas, referências religiosas ou demandas da própria comunidade escolar. Desse modo, a pesquisadora reconhece que a permanência ou substituição de um topônimo também está profundamente relacionada aos sentidos simbólicos e afetivos que a população local atribui a ele.

A obra *Onomástica em Libras*, organizada por Alexandre Melo de Sousa, Liliane Lemos Santana Barreiros, Ronice Müller de Quadros e Marianne Stumpf (2025), reúne estudos desenvolvidos por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros — surdos e ouvintes — que se dedicam à investigação dos nomes próprios sob diferentes perspectivas dentro da Onomástica, aplicada à Libras. A publicação contempla contribuições nas áreas da Antroponímia (nomeação de pessoas), Toponímia (nomes próprios de lugares), Onionímia (nomes de marcas, produtos e estabelecimentos comerciais), Teonímia (designação de divindades nas diversas tradições religiosas) e Zoonímia (nomes atribuídos a animais de estimação).

A obra de Sousa *et al.* (2025) é pioneira no Brasil ao abordar a Onomástica no contexto das línguas de sinais, estabelecendo um marco para os estudos linguísticos e culturais voltados às comunidades surdas. Ao articular diferentes subáreas da Onomástica em Libras, os autores contribuem não apenas para a consolidação de um campo de pesquisa emergente, mas também para o reconhecimento da complexidade e da riqueza das práticas de nomeação dentro da cultura surda.

A coletânea é composta por 17 capítulos, incluindo o texto de abertura assinado pelos organizadores, que introduz os fundamentos teóricos e metodológicos do volume. Os demais capítulos exploram, a partir de uma abordagem interseccional entre língua e cultura, os diversos processos de nomeação em Libras, evidenciando como os sujeitos surdos constroem e atribuem significados aos nomes de pessoas, lugares, animais, objetos e entidades religiosas.

Cada contribuição revela, com diferentes recortes teóricos e metodológicos, as estratégias linguísticas e sociais que envolvem a criação e circulação de nomes próprios em Libras, ressaltando o papel da experiência visual, da iconicidade, da corporeidade e da coletividade como elementos constitutivos dessas práticas nomeadoras.

Além de oferecer subsídios teóricos relevantes para os estudos linguísticos, os pesquisadores apontam para questões práticas relacionadas à documentação linguística, tradução intermodal, educação bilíngue e acessibilidade cultural.

2.3 Toponímia em Libras: iconicidade e empréstimos

Sousa (2023b) fala de dois fenômenos linguísticos que precisamos destacar nesta tese: a iconicidade e os empréstimos nos topônimos em Libras. A iconicidade, definida como a relação direta entre a forma linguística e seu referente (Trask, 2004; Dubois *et al.*, 1973), constitui um traço estrutural das línguas de sinais (Perniss, 2007). Tal característica decorre do modo de produção dos sinais por meio de articuladores corporais em movimento, no espaço tridimensional, o que favorece uma associação visual e espacial com os referentes (Taub, 2001; Perniss, 2007; Lillo-Martin & Gajewskay, 2014; Quadros, 2019).

Lillo-Martin e Gajewskay (2014) destacam que a iconicidade exerce papel essencial no processamento lexical, na formulação de conceitos abstratos e na referência espacial e pronominal. Nesse sentido, Quadros (2019) reforça que ela motiva a criação de diversos sinais. Para Carneiro (2016, p. 110), essa propriedade permite ao sinalizador construir estruturas capazes de transmitir simultaneamente múltiplas informações.

Taub (2001) propõe que a formação de itens lexicais icônicos ocorre em três etapas: seleção de uma imagem representativa, esquematização dos aspectos relevantes dessa imagem e, por fim, codificação linguística do sinal. É com base nas propostas de Lillo-Martin & Gajewskay (2014), Taub (2001) e Perniss (2007) que Sousa (2023b) demonstra a iconicidade em sinais toponímicos em Libras do Acre. A seguir, vemos o sinal BRASILÉIA.

Figura 8 – Sinal BRASILÉIA



Fonte: Sousa (2022, p. 71).

Segundo o modelo tripartido proposto por Taub (2001), esse processo compreende as etapas de *seleção*, *esquematisação* e *codificação*, que orientam a transformação de um referente visual ou conceitual em sinal linguístico.

Na fase de *seleção*, escolheu-se como imagem representativa o conjunto de árvores dispostas em fileiras ao longo da principal rua da cidade, elemento visual marcante no contexto urbano de Brasília. Essa escolha reflete uma tentativa de capturar um aspecto distintivo e saliente do espaço geográfico em questão, aspecto enfatizado por Perniss (2007), ao destacar que a iconicidade em línguas de sinais emerge da exploração das propriedades visuais e espaciais dos referentes no mundo real.

A etapa seguinte, a *esquematisação*, implicou a abstração dos traços mais relevantes dessa imagem — a forma vertical e segmentada das árvores e a linearidade de sua disposição ao longo da via —, elementos que poderiam ser compatibilizados com os recursos articulatórios do corpo humano. Essa compatibilização é essencial para a integração da imagem ao sistema fonológico e semântico da língua, como observa Taub (2001), pois exige uma adaptação que preserve a motivação icônica sem comprometer a estrutura gramatical da língua.

Por fim, na fase de *codificação*, essa representação esquematizada foi convertida em sinal linguístico por meio da configuração das mãos e braços, que remetem à forma física das árvores. O movimento sincronizado dos braços projetando-se à frente do corpo, em espaço neutro, representa a disposição linear das árvores na rua, criando uma metáfora espacial coerente com o referente geográfico. Lillo-Martin e Gajewskay (2014) destacam que esse tipo de iconicidade espacial não apenas facilita o mapeamento entre sinal e referente, mas também contribui significativamente para o processamento morfológico e semântico do sinal, especialmente em contextos que exigem representações abstratas e relacionamentos espaciais.

Assim, a construção do sinal BRASILÉIA exemplifica como a iconicidade opera como um mecanismo linguístico produtivo, que permite representar visualmente aspectos do mundo

real, integrando forma, significado e espaço em uma unidade expressiva típica das línguas de sinais.

Na formação dos sinais toponímicos em Libras, observa-se a presença significativa de *empréstimos linguísticos*, especialmente aqueles provenientes da língua portuguesa, que se manifestam através de configurações de mãos que representam letras do alfabeto. Sousa (2023b), com base nos estudos de Faria-Nascimento (2009), classifica esse fenômeno como empréstimo por transliteração, o qual pode ocorrer em duas modalidades: pragmática e lexicalizada.

O empréstimo por transliteração pragmática refere-se à soletração datilológica completa do nome, ou seja, o sinal é produzido letra por letra, com uso das configurações manuais do alfabeto manual. Já a forma lexicalizada ocorre quando apenas algumas letras – geralmente as iniciais ou aquelas com maior destaque fonológico ou semântico – são incorporadas ao sinal, fundindo-se com outras características visuais ou conceituais do referente. Esse tipo de empréstimo resulta em sinais mais fluidos e integrados à estrutura fonológica e morfológica da Libras, e não meramente uma repetição mecânica do alfabeto.

Figura 9 – Sinal MÂNCIO LIMA



Fonte: Adaptado de Sousa (2022, p. 73).

Um exemplo elucidativo é o sinal MÂNCIO LIMA, que apresenta uma estrutura composta e híbrida: o primeiro formante traz a configuração manual correspondente à letra “M”, representando a inicial do nome da cidade em português; o segundo formante remete ao sinal de CACHOEIRA, elemento geográfico relevante do local. A fusão entre a letra inicial e um aspecto icônico do ambiente constitui um sinal toponímico marcado pela combinação de empréstimo lexicalizado e motivação icônica.

Além da transliteração, Sousa (2022) propõe o conceito de empréstimo por transemiotização, que amplia a noção de empréstimo para além do alfabeto manual, abrangendo também sinais gráficos da língua escrita, como números, símbolos e caracteres especiais. Esses elementos visuais são apropriados e reinterpretados na Libras, muitas vezes em contextos

urbanos ou comerciais, nos quais há uma forte presença da escrita e da mídia visual. Um exemplo disso é o sinal utilizado para representar o banco Itaú, localizado na rua Marechal Deodoro, em Rio Branco, cuja forma inclui uma referência ao símbolo “@” (arroba), integrando um signo gráfico ao sinal linguístico.

Esses processos demonstram a criatividade linguística presente na Libras, que recorre tanto à iconicidade quanto aos empréstimos da língua escrita e oral para formar sinais toponímicos representativos, funcionais e culturalmente contextualizados. A flexibilidade dessas estratégias evidencia a produtividade e a dinamicidade da língua de sinais brasileira na construção de novos léxicos, especialmente no domínio dos topônimos.

2.4 Linguística aplicada, interdisciplinaridade e toponímia

Moita-Lopes (1996) enfatiza que a Linguística Aplicada deve ser vista, acima de tudo, como uma prática que ocorre no contexto social e educacional. A partir dessa perspectiva, ele propõe que o ensino e a aprendizagem de línguas não podem ser compreendidos apenas sob o ponto de vista técnico ou formal da Linguística, mas devem ser analisados dentro de uma trama social, cultural e política que molda a interação linguística. Para Moita-Lopes(1996), a LA é essencialmente uma disciplina que se insere em um processo de formação, não apenas de competências linguísticas, mas também de capacidades sociais e identitárias dos indivíduos.

Nesse sentido, na visão do autor, a LA propõe uma abordagem reflexiva e crítica sobre as práticas de ensino de línguas, considerando não só os aspectos gramaticais e linguísticos, mas também os fatores contextuais que influenciam a comunicação. A língua, nesse contexto, deixa de ser vista apenas como uma estrutura formal a ser dominada e passa a ser encarada como um fenômeno cultural e social, essencial para a construção de identidade.

Rajagopalan (2003) destaca que a LA deve estar atenta às questões de identidade e de poder que envolvem o uso da linguagem. A linguagem, para ele, não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta através da qual as relações de poder e de controle são estabelecidas. No contexto educacional, isso se traduz na necessidade de refletir criticamente sobre como o ensino de línguas pode contribuir para a construção e imposição de identidades, tanto de indivíduos quanto de grupos sociais. A linguagem, nesse sentido, é vista como um campo de batalha ideológico, onde questões como a autoridade linguística, a norma padrão e a variação linguística são centrais.

Em *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar* (2006), Luiz Paulo Moita Lopes propõe uma abordagem crítica e inovadora para a Linguística Aplicada (LA), rompendo com a visão tradicional que a subordinava a um conjunto fixo de disciplinas estabelecidas. Ao introduzir o

conceito de uma "linguística aplicada indisciplinar", o autor defende que a LA deve ser permeável, flexível e aberta a múltiplos saberes e práticas, recusando amarras impostas por paradigmas teóricos e metodológicos rígidos.

Essa proposta de "indisciplina" reflete uma ruptura consciente com as fronteiras disciplinares convencionais. A Linguística Aplicada, nesse novo enquadramento, passa a dialogar ativamente com outras áreas do conhecimento – como a sociologia, a psicologia, a filosofia, a história, a cultura e a educação – abrindo espaço para leituras mais complexas e comprometidas das práticas linguísticas. Nesse sentido, Moita Lopes (2006, p. 104) destaca que “o interdisciplinar envolve interesse e respeito pela voz do outro, isto é, por ouvir o que o outro está dizendo com a finalidade de analisar como suas ideias se coadunam com as perspectivas que se tenha”. Tal abertura à escuta e à articulação de múltiplas vozes reforça a dimensão ética e política da prática acadêmica.

A interdisciplinaridade aqui proposta não se limita à soma de contribuições externas, mas implica uma postura crítica diante do conhecimento. Como afirma Tannen (*apud* Moita Lopes, na obra de Signorini e Cavalcanti, 1998, p. 105), a integração de ideias “é uma forma de pensamento crítico”. Assim, a LA deve superar o modelo técnico e instrumental que apenas aplica teorias linguísticas consolidadas, sem considerar as complexas realidades sociais e culturais nas quais a linguagem está inserida.

Nesse cenário, a linguagem passa a ser compreendida como uma prática social atravessada por relações de poder, exclusão e resistência. Moita Lopes (2006) argumenta que os estudos de linguagem devem ser conduzidos sem o apego a uma única vertente teórica ou metodológica, permitindo que a LA se reinvente constantemente frente às novas demandas sociais, culturais e educacionais. Ao politizar o conhecimento e suas formas de produção, a Linguística Aplicada se aproxima de uma perspectiva transformadora, como aponta Pennycook (2001, *apud* Moita Lopes, 2006, p. 21): “todo conhecimento é político”.

Complementando essa visão, Makoni e Meinhof (2006) ressaltam que “todo conhecimento vem de algum lugar”, reforçando que teorizar e pesquisar são práticas situadas e ideologicamente orientadas. Politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social, portanto, não é um desvio, mas parte intrínseca dos novos modos de fazer LA.

Nessa perspectiva crítica e indisciplinar, a Linguística Aplicada assume seu papel como ferramenta potente para compreender e intervir em práticas linguísticas atravessadas por desigualdades sociais. Como defende Rajagopalan (2006), adotar essa postura crítica permite que a LA atue diretamente sobre questões de exclusão, discriminação e injustiça, contribuindo para a transformação das práticas sociais que moldam o uso da linguagem.

Rajagopalan (2006) sugere que a LA deve ser vista como uma área do conhecimento que questiona o status quo e propõe alternativas, abordando de forma mais profunda e reflexiva os problemas que surgem nas interações linguísticas e voltadas para questões práticas.

[...] é preciso nos conscientizar de que, para ser de alguma utilidade prática, a teoria deveria ter sido concebida levando-se em conta possíveis fins práticos. Uma teoria concebida à revelia das preocupações práticas, elaborada apenas para satisfazer a criatividade de um gênio solitário, não tem valia alguma no campo da prática (Rajagopalan, 2006, p. 159).

Para ele, o papel da LA é criar condições para um entendimento mais amplo das implicações sociais e políticas da linguagem. Nesse sentido, ele propõe que a LA se torne um campo mais interdisciplinar, que dialogue com outras áreas do conhecimento e que esteja mais atento aos processos de marginalização e exclusão social que podem ser perpetuados por práticas linguísticas normativas.

No artigo "Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar?", Rocha e Daher (2015) propõem uma reflexão crítica sobre a natureza e os rumos da Linguística Aplicada (LA). Os autores questionam a concepção tradicional da LA como mera aplicação prática de teorias linguísticas, sugerindo que ela deve ser entendida como um campo interdisciplinar que lida com problemas reais de linguagem e comunicação, incorporando uma dimensão social mais profunda.

De acordo com Rocha e Daher (2015), a LA não se limita a aplicar conhecimentos linguísticos em contextos práticos, mas deve envolver uma análise crítica das práticas de linguagem em diferentes esferas sociais. A LA deve, portanto, ser capaz de questionar e reinterpretar as relações de poder, identidade e cultura presentes nas interações linguísticas, indo além de uma abordagem técnica ou instrumental.

Os autores destacam que, historicamente, a LA tem negligenciado a complexidade do "social", tratando-o de forma superficial ou secundária. Eles argumentam que a LA precisa redefinir sua compreensão do social, incorporando uma visão mais rica e dinâmica das práticas sociais, que considere as múltiplas dimensões culturais, políticas e históricas envolvidas. Essa abordagem permitiria à LA contribuir de maneira mais significativa para a compreensão e transformação das realidades sociais.

Rocha e Daher (2015) sugerem, ainda, que a LA se afaste de uma postura de inferioridade em relação a outras áreas do conhecimento e busque afirmar sua relevância por meio de uma prática reflexiva e engajada. Sobre isso, de acordo com o site da *Association*

Internationale de Linguistique Appliquée – AILA (Associação Internacional de Linguística Aplicada):

A Linguística Aplicada é um campo interdisciplinar de pesquisa e prática que lida com problemas práticos de linguagem e comunicação, os quais podem ser identificados, analisados ou resolvidos por meio da aplicação de teorias, métodos e resultados disponíveis da Linguística ou pelo desenvolvimento de novos referenciais teóricos e metodológicos na Linguística para abordar esses problemas. A Linguística Aplicada se diferencia da Linguística de maneira geral principalmente por sua orientação explícita para problemas práticos do dia a dia relacionados à linguagem e comunicação. Os problemas tratados pela Linguística Aplicada vão desde aspectos da competência linguística e comunicativa do indivíduo, como aquisição de primeira ou segunda língua, alfabetização, distúrbios de linguagem etc., até problemas relacionados à linguagem e comunicação em e entre sociedades, como, por exemplo, variação linguística e discriminação linguística, plurilinguismo, conflito linguístico, política linguística e planejamento linguístico¹ (AILA, 2025).

Rocha e Daher (2015) ressaltam que a LA deve se tornar um espaço de produção de conhecimento que dialogue com outras disciplinas e que esteja atento às demandas sociais contemporâneas. Nessa perspectiva amplia o escopo da LA, tornando-a uma ferramenta poderosa para a análise e intervenção nas dinâmicas de linguagem e poder presentes na sociedade.

Em síntese, a Linguística Aplicada (LA), enquanto campo de natureza crítica e interdisciplinar, tem se consolidado como um espaço teórico e prático voltado à análise de problemas reais que envolvem a linguagem em seus diversos contextos sociais. Essa interdisciplinaridade, longe de ser um simples acúmulo de saberes, constitui uma atitude de abertura e curiosidade diante do mundo, como observa Japiassu (1992, p. 89, apud Moita Lopes, na obra organizada por Signorini e Cavalcanti, 1998, p. 104):

O interdisciplinar não é algo que se ensine ou que se aprenda. É algo que se vive. É fundamental uma atitude de espírito. Atitude feita de curiosidade, de abertura, de sentido de aventura, de intuição das coisas existentes entre as coisas que escapam à observação comum. Atitudes de recusa de especialismos que bitolam e dos dogmatismos dos saberes verdadeiros.

Dentro desse espírito indisciplinar e comprometido com a realidade, a Toponímia em Libras emerge como uma vertente significativa de atuação e reflexão no campo da LA. Ao tratar da nomeação de espaços geográficos por meio da Libras, esse campo articula dimensões

¹ Applied Linguistics is an interdisciplinary field of research and practice dealing with practical problems of language and communication that can be identified, analysed or solved by applying available theories, methods and results of Linguistics or by developing new theoretical and methodological frameworks in Linguistics to work on these problems. Applied Linguistics differs from Linguistics in general mainly with respect to its explicit orientation towards practical, everyday problems related to language and communication. The problems Applied Linguistics deals with range from aspects of the linguistic and communicative competence of the individual such as first or second language acquisition, literacy, language disorders, etc. to language and communication related problems in and between societies such as e.g. language variation and linguistic discrimination, multilingualism, language conflict, language policy and language planning.

linguísticas, históricas, culturais, sociais e políticas, posicionando-se como uma potente ferramenta tanto de análise quanto de intervenção educativa.

A partir da compreensão de que o ato de nomear não é neutro — mas está profundamente imerso em relações de poder, disputas identitárias e construções sociais do espaço —, a Toponímia, especialmente quando realizada em Libras, amplia os horizontes da LA ao incluir a experiência da comunidade surda como agente ativa na produção de sentidos. Ao fazê-lo, desafia práticas hegemônicas de conhecimento e dá visibilidade a histórias, vozes e saberes frequentemente marginalizados. Como afirma Moita Lopes (2006, p. 23), é preciso “trazer à tona atravessamentos identitários, construídos no discurso, assim como os ideais que dizem respeito às formas de produzir conhecimento, ver a vida social compreendida por outras vozes, outras histórias – [isso porque] formas de produzir conhecimento descorporificam no interesse de apagar histórias, classe social, gênero, raça, etc.”

Nesse sentido, a Toponímia em Libras não apenas enriquece o escopo teórico da LA, como também a conecta de forma mais sensível às realidades vividas por sujeitos historicamente invisibilizados. Moita Lopes (2006) reforça essa perspectiva ao destacar “a preocupação com o mundo social e com os conhecimentos e crenças e visões que as pessoas têm sobre a linguagem”, defendendo a construção de teorias locais, que sejam capazes de dialogar com o cotidiano das pessoas, em oposição às teorias globais que muitas vezes ignoram as particularidades da experiência vivida.

Assim, o estudo toponímico em Libras representa uma prática situada e crítica que contribui para a renovação constante da Linguística Aplicada, alinhando-se aos seus princípios indisciplinares e à sua vocação para a transformação social por meio da linguagem.

Assim, ao incorporar a Toponímia em Libras como objeto de análise e de ensino, em diálogo com a LA, este estudo apenas valoriza a diversidade linguística e cultural, como também fomenta práticas pedagógicas que consideram os sujeitos surdos em sua agência identitária. A nomeação de espaços em Libras – por meio de sinais icônicos, soletrados, inicializados ou híbridos – revela estratégias discursivas e representacionais que estão enraizadas em experiências visuais, corporais e culturais específicas, oferecendo aos educadores e pesquisadores elementos concretos para repensar o ensino de línguas e a construção do currículo em uma perspectiva inclusiva.

Ao se trabalhar em sala de aula os processos de nomeação de cidades, bairros, escolas, unidades de saúde ou espaços simbólicos em Libras, os alunos (surdos e ouvintes) são levados a compreender como a linguagem participa da organização social do espaço, da construção de identidades e da manutenção (ou ruptura) de estruturas de poder. Essa abordagem permite

desnaturalizar os nomes próprios geográficos, problematizando suas origens, motivações e implicações políticas, além de reconhecer os modos singulares de nomeação desenvolvidos pelas comunidades surdas.

Conforme apontado por estudiosos como Rajagopalan (2003, 2006), Moita-Lopes (1996, 2006), Rocha e Daher (2015), a LA não deve restringir-se à aplicação técnica de conhecimentos linguísticos, mas assumir uma postura ética, crítica, engajada e interdisciplinar diante dos fenômenos linguísticos, considerando seus efeitos sociais, culturais e políticos. Desse modo, trabalhar com a Toponímia em Libras não é apenas uma forma de inserir a Libras no contexto escolar como objeto de estudo legítimo, mas também de propor uma educação bilíngue crítica, que valoriza saberes outros e tensiona os discursos hegemônicos sobre língua, cultura e território. Nesse sentido, a Linguística Aplicada encontra, nos estudos toponímicos em Libras, uma possibilidade concreta de atuação voltada à equidade, ao reconhecimento da diversidade e à transformação social por meio da linguagem.

Na próxima seção, destacaremos pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior sobre as relações entre Onomástica/Toponímia e ensino, numa perspectiva interdisciplinar. Apresentaremos, ainda, investigações que abordam a toponímia em Libras e o ensino.

3 PESQUISAS QUE ABORDAM A ONOMÁSTICA/TOPONÍMIA E ENSINO

A inserção da Toponímia e da Onomástica no contexto educacional tem ganhado destaque nas últimas décadas, não apenas pela relevância linguística desses campos, mas também pelo seu potencial formativo e interdisciplinar. A nomeação de lugares e pessoas, enquanto prática sociocultural e histórica, permite o desenvolvimento de atividades pedagógicas que promovem o letramento crítico, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento da identidade sociolinguística dos estudantes. Neste cenário, a Toponímia — ramo da Onomástica dedicado ao estudo dos nomes geográficos — apresenta-se como uma ferramenta didática potente, capaz de articular conteúdos de língua, geografia, história, cultura e cidadania.

Diante desse panorama, apresentamos a revisão sistemática nesta seção, que tem como objetivo mapear, analisar e discutir contribuições teóricas e práticas que relacionam o ensino da Toponímia à Educação Básica. O corpus da análise é composto por 23 obras acadêmicas, entre artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado e teses de doutorado, que abordam a temática sob diferentes enfoques — desde propostas didáticas aplicadas até discussões conceituais e estudos de caso em contextos escolares diversos.

Para a composição do corpus, foram consultadas diferentes bases de dados e repositórios acadêmicos, com o objetivo de garantir abrangência, diversidade metodológica e atualidade das produções analisadas. Entre as principais fontes utilizadas estão: *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, *Google Acadêmico*, *Banco de Teses e Dissertações da CAPES*, *Repositórios Institucionais de Universidades Públicas*, como os das universidades federais (UFs) e estaduais (UEs), *Portal de Periódicos da CAPES* e *Academia.edu* e *ResearchGate* (para levantamento de capítulos e livros indicados por autores da área).

Os critérios de seleção incluíram:

1. Recorte temporal: obras publicadas entre os anos de 2000 e 2025, com ênfase nas produções das duas últimas décadas, período em que se observa maior consolidação dos estudos toponímicos aplicados à educação.
2. Relevância temática: textos que abordassem diretamente a relação entre Toponímia (e/ou Onomástica) e o ensino, preferencialmente na Educação Básica, embora também tenham sido incluídas produções voltadas à formação de professores.

3. Tipo de publicação: priorizaram-se obras com caráter acadêmico e científico, avaliadas por pares, com inserção em periódicos qualificados ou vinculadas a programas de pós-graduação reconhecidos.
4. Aderência à proposta interdisciplinar: foram valorizadas produções que dialogassem com diferentes áreas do conhecimento – como linguística, geografia, história, educação e estudos culturais – e que evidenciassem o potencial educativo dos nomes próprios e geográficos.

3.1 Toponímia e ensino: o estudo inaugural

A obra de Sousa (2007) representa a primeira iniciativa brasileira de inserção da toponímia no ensino básico. O autor apresenta uma análise detalhada da importância da toponímia no contexto educacional brasileiro, propondo atividades didáticas que integram essa área da linguística ao currículo escolar. Sousa (2007) destaca a toponímia como um campo interdisciplinar que permite a articulação entre língua portuguesa, história, geografia, antropologia e memória cultural, oferecendo aos alunos uma compreensão mais profunda de sua realidade sociocultural.

Sousa (2007) define a toponímia como a parte da onomástica que estuda os nomes próprios de lugares, abordando suas origens, significados e transformações ao longo do tempo. Ele enfatiza que os topônimos são reflexos da história, cultura e identidade dos povos, funcionando como testemunhos linguísticos e culturais. Essa perspectiva permite que os alunos compreendam como os nomes dos lugares estão intrinsecamente ligados às narrativas e memórias coletivas das comunidades.

O autor propõe que a toponímia seja incorporada ao ensino básico por meio de projetos pedagógicos que envolvem a coleta, catalogação e análise de topônimos locais. Essas atividades promovem a interdisciplinaridade, integrando conhecimentos de diferentes áreas e incentivando os alunos a desenvolverem habilidades de pesquisa, análise crítica e reflexão sobre o patrimônio cultural e linguístico de sua região.

A metodologia sugerida por Sousa (2007) envolve etapas como a apresentação da toponímia aos alunos, a realização de atividades de campo para levantamento de topônimos, a análise etimológica e semântica desses nomes e a socialização dos resultados por meio de apresentações e produções textuais. Essas práticas visam estimular o protagonismo dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

A obra de Sousa (2007) destaca a importância da toponímia como ferramenta pedagógica no ensino básico, evidenciando seu potencial para promover uma educação

interdisciplinar e contextualizada. Ao integrar o estudo dos nomes de lugares ao currículo escolar, é possível enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, proporcionando aos alunos uma compreensão mais ampla e profunda de sua cultura e história. A partir desse estudo pioneiro, outras pesquisas foram desenvolvidas no Brasil, como mostraremos a seguir.

3.2 Toponímia, ensino e interdisciplinaridade em sala de aula

Andrade (2011) sustenta que a toponímia – o estudo dos nomes próprios de lugares – deve ser compreendida como uma prática discursiva enraizada na experiência histórica, cultural e linguística de uma comunidade. Ao tratar da toponímia como interface interdisciplinar, a autora insere o estudo dos topônimos no eixo de articulação entre língua portuguesa, história, geografia, literatura e educação patrimonial.

Com base na linguística aplicada e em princípios do letramento crítico, Andrade (2011) argumenta que os topônimos, ao mesmo tempo que nomeiam espaços físicos, também constroem significados sociais. O trabalho com esses elementos linguísticos em sala de aula possibilita aos alunos refletirem sobre os processos de nomeação, memória coletiva e relações de poder que permeiam a paisagem urbana e rural.

A proposta pedagógica apresentada pela autora propõe sequências didáticas que envolvem a investigação de nomes de ruas, bairros e cidades pelos próprios alunos, articulando atividades de pesquisa de campo, leitura de mapas, entrevistas e análises etimológicas. Trata-se de uma prática que vai além da mera transmissão de conteúdos: promove a construção ativa do conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico e a valorização do espaço vivido.

Andrade e Pereira (2021) deslocam o foco para a educação infantil, propondo um modelo de inserção da onomástica — o estudo dos nomes próprios — compatível com os campos de experiência definidos pela BNCC. O trabalho parte do princípio de que o nome próprio é uma das primeiras formas de identificação e reconhecimento da criança no mundo social, tornando-se, portanto, uma poderosa ferramenta de mediação pedagógica.

A abordagem onomástica nas etapas iniciais da escolarização é proposta como forma de promover a consciência linguística e a valorização da identidade individual e coletiva. O estudo dos prenomes, sobrenomes e nomes de parentes, vizinhos e lugares próximos é sugerido como ponto de partida para atividades que envolvam oralidade, leitura e escrita de forma lúdica e significativa.

A proposta está alinhada aos campos de experiência “O eu, o outro e o nós” e “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, demonstrando como o trabalho com nomes próprios pode ser

estruturado em projetos pedagógicos que desenvolvam competências socioemocionais, linguísticas e cognitivas, com respeito à diversidade cultural e à pluralidade linguística.

São apresentadas atividades como rodas de conversa sobre o nome, confecção de murais, uso de livros de literatura infantil que abordem o tema do nome, e jogos de memória e identidade. A ênfase está na ludicidade e no envolvimento ativo das crianças, considerando seus interesses e repertórios socioculturais.

Sousa e Gouveia (2018) apresentam uma proposta didático-pedagógica voltada ao Ensino Médio que articula o estudo da toponímia com a construção da memória coletiva e a valorização da identidade local. Os autores propõem uma atividade em que os alunos investigam os nomes de ruas e espaços públicos de sua cidade, com o objetivo de compreender o processo de nomeação e os significados históricos, sociais e culturais envolvidos.

A proposta de Sousa e Gouveia (2018) fundamenta-se na perspectiva interdisciplinar, integrando conhecimentos de Linguística, História e Geografia, e é ancorada na abordagem do letramento crítico. Os autores destacam que os topônimos, além de designações espaciais, são marcas discursivas que revelam aspectos da memória social e das relações de poder.

A atividade descrita pelos autores estimula os estudantes a realizarem pesquisa de campo, entrevistas com moradores, leitura de documentos e produção textual, promovendo o protagonismo estudantil, o pensamento reflexivo e a ampliação das competências linguísticas e interpretativas. A toponímia, nesse contexto, é explorada como ferramenta para desenvolver a consciência crítica dos alunos sobre o espaço em que vivem e sua história.

Figueiredo e Castro (2019) propõem a inserção da onomástica como ferramenta didático-pedagógica no ensino de línguas, tanto materna quanto estrangeira, com foco especial no público jovem. As autoras defendem que o trabalho com nomes próprios, incluindo prenomes, sobrenomes, topônimos e antropônimos, pode se constituir em um potente recurso para o desenvolvimento linguístico, identitário e intercultural dos estudantes.

A proposta é fundamentada em uma perspectiva interdisciplinar, que articula conhecimentos de linguística, história, geografia e cultura, promovendo a reflexão crítica sobre os nomes como marcas sociais, históricas e simbólicas. As autoras sugerem atividades como investigações sobre a origem e o significado dos nomes dos alunos, comparação entre nomes em diferentes línguas, estudo de nomes em obras literárias, além de práticas de oralidade e produção escrita.

A abordagem também contempla o ensino de línguas estrangeiras, sugerindo que o estudo da onomástica favorece a ampliação do repertório lexical e cultural dos estudantes, ao

permitir a comparação entre sistemas onomásticos distintos e as diferentes formas de nomear o mundo em diferentes culturas.

Figueiredo e Castro (2019) destacam a valorização da onomástica como elemento estruturante da linguagem e da identidade, demonstrando que os nomes próprios podem ser explorados de forma criativa e crítica nas aulas de língua. A proposta rompe com práticas tradicionais e mecânicas de ensino, incentivando um trabalho potente, que parte da realidade dos estudantes e os envolve em investigações sobre si mesmos e o meio em que vivem.

Outro ponto relevante é a ênfase no potencial da onomástica para fomentar a educação intercultural, especialmente quando aplicada ao ensino de línguas estrangeiras. A comparação entre nomes de diferentes contextos linguísticos permite que os alunos reflitam sobre a diversidade cultural e sobre os mecanismos linguísticos que sustentam as práticas de nomeação em distintas sociedades.

Ao mesmo tempo, o texto reforça a importância de inserir conteúdos de onomástica nos currículos escolares e na formação de professores, abrindo espaço para uma abordagem mais ampla e humanizada da linguagem, que considera os sujeitos como protagonistas de sua aprendizagem.

Reis e Andrade (2019) apresentam uma proposta de ensino que insere o estudo da toponímia no cotidiano escolar por meio de oficinas pedagógicas voltadas para alunos do Ensino Médio. As autoras defendem que os topônimos, além de elementos linguísticos, são manifestações da história, da cultura e da memória social, podendo ser explorados de maneira interdisciplinar nas aulas de Língua Portuguesa.

A proposta descrita envolve atividades práticas e investigativas, como levantamento de nomes de ruas e bairros da cidade dos estudantes, análise de suas origens e significados, e produção de textos argumentativos e descritivos a partir dos dados coletados. As oficinas visam desenvolver competências linguísticas, promover a valorização do espaço local e estimular a consciência crítica dos alunos sobre os processos de nomeação e os discursos que esses nomes carregam.

As autoras também apontam que o trabalho com toponímia contribui para o letramento crítico, pois leva os estudantes a questionarem as escolhas toponímicas presentes em seu entorno e refletirem sobre quem nomeia os espaços e com quais interesses.

A metodologia ativa proposta por Reis e Andrade (2019) busca envolver os estudantes em pesquisas, entrevistas, saídas de campo e produção textual. A oficina rompe com a passividade comum nas aulas tradicionais e promove o protagonismo discente. Isso está em

consonância com as diretrizes da BNCC, que orientam para o desenvolvimento de competências investigativas e o trabalho com práticas de linguagem em contextos reais de uso.

Além disso, a proposta das autoras contribui para a formação cidadã, ao incentivar os jovens a se apropriarem dos saberes locais e refletirem sobre as relações de poder e representatividade envolvidas na nomeação dos espaços públicos. Nesse sentido, os topônimos deixam de ser vistos como simples dados geográficos e passam a ser compreendidos como construções sociais significativas.

Silva e Dargel (2021), por sua vez, investigam a toponímia do município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, sob a ótica da lexicultura, ou seja, da relação entre léxico e cultura, com foco no potencial pedagógico dessa abordagem no contexto escolar. O estudo parte da premissa de que os nomes de lugares são elementos linguísticos carregados de significados históricos, sociais e culturais, sendo, portanto, recursos valiosos para o ensino de Língua Portuguesa e para a construção da identidade local dos estudantes.

A pesquisa envolve um levantamento e análise de nomes de logradouros (ruas, praças, avenidas), considerando suas origens, motivações e o imaginário social que os sustenta. As autoras mostram que a nomeação urbana reflete valores, homenagens, eventos históricos, elementos da natureza e, muitas vezes, aspectos políticos e ideológicos.

A proposta educativa que emerge do estudo sugere o uso dos topônimos em sala de aula como ponto de partida para práticas de letramento crítico, interdisciplinaridade e valorização da história local, aproximando os estudantes do seu território e das narrativas que o compõem.

Silva e Dargel (2021) destacam a interseção entre linguagem, cultura e ensino, evidenciando como os nomes dos lugares não apenas identificam espaços físicos, mas também são produtos culturais e históricos que merecem ser explorados no ambiente escolar. A perspectiva lexicultural adotada permite compreender os topônimos como manifestações simbólicas que comunicam memórias coletivas e disputas de significado.

Do ponto de vista didático, a pesquisa se alinha às metodologias que valorizam o letramento crítico e o ensino contextualizado, promovendo uma aprendizagem significativa. Ao trabalhar com nomes reais e próximos dos alunos, a proposta fomenta o interesse, a reflexão e a construção de sentido, além de desenvolver habilidades linguísticas, investigativas e cidadãs.

Outro aspecto relevante no estudo de Silva e Dargel (2021) é a valorização do conhecimento local como instrumento pedagógico. Em um cenário educacional muitas vezes centrado em conteúdos descolados da realidade dos estudantes, esse tipo de abordagem reforça a importância de tornar o currículo mais inclusivo e representativo das vivências dos alunos.

Seide (2022) propõe objetos de ensino para o Ensino Fundamental II que utilizam a toponímia como ponto de partida para o aprendizado interdisciplinar. A ênfase está em como os nomes de lugares podem ser explorados em diversas áreas do conhecimento, como História, Geografia, e Língua Portuguesa. A proposta de Seide visa estimular uma reflexão sobre a importância dos nomes dos lugares para a construção da memória coletiva e da identidade dos alunos. Além disso, sugere que o estudo da toponímia pode ser um caminho para promover um ensino mais dinâmico, capaz de estabelecer conexões com a realidade dos estudantes e com seu contexto social e cultural.

Seide e Lucas (2024) expandem a reflexão de Seide (2022) sobre a onomástica e sua aplicação pedagógica na educação básica, trazendo um relato de experiência. O foco está no ensino de onomástica no Ensino Fundamental II e como esse conteúdo foi introduzido nas práticas pedagógicas em sala de aula. A experiência relatada busca ilustrar como o estudo dos nomes próprios (pessoas, lugares e instituições) pode ser utilizado para desenvolver habilidades linguísticas nos alunos, promovendo uma aproximação entre teoria e prática no ensino da língua.

O estudo também se alinha ao que foi proposto em 2022, pois ambos os textos compartilham a interdisciplinaridade como princípio fundamental, utilizando os nomes como ferramentas didáticas que ultrapassam as fronteiras da Língua Portuguesa e se conectam com outras áreas, como a Geografia e a História. O relato também traz à tona a importância de se trabalhar com materiais do cotidiano dos estudantes, como nomes de ruas, praças e bairros, para contextualizar e dar significado ao aprendizado.

A pesquisa de Dias e Seide (2024) propõe uma abordagem interdisciplinar mais ampla, que incorpora a onomástica e a Educação em Língua Estrangeira (ELE), com foco na crise hídrica no México. Ao integrar o estudo da onomástica e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o estudo articula temas globais com contextos locais, estabelecendo conexões entre língua, cultura e questões socioambientais.

Embora o foco seja diferente dos dois estudos anteriores, a interdisciplinaridade é novamente um ponto comum. Neste caso, o uso da onomástica serve para conectar o aprendizado da língua estrangeira com problemas sociais contemporâneos. A aplicação da onomástica nas discussões sobre sustentabilidade e crise hídrica oferece um exemplo de como a linguística pode ir além do ensino de estruturas formais da língua e engajar os alunos em questões do mundo real, como o impacto da nomeação de locais e a construção de significados sociais e ecológicos.

O artigo de Correia, Moreira e Seide (2023) aborda a aplicabilidade da onomástica como uma ferramenta pedagógica no ensino básico, mais especificamente nas aulas de Língua Portuguesa. O estudo enfoca como a onomástica pode ser utilizada para desenvolver habilidades linguísticas, promovendo o conhecimento e a reflexão sobre a importância dos nomes próprios no cotidiano dos estudantes.

A pesquisa destaca que o estudo da onomástica não se limita a um exercício teórico, mas pode ser integrado ao processo de ensino-aprendizagem de forma prática e significativa. Por meio do uso de nomes próprios (sejam pessoais ou de lugares), é possível explorar uma variedade de aspectos da língua, como morfologia, sintaxe e semântica, além de estimular a compreensão crítica dos alunos sobre como os nomes carregam significados históricos e culturais.

O texto também enfatiza que o uso da onomástica na escola pode contribuir para a construção da identidade dos alunos, conectando o conteúdo abordado às suas realidades pessoais e sociais. O estudo sugere atividades práticas que integram a onomástica ao contexto local, utilizando nomes de lugares, pessoas e instituições que os alunos conhecem ou têm vínculo, possibilitando uma análise contextualizada e reflexiva da língua.

O estudo de Santos, Souza e Seide (2023), por sua vez, foca na introdução dos estudos de onomástica nas aulas regulares de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. O objetivo é apresentar propostas pedagógicas que integram a onomástica ao currículo escolar de forma gradual e acessível, considerando as especificidades da faixa etária e o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

O artigo propõe atividades didáticas que exploram os nomes próprios como elementos de aprendizado na sala de aula. A ideia central é promover uma reflexão sobre a função e os significados dos nomes, tanto no aspecto individual (nomes pessoais) quanto no coletivo (nomes de lugares, bairros, ruas etc.). Além disso, a pesquisa sugere que, ao trabalhar com a onomástica, os alunos desenvolvem não apenas competências linguísticas, mas também um entendimento mais profundo sobre história, cultura e identidade.

A proposta é clara em seu intuito de desmistificar o estudo da língua ao integrar temas próximos ao cotidiano dos alunos. O estudo aponta para a necessidade de contextualizar o conteúdo para que ele faça sentido para os estudantes e os engaje ativamente no processo de aprendizagem.

Santos e Sousa (2022) abordam o estudo da toponímia dentro do contexto do Ensino Fundamental, mais especificamente com estudantes do 6º ano. O foco é a aplicação de um projeto de intervenção pedagógica que visa integrar o estudo da toponímia de forma

interdisciplinar no currículo escolar, destacando a importância da interação entre diferentes áreas do conhecimento, como Geografia, História e Língua Portuguesa.

O estudo busca mostrar como o trabalho com os nomes de lugares pode proporcionar aos alunos uma reflexão sobre a história local, o valor cultural dos toponímicos e, ao mesmo tempo, estimular a interpretação crítica da linguagem e sua aplicação no contexto educacional. A interdisciplinaridade, aqui, se apresenta como um método pedagógico fundamental para tornar o aprendizado mais significativo e conectado à realidade dos alunos.

As atividades desenvolvidas no projeto foram planejadas para estimular a curiosidade dos alunos e permitir que eles realizassem conexões entre os nomes dos lugares e o processo de construção da memória coletiva. Isso contribui para o desenvolvimento de uma identidade local e para o entendimento de como a linguagem e a geografia se inter-relacionam, através da evolução e transformação dos nomes ao longo do tempo.

Os resultados do projeto foram bastante positivos, mostrando que a integração da toponímia ao currículo escolar é uma estratégia eficaz para promover uma aprendizagem mais significativa e interligada. Os alunos demonstraram grande interesse e engajamento nas atividades propostas, pois conseguiram perceber a relevância cultural e histórica dos nomes de lugares em sua própria realidade.

O estudo de Santos e Sousa (2022) traz contribuições importantes para o campo da educação ao evidenciar como o estudo dos nomes de lugares pode ser um instrumento poderoso para promover o aprendizado interdisciplinar e contextualizado no ensino fundamental. A proposta de explorar a toponímia nas aulas de Língua Portuguesa é inovadora, pois permite que os alunos percebam a língua como algo vivo e dinâmico, que se entrelaça com a história e a geografia dos lugares que habitam.

3.3 Onomástica/Toponímia e ensino em pesquisas internacionais

Consideramos importante apresentar alguns trabalhos internacionais que abordam a relação entre Onomástica e ensino. MacKenzie (2018), por exemplo, propõe o uso de dados onomásticos – como nomes pessoais, de produtos e de lugares – para introduzir conceitos fundamentais da linguística em nível introdutório. A autora apresenta uma abordagem pedagógica que utiliza a familiaridade cotidiana com os nomes para engajar os estudantes em atividades práticas de análise linguística. Entre os tópicos abordados estão fonologia, morfologia, semântica e sociolinguística, com exemplos aplicáveis tanto em sala de aula quanto como tarefas domiciliares. A proposta visa não apenas ensinar teoria linguística, mas também desenvolver habilidades práticas de análise de dados linguísticos.

A metodologia apresentada integra a onomástica ao ensino de linguística, proporcionando aos alunos uma compreensão mais profunda e aplicada dos conceitos linguísticos. No entanto, uma possível limitação é a generalização dos resultados, uma vez que os exemplos utilizados são predominantemente de contextos anglófonos, o que pode restringir a aplicabilidade em contextos linguísticos e culturais diversos.

Em Marieiev *et al.* (2024) temos um estudo experimental que investiga a eficácia do uso de material onomástico no espaço educacional, focando na análise etimológica de nomes próprios e na aplicação de métodos digitais para pesquisa e apresentação de dados onomásticos. Os resultados indicam um aumento expressivo na atividade cognitiva dos estudantes quando expostos a tarefas que envolvem análise de nomes próprios, sugerindo que a onomástica pode ser uma ferramenta eficaz para estimular o pensamento crítico e a compreensão linguística.

A pesquisa destaca a importância de integrar a onomástica ao currículo educacional, utilizando métodos inovadores para engajar os alunos. Contudo, a generalização dos resultados pode ser limitada, uma vez que o estudo foi conduzido em um contexto específico e pode não refletir as realidades educacionais de outras regiões ou culturas.

Ambos os estudos – MacKenzie (2018) e Marieiev *et al.* (2024) – enfatizam a relevância da onomástica como ferramenta pedagógica no ensino de linguística. MacKenzie foca na aplicação de dados onomásticos para ensinar conceitos linguísticos fundamentais, enquanto Marieiev *et al.* exploram a eficácia do uso de material onomástico no espaço educacional, destacando a importância de métodos inovadores e digitais. Juntas, essas obras sugerem que a integração da onomástica ao currículo educacional pode enriquecer o ensino de linguística, tornando-o mais acessível e engajador para os estudantes.

3.4 Toponímia em Libras e ensino: estudos

Quanto à relação entre Toponímia em Libras e ensino – foco desta Tese – os estudos ainda são escassos. Apresentamos, a seguir, a revisão de 6 trabalhos disponíveis em repositórios acadêmicos e em sites de editoras e periódicos científicos.

Sousa e Quadros (2019a, 2019b) apresentam avanços significativos na integração da toponímia à educação bilíngue de surdos, utilizando a toponímia em Língua Brasileira de Sinais (Libras), os registros dos topônimos em vídeos e em escrita de sinais (SignWriting) numa ferramenta pedagógica digital. A proposta de um web software dedicado ao ensino da toponímia em Libras destaca-se pela inovação e relevância no contexto educacional.

A criação do web software "Toponímia em Libras" constitui, como ressaltam os autores, um marco na utilização de tecnologias digitais para o ensino da toponímia para surdos e para o ensino de Libras de forma ampla. Ele permite o acesso a vídeos instrucionais em Libras, descrições dos sinais toponímicos e informações geográficas, facilitando o aprendizado de topônimos em contexto urbano. Essa abordagem é particularmente valiosa para estudantes surdos, pois respeita sua língua e cultura, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz.

Os autores adotam uma perspectiva interdisciplinar, combinando linguística, geografia e tecnologia educacional. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla dos processos de nomeação de lugares, considerando aspectos culturais, históricos e sociais. A aplicação do software em sala de aula pode enriquecer o ensino da toponímia, proporcionando aos alunos uma compreensão mais profunda dos nomes de lugares e seus significados. Além disso, o software pode servir como modelo para o desenvolvimento de outras ferramentas educacionais voltadas para o ensino de Libras e de conteúdos geográficos.

O artigo de Silva, Sousa, Castro e Cavalcante (2021) propõe uma abordagem pedagógica inovadora para o ensino da toponímia em Língua Brasileira de Sinais (Libras), utilizando a obra *Imperatriz: Cidade da Gente* como recurso didático. A pesquisa visa integrar o estudo dos nomes de lugares à educação bilíngue de surdos, promovendo uma compreensão mais profunda dos espaços urbanos e culturais.

Os autores baseiam-se nas propostas de Sousa (2019) para desenvolver atividades que explorem a iconicidade dos sinais toponímicos. A metodologia adotada é interdisciplinar, combinando linguística, geografia e educação bilíngue, o que enriquece a compreensão dos alunos sobre os nomes dos lugares e suas significações culturais.

A utilização da obra *Imperatriz: Cidade da Gente* permite que os alunos surdos identifiquem e analisem doze topônimos da cidade de Imperatriz, no Maranhão. Essa abordagem facilita a conexão entre o conteúdo linguístico e a realidade local dos estudantes, tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado. Desse modo, a proposta contribui para a valorização da Libras como língua de instrução e cultura, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa às especificidades dos alunos surdos. Além disso, ao integrar o estudo da toponímia ao currículo escolar, amplia-se o repertório linguístico e cultural dos estudantes, fortalecendo sua identidade e pertencimento.

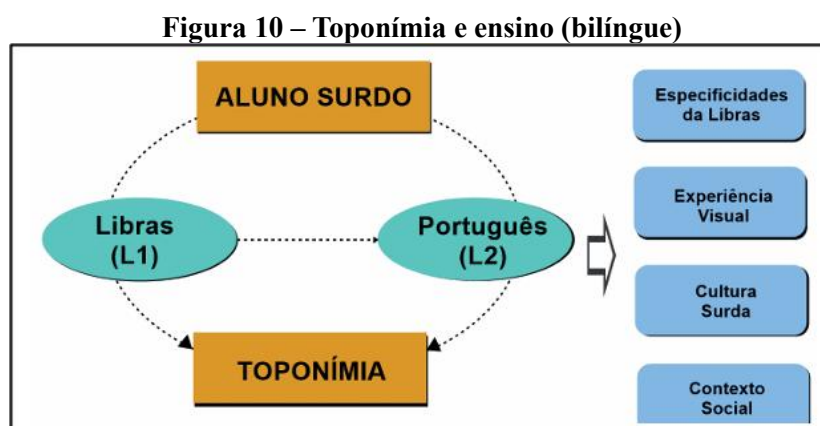
A pesquisa de Silva *et al.* (2021), portanto, oferece uma abordagem pedagógica eficaz para o ensino da toponímia em Libras, destacando-se pela integração de diferentes áreas do conhecimento e pelo respeito às especificidades culturais e linguísticas dos alunos surdos.

Sousa (2021) propõe práticas pedagógicas voltadas ao ensino da toponímia em Libras e em Português como segunda língua (L2). O autor parte da constatação de que a toponímia, enquanto área da onomástica com grande potencial de contextualização geográfica, histórica e cultural, pode ser uma via eficaz para o ensino significativo de línguas aos estudantes surdos. Assim, o autor fundamenta sua proposta nos princípios da educação bilíngue para surdos, valorizando a Libras como primeira língua (L1) e o Português escrito como L2, e reconhece que a construção de significados linguísticos e culturais por meio dos nomes de lugares favorece o desenvolvimento da competência linguística em ambas as línguas, ao mesmo tempo que contribui para a construção da identidade e do pertencimento social dos alunos.

O texto oferece propostas concretas de atividades a serem aplicadas em sala de aula, com foco em práticas visuais, espaciais e interativas, que respeitam as especificidades linguísticas dos surdos. Sousa (2021) também defende a integração da Libras no ensino da toponímia como forma de evitar o ensino meramente traduzido ou oralista, rompendo com práticas excludentes do passado.

Em outra obra, Sousa (2022) apresenta uma abordagem interdisciplinar sobre o ensino da toponímia em Libras, articulando três eixos fundamentais: a pesquisa linguística, a prática pedagógica e os aportes interdisciplinares. O autor propõe reflexões e práticas voltadas especialmente à educação bilíngue de surdos, trazendo a toponímia como possibilidade de inclusão, empoderamento e reconhecimento sociocultural.

A obra de Sousa (2022) se estrutura em torno de uma perspectiva crítica e comprometida com a valorização das línguas de sinais e da cultura surda, destacando como a toponímia pode ser inserida em contextos escolares de forma significativa, colaborando com o desenvolvimento da identidade surda, da competência linguística em Libras. O autor demonstra como a toponímia deve ser desenvolvida na educação bilíngue de surdos a partir do seguinte esquema:



Fonte: Elaborada a partir de Sousa (2022).

Sousa (2022) destaca que o ensino da toponímia em Libras vai além da mera tradução de topônimos: trata-se de um processo de construção simbólica e cognitiva que envolve espaço, memória, cultura e linguagem, articulando a toponímia com áreas como geografia, história, linguística e estudos culturais, evidenciando seu potencial para o trabalho em sala de aula de forma transversal e contextualizada. Essa interdisciplinaridade enriquece o ensino e torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e conectado à realidade dos estudantes surdos. O autor ressalta, ainda, a necessidade de abordar a toponímia considerando as especificidades linguísticas da Libras (modalidade, iconicidade etc.), a experiência visual surda, as culturas e identidades surdas e o contato linguístico/social a que estão sujeitos os surdos.

A dissertação França (2025) é a primeira no Brasil a tratar sobre a relação entre toponímia em Libras e ensino e apresenta uma contribuição relevante e inovadora para os estudos sobre ensino bilíngue de surdos, ao apresentar uma proposta pedagógica para o uso da toponímia urbana a partir do *Inventário de Libras de Rio Branco*. A pesquisa se ancora nos princípios da educação bilíngue, nos estudos onomásticos e nos direitos linguísticos da comunidade surda, articulando teoria e prática com clareza.

O trabalho evidencia como os nomes de lugares — elementos muitas vezes invisibilizados no cotidiano escolar — podem se tornar recursos potentes de ensino e aprendizagem, especialmente quando integrados à Libras como primeira língua (L1) dos estudantes surdos. Ao empregar o Inventário da Libras de Rio Branco, Acre, como ponto de partida para atividades educativas, a autora não apenas promove o reconhecimento da identidade surda, mas também valoriza os vínculos afetivos, culturais e geográficos dos alunos com o espaço urbano que habitam.

A proposta didática apresentada contempla aspectos linguísticos, culturais e espaciais, permitindo abordagens interdisciplinares entre geografia, história, língua portuguesa (L2) e Libras, com foco nos espaços turísticos de Rio Branco – capital do Acre. A metodologia inclui atividades de reconhecimento e sinalização de topônimos, análise de significados e produção de registros multimodais, demonstrando um compromisso com práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis à realidade dos estudantes.

Embora França (2025) apresente uma pesquisa de indiscutível relevância social e acadêmica, a proposta não é aplicada para termos resultados empíricos concretos. Trata-se de uma produção que contribui para o fortalecimento da cidadania linguística da população surda e para a democratização do acesso ao conhecimento, por meio de práticas escolares culturalmente significativas.

Em síntese, a análise sistemática das obras aqui apresentada revela que o ensino da toponímia e da onomástica na Educação Básica possui vasto potencial pedagógico, tanto para o desenvolvimento de competências linguísticas quanto para a formação cidadã. A interdisciplinaridade, presente em praticamente todas as obras analisadas, evidencia a riqueza e a atualidade do tema, que dialoga com aspectos culturais, sociais, históricos e ambientais.

As contribuições práticas – como oficinas, projetos e sequências didáticas – oferecem caminhos concretos para a inserção desses conteúdos nas escolas, especialmente em consonância com os princípios da BNCC. Além disso, o estudo dos nomes, ao fomentar a reflexão crítica sobre a linguagem, promove o reconhecimento da identidade local, da diversidade cultural e da história dos territórios vivenciados pelos alunos.

Diferenciando-se das pesquisas anteriormente apresentadas, a proposta desenvolvida nesta tese destaca-se por seu caráter colaborativo e por estar alicerçada na experiência e no protagonismo de docentes surdos atuantes na educação bilíngue. Essa construção coletiva, pautada no diálogo entre teoria e prática, permite que as identidades e culturas surdas sejam efetivamente incorporadas ao processo pedagógico, garantindo que o ensino se fundamente em perspectivas genuinamente visuais e comunitárias. Além disso, a proposta toma como base empírica o Inventário de Libras de Rio Branco (Acre) – que será descrito no próximo capítulo – o que lhe confere uma dimensão local e contextualizada, valorizando os sinais toponímicos produzidos pela própria comunidade surda acreana e reconhecendo-os como expressão legítima de pertencimento e memória. Dessa forma, o estudo inova ao integrar pesquisa linguística, valorização cultural e prática educacional, promovendo uma abordagem de ensino que respeita a diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos e fortalece o vínculo entre língua, território e identidade.

4 O INVENTÁRIO DE LIBRAS DE RIO BRANCO, ACRE

O *Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre* integra uma iniciativa nacional de mapeamento e documentação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em distintas regiões do país, sendo uma replicação do projeto-matriz denominado *Inventário Nacional de Libras*. Conforme esclarecem Sousa *et al.* (2023, p. 108–109), esse projeto tem por objetivo:

[...] mapear e registrar os aspectos sociolinguísticos da Libras específicos de cada Comunidade Surda do Brasil, a partir da constituição de um corpus representativo de cada região metropolitana selecionada. Para isso, como já foi enfatizado, os procedimentos metodológicos devem seguir um padrão em todos os locais onde o projeto será replicado.

Dentre os projetos já concluídos, destacam-se as experiências realizadas em Florianópolis (SC), Fortaleza (CE) e Maceió (AL). Outras localidades, como Rio Branco (AC), Palmas (TO), Brasília (DF) e Porto Alegre (RS), encontram-se em fase de desenvolvimento. Cada replicação regional deve seguir rigorosamente os critérios definidos pelo projeto nacional, garantindo a padronização e a comparabilidade dos dados coletados. A figura a seguir mostra os lugares onde os Inventários de Libras estão sendo desenvolvidos.

Figura 11 – Inventários de Libras



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O *Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre*, sob a coordenação do professor Dr. Alexandre Melo de Sousa, é conduzido em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo projeto-matriz nacional. A composição da equipe local foi realizada de forma criteriosa, priorizando a participação de professores e estudantes surdos, a fim de assegurar representatividade e legitimidade no processo de pesquisa. Em 2020, o projeto obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme registro CAAE 35002620.9.0000.5010.

A logomarca do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre, pode ser visualizada a seguir. A identidade visual é composta por elementos que refletem a cultura surda e o espaço amazônico – onde o projeto se desenvolve. A seguir, podemos visualizar a logo do projeto e um vídeo que explica a constituição do estudo.

Figura 12 – Logomarca do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre



Fonte: Sousa *et al.* (2025, p. 17).

Para participar do projeto, segundo Quadros *et al.* (2020), os pesquisadores e colaboradores locais devem atender a requisitos específicos, os quais asseguram a legitimidade e a representatividade dos dados. Dentre os critérios para pesquisadores, destacam-se:

1. ser natural da capital em estudo ou residir e manter contato direto com a Comunidade Surda local há, pelo menos, dez anos;
2. apresentar perfil comunicativo e extrovertido, preferencialmente com experiência acadêmica (graduação ou pós-graduação);
3. demonstrar domínio básico de tecnologias digitais, além de acesso diário a computador e internet.

No projeto de Rio Branco os pesquisadores surdos foram os seguintes: Israel Bissat Amim, Daniel Braga Gomes e Luvas Vargas Machado – os três são professores do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre.

Já os participantes surdos (informantes linguísticos) devem, segundo Quadros *et al.* (2020), atender aos seguintes critérios:

1. ser naturais da capital ou nela residirem há mais de dez anos;
2. ter adquirido Libras em idade pré-escolar (até os 7 anos de idade) ou, alternativamente, possuir tempo de exposição superior a sete anos, com proficiência reconhecida na comunidade;

3. participar em duplas compostas por indivíduos próximos (parentes ou amigos), preferencialmente do mesmo gênero e faixa etária;
4. representar, no conjunto dos participantes, ao menos três faixas geracionais: jovens (até 30 anos), adultos (entre 30 e 60 anos) e idosos (a partir de 60 anos), incluindo pessoas de diferentes gêneros;
5. ter variados níveis de escolarização, abrangendo desde o ensino fundamental até o ensino superior completo.

No caso do Inventário de Libras de Rio Branco, os participantes somaram 36 – conforme distribuição apresentada a seguir:

Quadro 3 – Participantes do Inventário

Grupo Etário	Faixa de Idade	Homens	Mulheres	Total por Grupo
Grupo 01	18 a 29 anos	6	8	14
Grupo 02	30 a 49 anos	7	7	14
Grupo 03	50 anos ou mais	3	5	8
Total Geral	—	16	20	36 participantes

Fonte: dados da pesquisa

A seguir, podemos visualizar todos os participantes, divididos por grupos etários. O grupo 1 foi composto 14 participantes, sendo 6 homens e 8 mulheres, conforme esclarece Sousa *et al.* (2025).

Figura 13 – Inventário de Libras de Rio Branco (Grupo 1)



Fonte: Sousa *et al.* (2025, p. 14).

Segundo Sousa *et al.* (2025), o Grupo 2 foi composto por 7 homens e 7 mulheres, como podemos visualizar na imagem a seguir.

Figura 14 – Inventário de Libras de Rio Branco (Grupo 2)



Fonte: Sousa *et al.* (2025, p. 14).

O Grupo 3, contudo, foi formado por 5 mulheres e 3 homens. De acordo com Sousa *et al.* (2025, p. 15), “a composição deste grupo apresentou maiores desafios, especialmente no que se refere à identificação de surdos com o perfil exigido pelo projeto matriz, com destaque para o critério de fluência em Libras”.

Figura 15 – Inventário de Libras de Rio Branco (Grupo 3)



Fonte: Sousa *et al.* (2025, p. 15).

As sessões de gravação ocorreram em 2023, em estúdio montado de acordo com as condições técnicas estabelecidas pelo projeto-matriz; Segundo Sousa *et al.* (2025, p. 16):

O ambiente de gravação foi cuidadosamente planejado. As paredes foram pintadas em azul royal, e o piso foi revestido com carpete preto, o que proporcionou melhor contraste para a visualização dos sinais. Os participantes usaram camisetas pretas, conforme orientações de padronização que visavam garantir a perfeita visibilidade dos elementos corporais envolvidos na sinalização, como mãos, tronco e cabeça. A iluminação foi ajustada de modo a eliminar sombras e garantir a nitidez da captação.

A seguir, é possível visualizar os 4 ângulos de captação de imagens utilizados no projeto.

Figura 16 – Captação de entrevistas do Inventário de Libras



Fonte: Arquivo do Projeto Inventário de Libras de Rio Branco (2025).

O uso de quatro câmeras permite uma documentação minuciosa dos articuladores manuais e não manuais envolvidos nas produções linguísticas em Libras, aspecto essencial, conforme destaca Leite (2008), para análises que levem em consideração a expressividade facial e o uso do espaço tridimensional na comunicação visual-gestual.

Quadros *et al.* (2020, p. 5462) também enfatizam a importância do posicionamento adequado dos equipamentos de filmagem, de acordo com os objetivos específicos da atividade realizada, seja ela uma elicitación individual ou uma conversação espontânea. Para garantir a qualidade do registro, é necessário assegurar “uma tomada com foco no rosto do sinalizador e uma tomada com foco no espaço de sinalização mais geral”, o que permite capturar simultaneamente os detalhes articulatórios e o uso expansivo do espaço sinalizado.

A geração dos dados no *Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre* baseia-se em cinco atividades principais, conforme proposto por Quadros *et al.* (2020). Cada uma dessas atividades foi cuidadosamente elaborada para captar diferentes aspectos da produção linguística em Libras, abrangendo desde experiências pessoais até usos narrativos e estruturas linguísticas específicas.

A primeira atividade, denominada *Atividade Inicial*, consiste em uma entrevista com foco em relatos autobiográficos. Nessa etapa, o participante é convidado a refletir sobre sua trajetória pessoal e linguística, abordando temas como a história de seu sinal pessoal, sua aquisição da Libras, sua participação na comunidade surda local, bem como suas experiências e atitudes em relação ao uso da Libras e da língua portuguesa. Também são explorados acontecimentos marcantes de sua vida e suas aspirações pessoais e profissionais.

As duas atividades seguintes envolvem narrativas visuais. Na *Narrativa 1*, o participante assiste a um curta-metragem e, em seguida, deve recontar a história para o pesquisador. Na *Narrativa 2*, o mesmo procedimento é repetido com um segundo vídeo, desta vez em formato

de história em quadrinhos, exigindo habilidades de organização discursiva e representação visual dos eventos narrados.

A quarta atividade corresponde à *Conversação Livre*, em que os participantes (organizados em duplas) são incentivados a dialogar espontaneamente ou sobre temas propostos pelo pesquisador, geralmente relacionados à realidade cotidiana local. Essa etapa visa captar interações mais naturais, permitindo uma análise mais orgânica do uso da Libras em contextos conversacionais reais.

Por fim, a *Elicitação Gramatical e Lexical* consiste na apresentação de estímulos previamente definidos e adaptados de um projeto de corpus da língua de sinais alemã. Esses estímulos são utilizados para induzir a produção de construções gramaticais específicas e itens lexicais relevantes da Libras, permitindo uma coleta sistemática e comparável de dados linguísticos.

Após a gravação, os dados são cuidadosamente editados e arquivados. A etapa seguinte consiste na transcrição dos dados, considerada uma das fases mais complexas e exigentes do processo metodológico. Para garantir a qualidade desse trabalho, é necessário um processo prévio de formação técnica e ética, conforme ressaltam Quadros *et al.* (2020, p. 5463): “a fim de que se possa fazer transcrições de boa qualidade, haja vista que é o processo que mais demanda tempo, atenção e acuidade”.

A transcrição da Libras é realizada por meio do sistema de anotação *Eudico Linguistic Annotator* (ELAN), ferramenta que permite a criação, edição, visualização e busca em vídeos. Para esta pesquisa, foram utilizadas seis trilhas de anotação no ELAN, que possibilitam descrever com precisão os aspectos articulatórios e discursivos dos sinais produzidos, respeitando as particularidades visuais e espaciais da língua de sinais.

É importante destacar que:

A constituição desse corpus fornece insumos valiosos para a produção de conhecimento científico, abrindo caminhos para estudos de variação linguística, fonologia, morfologia, sintaxe, léxico, semântica, pragmática, discurso e estilística da Libras. Além disso, o ILRB apresenta implicações educacionais significativas, ao subsidiar a elaboração de propostas didáticas e materiais pedagógicos contextualizados, voltados à realidade sociolinguística dos surdos acreanos. As pesquisas com foco na Educação Bilíngue de Surdos, por exemplo, indicam o potencial do corpus para o desenvolvimento de práticas de ensino interdisciplinares, culturalmente sensíveis e visualmente orientadas (SOUSA, *et al.*, 2025, p. 20).

A imagem a seguir apresenta a equipe de pesquisadores envolvida no desenvolvimento do Inventário de Rio Branco.

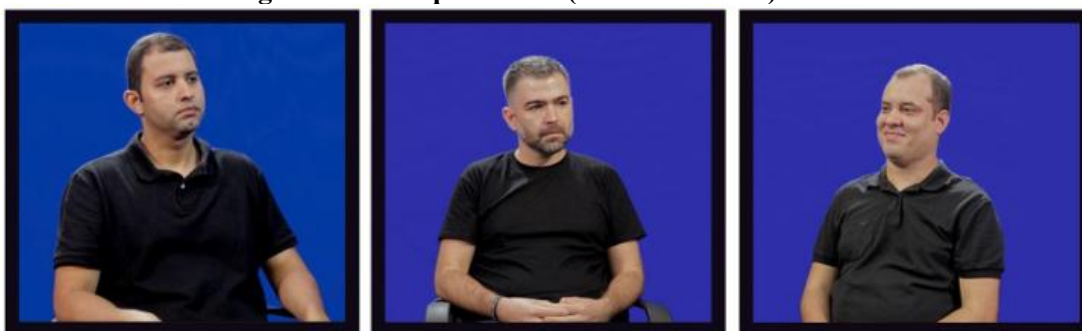
Figura 17 – Equipe do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Conforme relatam Sousa e Garcia (2023), a equipe de pesquisadores surdos envolvida no *Inventário de Libras da Região de Rio Branco* foi composta por Israel Bissat Amim, Lucas Vargas Machado da Costa e Daniel Gomes, todos docentes do curso de Licenciatura em Letras Libras e amplamente reconhecidos como referências dentro da comunidade surda local.

Figura 18 – Pesquisadores (entrevistadores) surdos



Fonte: Sousa *et al.* (2025, p. 13).

Além desses, também integraram a equipe os seguintes pesquisadores surdos: João Renato dos Santos Junior, Débora de Oliveira Nolasco, Gustavo Marques Brandão e Rosicléia Bastos do Nascimento Gomes. Participaram ainda pesquisadores ouvintes: Rosane Garcia Silva, Israel Queiroz de Lima, Diemes Farias de França, João Carlos Paiva Xavier e Ianele Viviane Vital Pereira de Melo.

Segundo Quadros e Sousa (2021), o *Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre* tem como propósito promover reflexões de cunho social, intelectual e cultural no âmbito da comunidade surda, contribuindo para o reconhecimento e a valorização tanto da Língua Brasileira de Sinais quanto da Cultura Surda. O projeto está vinculado ao Grupo de Pesquisa

G-ESLIN (Educação de Surdos, Libras e Inclusão), cujas ações se articulam em torno da promoção da acessibilidade linguística e da produção científica em Libras.

A relevância do Inventário ultrapassa o campo da documentação linguística, assumindo um papel significativo na formação identitária e educacional dos surdos acreanos, à medida que consolida práticas de pesquisa que visam à preservação da diversidade linguística e ao fortalecimento de políticas inclusivas.

Como ressaltam Sousa e Garcia (2023, p. 113), os procedimentos metodológicos adotados foram rigorosamente seguidos, de modo a assegurar a comparabilidade dos dados com os de outros Inventários regionais em desenvolvimento no Brasil, como os das cidades de Florianópolis (SC), Maceió (AL) e Fortaleza (CE). No entanto, adaptações pontuais foram necessárias: no caso da captação de imagens pela câmera superior, não foi possível posicioná-la a 90° em relação aos participantes devido à altura excessiva do teto do estúdio, o que comprometeria a qualidade visual. Diante dessa limitação estrutural, optou-se por um ângulo transversal, o qual se mostrou tecnicamente eficiente, preservando a nitidez das sinalizações e permitindo observar possíveis variações nas produções linguísticas registradas.

O *Inventário de Libras da Região de Rio Branco* configura-se como uma iniciativa de grande relevância científica e educacional, contribuindo de forma efetiva para a documentação e análise da Libras em contextos regionais, além de fortalecer o protagonismo surdo na construção do conhecimento linguístico e pedagógico

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentaremos os procedimentos metodológicos da presente Tese. Inicialmente, trataremos sobre a caracterização geral da pesquisa: natureza, abordagem, objetivos, procedimentos. Em seguida, descreveremos o inventário de Libras de Rio Branco, Acre: sujeitos envolvidos, coleta de dados e armazenamento, resultados. Depois, descreveremos a proposta didática toponímica que será aplicada com alunos surdos da educação básica, com base nos dados do Inventário.

A pesquisa é uma prática que se aprende e se aperfeiçoa por meio do exercício consciente de habilidades e da mobilização de conhecimentos específicos. Como destaca Serrano (2011, p. 10), investigar é lidar com uma realidade aberta e complexa, “cujas alternativas de materialização permaneceriam truncadas se não soubéssemos nem pesquisar e nem o que estamos pesquisando”. Nesse sentido, a construção de um percurso metodológico exige clareza, coerência e planejamento rigoroso, de modo a garantir a confiabilidade dos resultados e sua relevância científica e social.

Com base nessa compreensão, apresentamos o desenho metodológico da pesquisa ora proposta, cujo eixo central é a seguinte pergunta: Em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas para o ensino de Toponímia que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos?

O objetivo geral deste estudo é analisar em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, para o ensino da Toponímia, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos.

Para alcançar esse propósito, delineamos os seguintes objetivos específicos: a) Discorrer sobre os fundamentos teóricos da toponímia em Libras e sua relação com a cultura e identidade surda; b) Problematizar a perspectiva da colaboração no planejamento do trabalho docente e da Educação Bilíngue de Surdos; c) analisar o processo de construção e reformulação de propostas didático-metodológicas, que considerem os aspectos linguísticos e culturais para a educação de surdos.

A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que esta modalidade busca interpretar os significados atribuídos aos fenômenos estudados, considerando seus contextos específicos. Triviños (1987) argumenta que a pesquisa qualitativa não se prende à quantificação dos dados, mas à análise compreensiva de seu conteúdo. De forma complementar, Gil (1999) ressalta que

essa abordagem contribui significativamente para o aprofundamento das relações entre os fenômenos analisados. Dado o foco desta pesquisa na construção colaborativa de propostas didáticas para o ensino da Toponímia em Libras com docentes surdos, julgamos a abordagem qualitativa a mais apropriada para nossos objetivos.

Trata-se, também, de uma pesquisa documental, uma vez que se baseia em materiais previamente produzidos – no caso, os registros em vídeo do *Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre* – que ainda não passaram por tratamento analítico direcionado ao foco desta investigação. Conforme Gil (1991, p. 47), a pesquisa documental utiliza “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

A presente pesquisa inspira-se nos princípios da pesquisa-ação, entendida, conforme Thiollent (1986), como uma modalidade investigativa que articula ação prática e produção de conhecimento científico em uma relação dialógica e transformadora com os sujeitos envolvidos. No entanto, diferentemente da aplicação direta em contextos de ensino, não houve intervenção com alunos, mas sim a submissão da proposta didática à análise e avaliação de docentes surdos com ampla experiência na educação básica e no ensino de surdos. Essa escolha metodológica mantém o espírito participativo e reflexivo da pesquisa-ação, ao mesmo tempo em que garante o rigor analítico e o respeito às especificidades éticas e contextuais da investigação com a comunidade surda, cuja trajetória educacional é marcada por processos de exclusão e apagamento linguístico e cultural.

Mais do que uma técnica de coleta de dados, a pesquisa-ação constitui, como destaca Franco (2005), uma pedagogia da práxis, guiada pela problematização do real e pela construção coletiva de sentidos e saberes que emergem da prática social concreta. Inspirar-se nessa abordagem representa, portanto, um compromisso ético e político com a transformação das condições de ensino e com o reconhecimento dos surdos como agentes de produção de conhecimento. De acordo com Barbier (2007, p. 33), a pesquisa-ação visa “transformar a realidade a partir do interior dos próprios grupos implicados”, o que, nesta tese, se traduz na valorização dos docentes surdos como coautores do processo investigativo, legitimando seus saberes e experiências no campo da educação bilíngue. Tal perspectiva converge com os princípios da pedagogia surda, que propõe práticas visuais, bilíngues e culturalmente situadas. Como ressaltam Lima e Martins (2006), esse tipo de investigação mostra-se particularmente eficaz quando associado a uma prática problematizadora, que promove o envolvimento crítico dos sujeitos e a construção colaborativa de alternativas educativas transformadoras.

Ao invés de impor uma proposta didática pronta, a presente investigação optou por construí-la em conjunto com docentes surdos, cujas experiências, saberes e vivências profissionais foram fundamentais para o aprimoramento da sequência didática voltada ao ensino de toponímia em Libras. Essa escuta ativa e respeitosa revela o compromisso da pesquisa com a valorização da diversidade linguística e epistêmica.

Por fim, cabe destacar que, como observa Lima (2016), toda pesquisa envolvendo sujeitos humanos deve ser atravessada por uma ética da responsabilidade e do reconhecimento. A pesquisa-ação, ao envolver os participantes como coconstrutores do conhecimento, demanda que se estabeleçam relações horizontais, baseadas no respeito mútuo, na transparência e na reciprocidade. Tais princípios foram norteadores em todas as fases deste estudo, desde o convite aos participantes até a reformulação final da proposta didática.

5.1. Etapas da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas interligadas, inspiradas no ciclo metodológico da pesquisa-ação proposto por Thiollent (1986) — diagnóstico, planejamento, ação/intervenção e avaliação — e adaptadas ao contexto específico da prática pedagógica bilíngue com estudantes surdos.

a) Elaboração da proposta didática inicial

O pesquisador elaborou uma sequência didática bilíngue, voltada ao ensino de toponímia em Libras, com base nos sinais toponímicos documentados pelo projeto *Inventário de Libras da Região de Rio Branco – Acre (ILRB)*. Essa proposta dialoga com os princípios da educação bilíngue de surdos, conforme definidos na Lei nº 14.191/2021, e buscou valorizar a Libras como língua de instrução e o português escrito como segunda língua (L2).

b) Envolvimento de professores surdos

O estudo contou com a participação de quatro docentes surdos, sendo dois homens e duas mulheres, todos com experiência na educação de surdos em Rio Branco, Acre. Dois deles são formados em Letras-Libras e dois em Pedagogia, com atuação docente variando entre 5 e 8 anos. Três participantes são naturais de Rio Branco e um é natural de Curitiba, mas reside na capital acreana há mais de dez anos, estando integrado à comunidade surda local. A seguir, vemos um quadro com o perfil dos participantes do estudo.

Quadro 4 – Perfil dos participantes

	Sexo	Idade	Naturalidade	Formação	Experiência Educação de Surdos
<i>Participante 1</i>	Homem	31	Rio Branco (Acre)	Letras Libras	6 anos
<i>Participante 2</i>	Mulher	36	Rio Branco (Acre)	Pedagogia	16 anos
<i>Participante 3</i>	Homem	43	Curitiba (Paraná)	Letras Libras	8 anos
<i>Participante 4</i>	Mulher	38	Rio Branco (Acre)	Pedagogia	12 anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos os participantes haviam integrado anteriormente o projeto *Inventário de Libras da Região de Rio Branco – Acre* (ILRB), o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, assegurando a legitimidade ética de suas ações. Além disso, todos os docentes participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme exigido pelas normas de pesquisa com seres humanos, garantindo o respeito à autonomia, à confidencialidade e aos direitos dos envolvidos.

c) Oficinas de análise e reflexão colaborativa

Em encontros planejados como espaços formativos e dialógicos, o pesquisador apresentou a proposta didática inicial aos docentes surdos, promovendo debates sobre os seguintes eixos:

- O protagonismo surdo na elaboração e condução da proposta;
- A visualidade e os elementos culturais surdos presentes no material;
- A relevância histórica e social dos sinais toponímicos;
- As possibilidades interdisciplinares da proposta (Linguística, Geografia, História);
- A adequação metodológica ao contexto das escolas bilíngues;
- A necessidade de recursos multimodais (vídeos, imagens, mapas, *QR codes* etc.).

As oficinas se constituíram, conforme propõe Franco (2005), como momentos de formação compartilhada, em que o saber da prática se articula à teoria para produzir conhecimento educativo situado.

d) Reformulação da sequência didática

A partir das contribuições dos docentes participantes, a sequência didática foi reformulada, incorporando novas sugestões como: a inclusão de vídeos em Libras com narrativas visuais da comunidade surda local, atividades com mapeamento geográfico em

Libras, links para registros do ILRB e práticas pedagógicas que valorizassem o pensamento crítico, a experiência identitária e a valorização da Libras.

A reformulação representou, na perspectiva de Barbier (2007), a “espiral da ação-reflexão-ação”, na qual a prática é continuamente reelaborada à luz da reflexão conjunta, produzindo mudanças concretas no campo educacional.

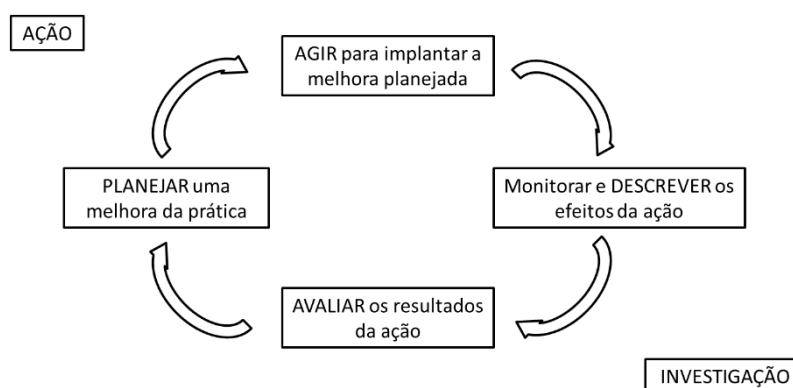
5.2 Características da pesquisa-ação

Esta tese adota a pesquisa-ação por reconhecer que a produção de práticas pedagógicas mais justas e significativas requer o envolvimento direto dos sujeitos da prática em todas as fases do processo investigativo. Como argumenta Tripp (2005, p. 185), “a problematização da prática, com vistas à sua superação crítica, só pode ocorrer de forma eficaz quando os sujeitos da ação participam de todas as fases da investigação”.

A metodologia adotada se sustenta nos seguintes pressupostos centrais da pesquisa-ação: Participação ativa dos sujeitos: os docentes surdos contribuíram com suas experiências, saberes e práticas reais; Compromisso com a transformação da realidade educacional: a proposta não visou apenas a produção acadêmica, mas mudanças aplicáveis na sala de aula; Integração entre pesquisa e prática pedagógica: teoria e prática caminharam juntas em todas as fases do estudo; Reflexão crítica e coletiva: os encontros foram concebidos como espaços de formação crítica, diálogo e escuta mútua.

Tripp (2005) apresenta a seguinte imagem:

Figura 19 – Pesquisa-ação: movimento cíclico



Fonte: Tripp (2005, p. 446).

A concepção de Tripp (2005) reforça a metodologia adotada nesta pesquisa ao destacar que a pesquisa-ação envolve um ciclo reflexivo entre agir e investigar. Essa abordagem permite aprimorar a prática ao mesmo tempo em que se produz conhecimento sobre ela, o que se alinha

ao processo colaborativo vivido com os docentes surdos — em que planejar, aplicar, discutir e reformular a proposta didática foi também um exercício de aprendizado mútuo e transformação pedagógica.

Além disso, conforme destaca Lima (2016), a ética na pesquisa-ação se traduz não apenas na proteção dos sujeitos, mas na valorização de seus saberes e na garantia de que suas vozes sejam visibilizadas no produto final. A centralidade dos docentes surdos neste processo reafirma o compromisso deste trabalho com uma educação mais inclusiva, bilíngue e culturalmente situada.

Na próxima seção, apresentaremos a proposta didática que expomos para os participantes (professores/as surdos/as) da pesquisa. Neste primeiro momento, detalhamos os objetivos, as etapas e os resultados que esperávamos dos alunos surdos.

6 A PROPOSTA DIDÁTICA TOPONÍMICA: PRIMEIRA VERSÃO

A proposta didática que organizamos intitula-se “Proposta didática interdisciplinar: a toponímia em Libras e o protagonismo surdo na escola” e tem como objetivo central desenvolver, com estudantes surdos do Ensino Médio, uma prática de ensino interdisciplinar que articule saberes linguísticos, históricos, geográficos, culturais e identitários, a partir do estudo da toponímia em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A proposta ancora-se na perspectiva da Linguística Aplicada crítica e indisciplinar, conforme delineada nos estudos de Rajagopalan (2003, 2006) e Moita Lopes (1996, 2006), que compreendem a linguagem como um fenômeno situado, socialmente construído e permeado por relações de poder, identidade e ideologia.

Inspirada nos princípios da interdisciplinaridade escolar propostos por Fazenda (2015), a proposta não se limita à junção de conteúdos de diferentes disciplinas, mas considera os contextos culturais e educacionais nos quais os sujeitos da escola estão inseridos. Como enfatiza a autora:

[...] se tratamos de interdisciplinaridade na Educação, não podemos permanecer apenas na prática empírica, ou nas pressuposições didáticas convencionais, mas é imperioso que se proceda uma análise detalhada dos porquês dessa prática/didática histórica e culturalmente contextualizadas (Fazenda, 2015, p. 12).

Assim, a interdisciplinaridade aqui proposta parte dos saberes dos próprios alunos e da realidade escolar e social que vivenciam, respeitando e valorizando suas experiências, conhecimentos prévios e formas de expressão.

A proposta assume um viés aplicado, no qual os alunos ocupam o papel de pesquisadores, sendo convidados a ir a campo para investigar as motivações dos sinais toponímicos em Libras referentes aos municípios acreanos. Essa atividade de pesquisa promove o protagonismo estudantil e fortalece a identidade surda por meio da valorização da Libras e dos processos de nomeação geográfica realizados pela comunidade surda local. Ao buscarem compreender as razões históricas, culturais e sociais que fundamentam a criação dos sinais toponímicos, os estudantes desenvolvem uma atitude reflexiva sobre sua própria língua e território, ao mesmo tempo em que exercitam práticas investigativas, analíticas e discursivas.

Ao articular os estudos de Rocha e Daher (2015), que discutem o papel da linguagem na construção de identidades e práticas sociais, esta proposta reforça a centralidade da linguagem como espaço de disputa e afirmação. Nesse sentido, trabalhar com a toponímia em Libras em sala de aula não apenas amplia a compreensão dos estudantes sobre os espaços que

habitam, mas também os posiciona como sujeitos críticos, capazes de refletir sobre os modos como os lugares são nomeados, representados e ressignificados em sua própria língua.

Por fim, ao integrar conhecimentos das áreas da linguística, da história, da geografia e da cultura surda, esta proposta didática contribui para a construção de uma prática educacional inclusiva e socialmente engajada, promovendo não apenas o ensino de conteúdos escolares, mas também a formação ética, cidadã e linguística dos estudantes surdos. Trata-se, portanto, de uma proposta que reconhece a complexidade do processo educativo e aposta na escola como espaço de produção de saberes significativos, contextualizados e transformadores.

6.1 Etapas da proposta didática

As etapas de operacionalização da presente proposta buscam desenvolver o pensamento crítico, linguístico, histórico, geográfico e cultural de alunos surdos por meio da investigação toponímica dos sinais em Libras dos municípios do Acre, promovendo a valorização da identidade surda, da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda língua.

Para a elaboração das etapas, tomamos por base a Lei nº 14.191/2021 – Educação Bilíngue de Surdos, a BNCC (2018) – Competências gerais para uma formação integral, os estudos de Rajagopalan (2003, 2006), Signorini e Cavalcanti (1998), Moita-Lopes (1996, 2006), Rocha e Daher (2015) – Estudos da linguagem em perspectiva crítica e discursiva, a perspectiva de Fazenda (2015) – Interdisciplinaridade escolar como prática contextualizada; e os dados do Inventário de Libras de Rio Branco (Sousa *et al.*, 2023) – dados toponímicos em Libras dos municípios acreanos.

6.1.1 Primeira etapa – Sensibilização e Introdução ao Tema

A primeira etapa tem como objetivo contextualizar o conceito de toponímia e a importância de estudar os sinais toponímicos em Libras.

- a) Apresentação em Libras com vídeo e roda de conversa: “*O que é toponímia?*”

Figura 20 – O que é toponímia?



Fonte: Elaborado pelo autor.

- b) Exposição bilíngue (Libras/português escrito) de mapas do Acre com seus municípios.

Link do sinal ACRE: <https://youtu.be/xN2eKaALHhY>

Figura 21 – Mapa do Acre



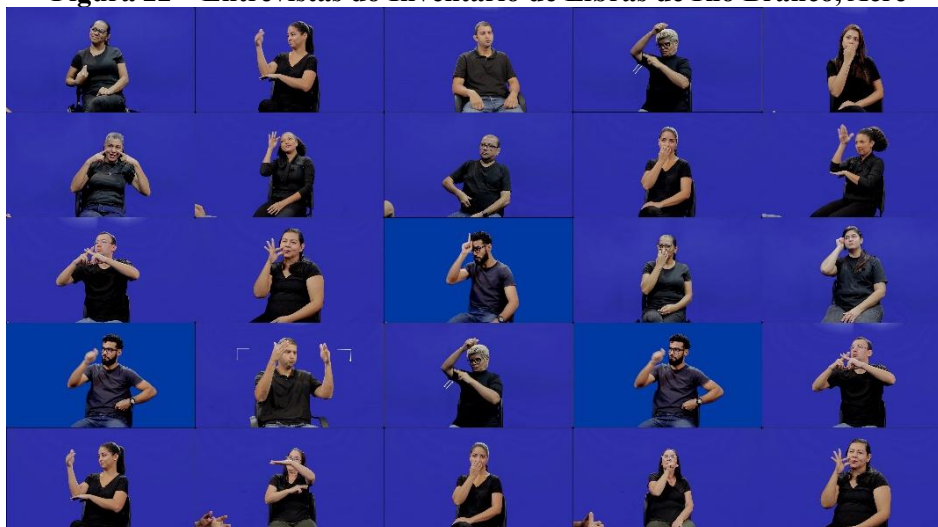
Fonte: Tribunal de contas do estado do Acre (2024).

- c) Discussão sobre a origem dos nomes dos lugares onde os alunos vivem ou conhecem.

6.1.2 Segunda etapa – Conhecimento dos Sinais Toponímicos em Libras

O objetivo da segunda etapa é apresentar os sinais dos municípios do Acre conforme o Inventário de Libras de Rio Branco, Acre.

- a) Exibição dos vídeos do Inventário com os sinais dos municípios.

Figura 22 – Entrevistas do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre

Fonte: Dados da pesquisa.

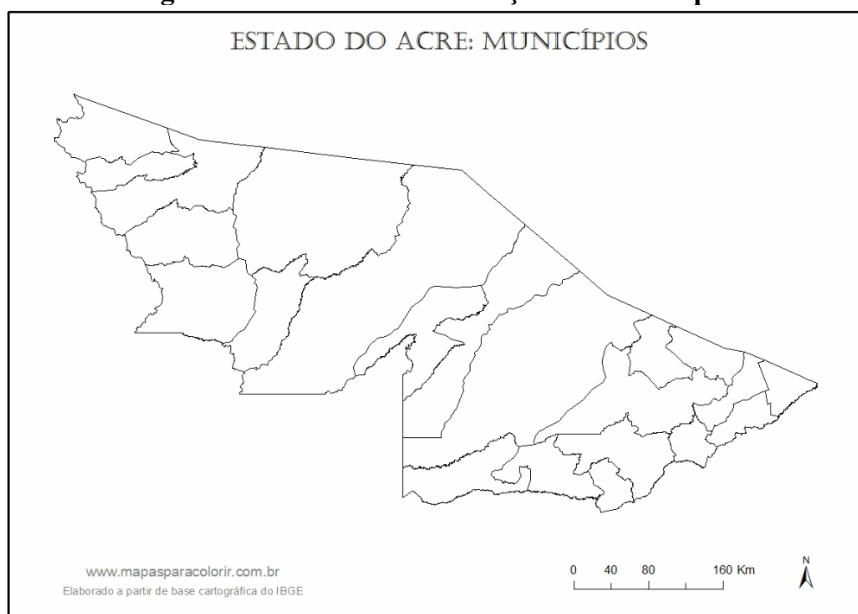
A seguir, constam todos os sinais dos municípios acreanos em Libras:

Quadro 5 – Sinais toponímicos dos municípios acreanos

Municípios	Links
Acrelândia	https://youtu.be/5G81RJd8i8g
Assis Brasil	https://youtu.be/iaSL7l-HTPg
Brasileia	https://youtu.be/J0w6gRMfw30
Bujari	https://youtu.be/IsT2RGF8umY
Capixaba	https://youtu.be/qPTlanfdGAI
Cruzeiro do Sul	https://youtu.be/HfjlUsfhuPo
Epitaciolândia	https://youtu.be/bkNTQE5JCTU
Feijó	https://youtu.be/55VloskOYDE
Jordão	https://youtu.be/1pQPFhFqZGw
Mâncio Lima	https://youtu.be/XdErDgURR98
Manoel Urbano	https://youtu.be/ZW9NRTIRUXM
Marechal Thaumaturgo	https://youtu.be/gVsOvbxo89c
Plácido de Castro	https://youtu.be/YA4RHWonxic
Porto Acre	https://youtu.be/5qeRXEthtsM
Porto Walter	https://youtu.be/5qeRXEthtsM
Rio Branco	https://youtu.be/tz8DT1CXEEQ
Rodrigues Alves	https://youtu.be/ZsoGi_4F_OE
Santa Rosa do Purus	https://youtu.be/ZXzHKCTW5UQ
Sena Madureira	https://youtu.be/nrZ3HcgkPpA
Senador Guimard	https://youtu.be/4PEvqW7ovEI
Tarauacá	https://youtu.be/q11K94iNLeQ
Xapuri	https://youtu.be/wNycJVQw8s4

Fonte: Inventário de Libras de Rio Branco, Acre (2023).

- b) Atividade de localização no mapa: cada aluno localiza no mapa o município correspondente ao sinal.

Figura 23 – Atividade localização dos municípios

Fonte: www.aiophotoz.com

- c) Discussão em Libras sobre a iconicidade dos sinais: o que os sinais revelam sobre a geografia, cultura ou profissão local?

6.1.3 Terceira etapa – Investigação Toponímica e Pesquisa de Campo

A terceira etapa tem como objetivo estimular os alunos surdos como pesquisadores e protagonistas do processo de conhecimento.

- Entrevistas com surdos da comunidade sobre as motivações dos sinais desses municípios.
- Produção de vídeos em Libras relatando a história, a motivação do sinal e as influências geográficas/culturais.
- Comparação entre o nome do município em português e o sinal correspondente em Libras: quais são as relações, rupturas, influências da língua escrita?

6.1.4 Quarta etapa – Articulação Interdisciplinar

O objetivo da quarta etapa é integrar os conhecimentos geográficos, históricos e linguísticos a partir da observação dos dados toponímicos em Libras.

- Geografia: relevo, hidrografia, vegetação e atividades econômicas dos municípios.
- História: processos de fundação dos municípios, origens étnico-culturais, memórias locais.

- c) Português: análise dos topônimos escritos, formação de palavras, influências indígenas e coloniais.
- d) Libras: produção e reflexão sobre a formação de sinais, iconicidade, identidade surda e nomeação visual.

6.1.5 Quinta etapa – Produção Final e Divulgação

A quinta etapa tem por objetivo sistematizar o conhecimento produzido e compartilhá-lo com a comunidade.

Exposição visual com fotografias, mapas, sinalizações e QR-Codes com links para vídeos explicativos.

6.1.6 Etapa de avaliação

A etapa de avaliação será contínua, dialógica e processual, orientada por uma perspectiva formativa e emancipatória, em consonância com os princípios da educação bilíngue de surdos. A avaliação não se limitará a produtos finais, mas considerará o envolvimento dos estudantes em todas as fases da proposta, observando-se o desenvolvimento de sua autonomia investigativa, o aprofundamento da consciência linguística e cultural e a capacidade de articular os conhecimentos construídos de forma crítica e interdisciplinar. Serão utilizados diversos instrumentos avaliativos, como rodas de conversa em Libras, autoavaliações, produções em vídeo e apresentações públicas, respeitando os modos de expressão e cognição visual dos alunos surdos.

Essa proposta, portanto, se distingue por seu caráter situado, identitário, cultural e interdisciplinar. Situada, porque parte da realidade local dos estudantes surdos do Acre e se ancora em sinais autênticos documentados por sujeitos da própria comunidade. Identitária, porque fortalece o pertencimento linguístico e cultural por meio da valorização da Libras e do protagonismo surdo. Cultural, ao promover a investigação sobre os significados atribuídos aos espaços por meio da nomeação visual, reconhecendo os saberes locais e as histórias da comunidade surda. Interdisciplinar, pois articula de forma orgânica áreas como Geografia, História, Linguística e Educação, alinhando-se a uma perspectiva crítica da linguagem (Rajagopalan, 2006; Moita Lopes, 2006) e aos princípios da BNCC (2018), que propõem uma formação integral.

Trata-se, portanto, de uma intervenção que une ensino, pesquisa e identidade, e que reafirma a importância da educação bilíngue como campo fértil para experiências educativas mais justas, visuais e transformadoras.

7 PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUÇÃO COLABORATIVA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS COM FOCO NA TOPONÍMIA EM LIBRAS

Esta seção tem como finalidade analisar o processo de planejamento e desenvolvimento de uma proposta pedagógica voltada ao ensino da Toponímia, realizado por docentes surdos em uma perspectiva colaborativa e bilíngue (Libras-português). O foco da investigação recai sobre a forma como esse planejamento – construído coletivamente e fundamentado na Libras como língua de instrução – incorpora os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos próprios da Educação de Surdos.

A análise será organizada em dois eixos principais: (1) as oficinas de análise e reflexão colaborativa da primeira versão da proposta didática (detalhada na seção 5 desta tese) e (2) a reformulação da sequência didática. Cada uma dessas etapas será descrita com base nas atividades realizadas durante a pesquisa, ilustradas com registros fotográficos que documentam o processo de construção coletiva.

Em seguida, serão apresentadas as discussões analíticas, articulando as experiências e decisões pedagógicas dos docentes com o referencial teórico que sustenta esta tese, além das reflexões e argumentações do pesquisador sobre os desafios, os avanços e os sentidos atribuídos ao ensino da Toponímia em contextos bilíngues (Libras-português). O intuito é evidenciar em que medida a participação ativa de professores surdos, aliada a práticas colaborativas, contribui para o fortalecimento de uma pedagogia visual, culturalmente situada e coerente com os princípios de uma educação emancipatória para sujeitos surdos.

7.1 Oficinas de análise da primeira versão da proposta didática

A primeira etapa da pesquisa-ação foi marcada pela realização das oficinas intituladas "Toponímia em Libras e Cultura Surda: integrando conhecimentos interdisciplinares na educação de surdos no Acre", realizadas nos dias 06 e 20 de junho de 2025, no Laboratório de Ensino do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre.

As oficinas contaram com a participação de quatro professores surdos com experiência na educação de surdos e foram organizadas nos turnos da manhã e da tarde. A escolha desses profissionais buscou valorizar o protagonismo surdo na construção e validação de práticas pedagógicas que dialogam com as especificidades linguísticas, culturais e identitárias desse grupo social.

7.1.1 Primeiro momento

A oficina teve início com a exposição do pesquisador sobre três eixos temáticos centrais: (1) Toponímia em Libras e cultura surda, (2) Interdisciplinaridade e educação de surdos e (3) Inventário de Libras do Acre. A imagem a seguir mostra o momento em que o autor da pesquisa inicia a oficina.

Figura 24 – Introdução da oficina



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A partir dessa introdução, os participantes engajaram-se em um debate intenso e profundamente reflexivo, no qual emergiram questões fundamentais sobre a importância da nomeação de lugares como expressão identitária e cultural da comunidade surda.

As falas dos professores revelaram um entendimento compartilhado de que os topônimos em Libras representam mais do que uma tradução ou adaptação linguística: são, antes de tudo, manifestações culturais que traduzem a experiência visual e comunitária dos surdos. Conforme afirmaram Sousa e Barreiros (2020), o processo de nomeação carrega uma carga simbólica e cultural significativa, uma vez que os sujeitos atribuem aos nomes traços da sua identidade, história e da sua relação com o espaço vivido. Nessa perspectiva, os topônimos em Libras tornam-se marcas da cultura surda no território, pois resultam da leitura visual dos lugares, da vivência concreta do espaço e das interações sociais mediadas por essa experiência sensorial específica.

O debate sobre a preservação desses sinais trouxe à tona preocupações importantes. O Pesquisador 1 apontou que, devido à natureza visual e não escrita da Libras, os sinais podem ser esquecidos se não forem documentados e armazenados em vídeo. A Pesquisadora 4 reforçou essa ideia, destacando que muitos criadores dos sinais já faleceram, o que acarreta risco para a memória cultural da comunidade. O Pesquisador 2 acrescentou que muitos jovens surdos desconhecem as motivações por trás dos sinais toponímicos, pois estes remetem a paisagens, eventos ou referências locais que já desapareceram. Essa lacuna evidencia uma desconexão

geracional e territorial preocupante, dado que, como aponta Skliar (2001), a cultura surda é construída a partir de experiências compartilhadas e visuais, que precisam ser continuamente atualizadas e transmitidas para manter sua vitalidade.

Diante desse cenário, o autor da tese propôs uma reflexão sobre a potencialidade da interdisciplinaridade no ensino de toponímia em Libras. Essa proposta foi bem recebida pelos participantes, embora tenha sido acompanhada de críticas e relatos de dificuldades enfrentadas nas escolas. Os professores participantes 3 e 4 relataram que os alunos surdos muitas vezes permanecem isolados em sala de aula, com acesso restrito a conteúdos de diversas disciplinas, seja pela ausência de intérpretes, seja pela falta de metodologias visuais adequadas por parte dos docentes ouvintes. Esse isolamento pedagógico compromete o acesso ao currículo de forma equitativa e limita as possibilidades de formação crítica e cidadã dos estudantes surdos.

A esse respeito, Japiassu (1992) adverte que a interdisciplinaridade não se reduz a uma técnica ou conteúdo específico, mas representa uma atitude de espírito, um modo de estar no mundo aberto à complexidade, à curiosidade e à conexão entre os saberes. Essa perspectiva dialoga com a fala do Participante 1, que ressaltou a importância do conhecimento interdisciplinar para os surdos, uma vez que o mundo não está compartimentado em disciplinas estanques, mas em relações múltiplas entre saberes, experiências e práticas.

Nesse sentido, a toponímia em Libras emerge como um tema potencialmente integrador, capaz de articular áreas como Geografia, História, Linguística, Sociologia e Artes, conforme defendem Sousa e Dargel (2020). A abordagem da toponímia, ao envolver a origem dos nomes dos lugares, suas transformações e significados culturais, permite que os alunos surdos compreendam o território em que vivem a partir de uma perspectiva crítica e visualmente situada. Essa proposta é especialmente relevante quando se considera, como apontam Skliar (2001) e Strobel (2013), que a percepção visual não é apenas um recurso, mas uma estrutura epistemológica da cultura surda – uma forma de ver, compreender e significar o mundo.

A discussão em torno do Inventário de Libras do Acre também foi bastante frutífera. Os professores relataram com entusiasmo sua participação no processo de documentação dos sinais, reconhecendo a importância do inventário como ferramenta para preservação da língua, da memória cultural e para a continuidade de pesquisas futuras. Essa prática de registro, além de fortalecer a identidade surda, contribui para democratizar o acesso ao conhecimento produzido por e para surdos, conforme propõe Moita Lopes (2006), ao defender a valorização de vozes historicamente marginalizadas nos processos de produção do saber.

7.1.2 Segundo momento

Após os debates sobre toponímia em Libras, interdisciplinaridade e o Inventário de Libras da Região de Rio Branco, o autor da tese apresentou aos participantes a primeira versão da proposta didática, construída com base nos princípios da educação bilíngue de surdos, da linguística aplicada crítica e da valorização da experiência visual e cultural surda. A apresentação incluiu os objetivos da proposta, o encadeamento das etapas, a metodologia visual adotada e o modelo de avaliação previsto. A seguir, vemos o registro da apresentação da proposta didática (primeira versão).

Figura 25 – Apresentação da proposta didática



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A proposta foi recebida com atenção e comentários críticos por parte dos professores surdos participantes. O Pesquisador 1 elogiou a forte presença da visualidade na proposta, destacando especialmente o uso de mapas, o que favorece a leitura espacial e a compreensão do território – elementos fundamentais na percepção surda, como apontam Skliar (2001) e Strobel (2013). Segundo esses autores, os surdos se relacionam com o mundo de forma predominantemente visual, e o uso de recursos como mapas, imagens e vídeos cria uma ponte efetiva entre linguagem, cultura e aprendizagem.

Por outro lado, a Participante 2 levantou uma crítica construtiva: embora reconhecesse a importância do ensino do português escrito, sentiu falta de materiais em Libras que representassem mais diretamente a língua e a identidade dos alunos surdos. Os Participantes 3 e 4 concordaram, reforçando que a presença da Libras nos materiais pedagógicos não apenas facilita o acesso ao conteúdo, mas também legitima a identidade linguística e cultural surda. Nesse sentido, Lacerda *et al.* (2016) afirmam que os métodos pedagógicos tradicionais, pensados para ouvintes, não atendem às necessidades dos alunos surdos, uma vez que desconsideram sua percepção visual e sua língua natural.

A fala do Participante 4 destacou de forma positiva a inclusão de vídeos do Inventário de Libras como recurso didático, reconhecendo que esse material representa a Libras tal como é utilizada na cidade de Rio Branco, promovendo uma aproximação entre o conteúdo e o contexto vivido pelos alunos. Já o Participante 3 chamou atenção para o desconhecimento, por parte de muitos alunos surdos, dos municípios do Acre e de suas histórias, o que reforça a importância de uma proposta que trate da toponímia local como ponte entre linguagem, espaço e cultura.

Neste ponto, o autor da tese solicitou aos participantes que refletissem sobre o aspecto central da proposta: a ideia de que o aluno surdo seja o próprio pesquisador, conduzindo investigações sobre os sinais toponímicos, as motivações culturais e a história dos municípios. Todos os participantes destacaram a importância do protagonismo surdo nesse processo, entendendo que não se trata apenas de ensinar conteúdos prontos, mas de construir oportunidades para que o aluno atuasse como sujeito de conhecimento, e não como mero receptor.

Essa perspectiva está alinhada ao conceito de protagonismo surdo desenvolvido por Ruzza (2020), que o compreende como uma construção histórica e social, resultado de processos de empoderamento da comunidade surda, nos quais o surdo deixa de ser visto como objeto de intervenção para ser reconhecido como agente de transformação. Como reforçam Lara e Perlin (2020, p. 138), a identidade surda emerge sob o signo da diferença, e é essa diferença que fundamenta a ação e a movimentação social. Ao posicionar o aluno como pesquisador e produtor de conhecimento, a proposta didática contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e culturalmente situados.

Ainda sobre esse ponto, o Participante 1 ponderou que a busca ativa por informações não exclui o uso das tecnologias digitais. Pelo contrário, as tecnologias sempre foram aliadas dos surdos, ampliando sua acessibilidade à informação. Ele sugeriu, inclusive, que a inteligência artificial fosse considerada na proposta como uma ferramenta de apoio ao aluno surdo – por exemplo, quando não for possível visitar presencialmente um município, a IA pode auxiliar no levantamento de dados, imagens, vídeos e até mesmo na tradução e análise linguística dos sinais. Essa sugestão abre uma perspectiva inovadora para o ensino bilíngue, ao integrar ferramentas contemporâneas à prática pedagógica visual e investigativa.

Outro ponto discutido pelos participantes foi a possibilidade de comparar as motivações toponímicas dos sinais em Libras com aquelas dos nomes em português. Os Participantes 2 e 4 sugeriram que esse tipo de análise contrastiva pode ser enriquecedora para os alunos, permitindo que compreendam as distintas formas de nomear, baseadas em experiências

sensoriais e culturais diferentes. Além disso, mencionaram a possibilidade de ampliar a proposta para investigar a nomeação de lugares em outras línguas de sinais do Brasil, conforme catalogadas por Quadros (2019). Isso possibilitaria uma reflexão sobre as diversidades linguísticas e culturais dentro da própria comunidade surda brasileira.

O Participante 3, por sua vez, considerou que a proposta de avaliação apresentada estava pouco desenvolvida, sugerindo que ela poderia explorar mais profundamente as potencialidades dos alunos surdos. Essa observação é relevante, sobretudo quando se busca romper com modelos avaliativos tradicionais, que não capturam as formas visuais, performáticas e espaciais de expressão do sujeito surdo. É necessário pensar em avaliações que valorizem não apenas o produto final, mas os processos de construção, criatividade, engajamento e autonomia dos estudantes.

A proposta didática apresentada se insere, portanto, no escopo da Linguística Aplicada crítica, como proposto por Moita Lopes (1996, 2006), que entende a linguagem como prática social, marcada por disputas de identidade, ideologia e poder. Para Rajagopalan (2003), o ensino de línguas não é neutro: ele está inserido em campos de tensão, onde se constroem e se impõem identidades. Ao propor que alunos surdos pesquisem os sinais toponímicos de suas cidades, investiguem suas motivações e os comparem com nomes em português ou em outras línguas de sinais, a proposta contribui não apenas para o desenvolvimento linguístico, mas para a formação crítica, identitária e cidadã dos estudantes.

Como lembra Sousa (2018, 2023), a pesquisa toponímica em Libras precisa considerar as especificidades das línguas de sinais, inclusive os processos de formação dos sinais, como os empréstimos da língua portuguesa que aparecem através de configurações de mãos baseadas no alfabeto manual. Esses aspectos também devem ser objeto de reflexão em sala de aula, pois são elementos constitutivos da cultura e da história linguística da comunidade surda local.

Por fim, como reforçam Quadros e Sousa (2021), o Inventário de Libras da Região de Rio Branco não se resume à documentação linguística, mas visa provocar reflexões sociais, intelectuais e culturais, reconhecendo a Libras como língua legítima, viva e enraizada no território. A proposta didática, ao articular esse material com práticas pedagógicas investigativas, visuais e interdisciplinares, fortalece o vínculo entre educação, identidade e território – e coloca o aluno surdo no centro desse processo.

7.1.3 Terceiro momento

Encerrado o debate em torno da versão inicial da proposta didática, o autor da tese propôs que, com base nas reflexões suscitadas durante as oficinas, fosse realizada uma

reestruturação colaborativa da proposta de trabalho com a toponímia em Libras. Essa reformulação visava alinhar ainda mais a proposta aos princípios da educação bilíngue, da visualidade como fundamento da cultura surda, da interdisciplinaridade e do protagonismo dos alunos surdos como pesquisadores e produtores de conhecimento.

O exercício teve início com o manuseio coletivo de um mapa do Acre, utilizado como ponto de partida para observar as características multissemióticas² do gênero textual “mapa”, que inclui texto escrito em português, desenhos, cores, símbolos gráficos, legendas, escalas e, sobretudo, um propósito comunicativo: representar o espaço e orientar o olhar do leitor sobre ele. Conforme Lima e Ribeiro (2023), os mapas compartilham um conteúdo temático comum – a representação de superfícies e territórios – que, apesar de variar quanto aos objetivos, carrega intencionalidades políticas, culturais e pedagógicas. Richter (2017) complementa que todo mapa, ainda que tecnicamente distinto, cumpre a função de representar o espaço geográfico e permitir a compreensão de fenômenos localizados. Tais elementos foram explorados pelos participantes como potenciais gatilhos para a interdisciplinaridade, particularmente entre Geografia, História e Linguística. A seguir, vemos o registros dos participantes discutindo sobre as potencialidades dos mapas.

Figura 26 – Explorando o mapa do Acre



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Em seguida, os participantes analisaram os vídeos do Inventário de Libras, refletindo sobre os significados dos sinais, os elementos de iconicidade, os empréstimos linguísticos da língua portuguesa (como configurações manuais baseadas em letras) e as relações culturais e identitárias que cada sinal carrega. A seguir, mostramos o registro desse momento de análise.

² Por características multissemióticas, entende-se a presença de diferentes modos de significação em um mesmo texto ou artefato comunicativo, como imagens, cores, símbolos, gestos, sons e linguagem verbal. Esses recursos não funcionam isoladamente, mas em articulação para construir sentidos. No caso dos mapas, por exemplo, os elementos gráficos (linhas, cores, formas), linguísticos (nomes, legendas, escalas) e espaciais operam conjuntamente. A noção de multissemiose é central nos estudos do letramento visual e da multimodalidade.

Figura 27 – Analisando os sinais



Fonte: Arquivos da pesquisa

A partir dessa análise, os participantes propuseram uma comparação sistemática entre os topônimos em Libras e em português, observando não só a forma, mas também a motivação por trás da nomeação, incluindo referências históricas, culturais e indígenas. Por exemplo, nomes como Tarauacá, Xapuri e Bujari foram discutidos à luz dos estratos linguísticos indígenas e suas possíveis ressignificações nas línguas de sinais. O registro dessa etapa de discussão é mostrado a seguir.

Figura 28 – Debatendo sobre estratos linguísticos



Fonte: Arquivos da pesquisa.

O grupo também debateu a importância de o aluno surdo assumir o papel de protagonista da pesquisa, conduzindo investigações sobre os sinais toponímicos com o apoio de professores, intérpretes e tecnologias. Ressaltou-se o papel do professor de História na construção de roteiros investigativos, que poderiam ser realizados presencialmente com surdos mais velhos ou professores surdos experientes, por meio de entrevistas no Centro de Apoio ao Surdo ou na própria UFAC, e, quando a presença física não fosse possível, com o uso de tecnologias digitais e Inteligência Artificial (IA). A ideia da utilização de mapas digitais também foi levantada como forma de ampliar o acesso e a interatividade com os dados geográficos.

A utilização da IA foi especialmente destacada como um recurso estratégico, capaz de ampliar a autonomia dos estudantes e personalizar o aprendizado. Como apontam Lopes e Netto

(2020), sistemas tutores inteligentes podem identificar dificuldades específicas e adaptar conteúdos; já os *chatbots* educacionais, segundo Kuyven *et al.* (2018), auxiliam os discentes na busca por informações e no acesso a conteúdos relevantes, especialmente em contextos de aprendizagem digital e inclusiva.

A proposta foi então aprofundada com a divisão dos participantes em duplas, conforme a sugestão do autor da tese. A dupla 1 (Participantes 1 e 2) propôs a inclusão de jogos do tipo quiz sobre os municípios acreanos, com questões relacionadas às histórias locais e às influências dessas histórias na formação dos sinais em Libras.

Figura 29 – Dupla 1 elaborando as sugestões



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A dupla 1 sugeriu também que cada questão fosse acompanhada de vídeos em Libras, tanto para apresentar as perguntas quanto para oferecer pistas visuais e reforçar o acesso à informação em sua língua natural. Essa proposta reforça o princípio de que o processo de ensino-aprendizagem deve ser visual, interativo e acessível, alinhando-se ao que defendem Lacerda *et al.* (2016) quanto à necessidade de metodologias específicas para o aluno surdo. A imagem a seguir mostra a dupla 1 elaborando suas propostas:

Já a dupla 2 (Participantes 3 e 4) destacou a relevância de realizar entrevistas com surdos mais experientes, o que não apenas legitima o conhecimento da comunidade, mas também reforça o vínculo intergeracional e o respeito à história e às narrativas visuais dos mais velhos.

Figura 30 – Dupla 2 apresentando as sugestões



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Além disso, a dupla 2 sugeriu a inclusão de atividades de autoavaliação, permitindo que os alunos refletissem criticamente sobre suas próprias produções e reconhecessem seus avanços e desafios. Por fim, propuseram a organização de um evento na escola, onde os alunos pudessem apresentar os resultados de suas pesquisas, promovendo a visibilidade da Libras e da cultura surda na comunidade escolar.

Essas reformulações demonstram a potência da Linguística Aplicada (LA) como campo interdisciplinar, crítico e engajado. Conforme defendem autores como Rajagopalan (2003, 2006), Moita Lopes (1996, 2006) e Rocha e Daher (2015), a LA não se limita à aplicação técnica de saberes linguísticos, mas deve assumir uma postura ética e política, confrontando os discursos hegemônicos e propondo práticas educativas que reconheçam a diversidade de sujeitos, línguas e saberes. Nesse sentido, o trabalho com Toponímia em Libras não é apenas um conteúdo escolar, mas uma forma de produzir conhecimento situado, crítico e transformador. Ao explorar a relação entre espaço, linguagem e identidade, a proposta passa a valorizar saberes invisibilizados, promover o protagonismo do aluno surdo e questionar as formas tradicionais de ensinar e avaliar.

A proposta reformulada, portanto, representa um salto qualitativo em relação à versão inicial, pois agrega a dimensão cultural e política da linguagem, incorpora a pluralidade epistemológica, amplia a perspectiva interdisciplinar e reafirma o compromisso com a equidade. Trata-se de uma proposta que reconhece o aluno surdo como sujeito epistêmico, criador de sentidos e parte ativa no processo de construção do conhecimento, tal como defendem os estudos da Linguística Aplicada crítica e da educação bilíngue de surdos.

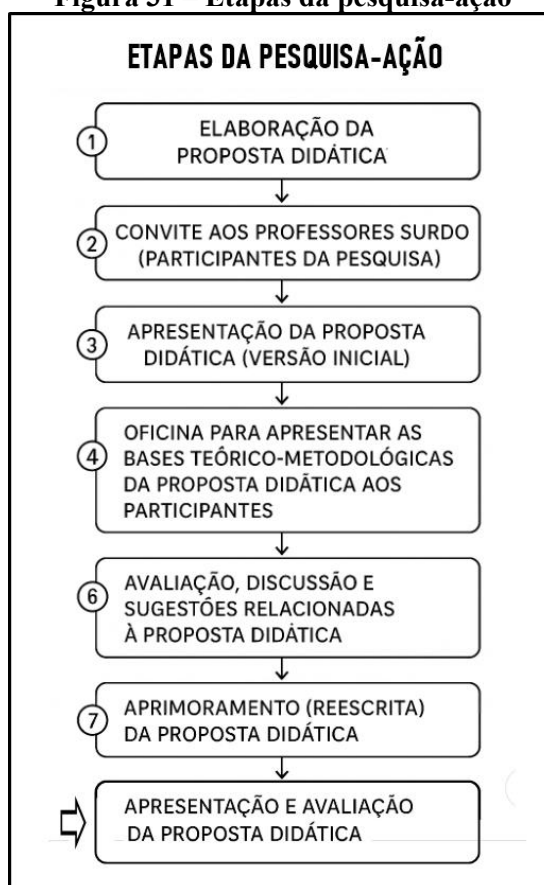
7.1.4 Quarto momento

A realização da oficina representou um momento singular de troca e construção coletiva, possibilitando um mergulho crítico nos fundamentos conceituais, culturais e pedagógicos da proposta didática em elaboração. Os debates, análises e reformulações realizadas pelos professores surdos participantes revelaram caminhos potentes para o ensino bilíngue de surdos no Brasil, centrado na valorização da Libras, da cultura surda e das práticas pedagógicas visuais e interdisciplinares.

Um dos principais aspectos destacados ao longo da oficina foi o protagonismo surdo na elaboração e condução da proposta didática. Os participantes não apenas opinaram sobre o material, mas contribuíram ativamente com ideias, críticas e sugestões que resignificaram a proposta original. Como afirmam Lara e Perlin (2020), o protagonismo surdo é construído no reconhecimento da diferença como potência, e é nesse reconhecimento que a autonomia surda

se fortalece — quando o surdo não é mais objeto de ação, mas sujeito de saber e transformação. Ao propor que o aluno surdo seja o pesquisador de sua própria história linguística e territorial, a proposta avança para além de uma perspectiva assistencialista ou técnica, promovendo o empoderamento e a produção de conhecimento em Libras, a partir da experiência visual e cultural dos próprios surdos. Em seguida, a proposta didática foi reescrita e apresentada aos participantes, que concordaram com os novos encaminhamentos, as novas atividades e o novo processo de avaliação. As etapas da pesquisa-ação podem ser visualizadas a seguir.

Figura 31 – Etapas da pesquisa-ação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Importante destacar que, embora esta pesquisa tenha sido inspirada nos princípios da pesquisa-ação, ela não envolveu aplicação direta com alunos. O foco esteve na análise e aprimoramento colaborativo da proposta didática por docentes surdos, que possuem ampla experiência na educação básica bilíngue. Dessa forma, a pesquisa manteve o caráter participativo e reflexivo típico da pesquisa-ação, valorizando a construção coletiva de saberes e o protagonismo docente surdo, mas sem realizar intervenções em sala de aula ou analisar os efeitos diretos da aplicação sobre estudantes. Esse procedimento permitiu concentrar-se na

qualidade, coerência e pertinência cultural e linguística da proposta, garantindo que sua formulação fosse fundamentada em experiências concretas e no conhecimento acumulado pelos professores e professoras surdas.

A proposta didática reformulada, conforme discutido na oficina, também reafirma o papel central da visualidade e da cultura surda no processo de ensino-aprendizagem. Os vídeos em Libras, os mapas, os sinais toponímicos, os elementos icônicos e os jogos visuais apresentados como sugestões didáticas alinham-se à concepção de uma pedagogia visual, como defendem Campello (2008) e Lacerda *et al.* (2016), que reconhece a especificidade da percepção visual como eixo estruturante da experiência surda. Strobel (2018) reforça que essa visualidade não é apenas uma questão de acesso, mas sim a base de uma cultura própria, que se expressa em formas visuais de comunicação, memória, expressão estética e aprendizagem.

A relevância histórica e social dos sinais toponímicos também emergiu como tema central das reflexões. Como defendido por Sousa (2022, 2023), a toponímia em Libras é um campo fértil para o estudo das identidades surdas, dos traços culturais locais e dos modos de nomeação visuais. Os sinais toponímicos carregam camadas de significado que ultrapassam a designação geográfica — são testemunhos visuais de experiências coletivas, de narrativas comunitárias e de transformações sociais. São, portanto, documentos culturais e linguísticos que precisam ser registrados, analisados e ensinados.

A oficina também possibilitou explorar de maneira concreta as possibilidades interdisciplinares da proposta, especialmente no diálogo entre Linguística Aplicada, Geografia e História. Como afirmam autores como Moita Lopes (2006), Rajagopalan (2006) e Signorini (2006), a Linguística Aplicada crítica deve estar comprometida com práticas sociais transformadoras, nas quais a linguagem é compreendida como prática situada, carregada de historicidade, ideologia e disputas de poder. Do mesmo modo, Japiassu (1976) e Fazenda (1999, 2015) defendem que a interdisciplinaridade exige uma postura de abertura e curiosidade, que transcenda fronteiras disciplinares rígidas. Nesse sentido, a proposta didática não se limita ao ensino da Libras ou da Geografia em si, mas propõe uma articulação epistemológica entre língua, cultura e território, que pode ser trabalhada por meio da análise dos topônimos em Libras e suas conexões com os fatos históricos, os estratos linguísticos indígenas e as transformações sociais locais.

Outro ponto relevante que emergiu durante as discussões foi a adequação metodológica da proposta ao contexto das escolas bilíngues de surdos. Segundo Quadros (2019), a educação bilíngue de surdos precisa garantir não apenas o acesso à Libras como língua de instrução, mas também valorizar a produção de conhecimento em Libras, respeitando os tempos, as formas e

os modos de aprender próprios dos sujeitos surdos. A proposta reformulada, ao adotar materiais visuais, atividades investigativas e estratégias colaborativas, responde a essa necessidade, criando um ambiente pedagógico mais inclusivo, autêntico e sensível à diferença.

Por fim, destacou-se na proposta a inclusão de recursos multimodais – como vídeos em Libras, mapas físicos e digitais, *QR codes*, imagens e jogos – que atendam à natureza visual da aprendizagem surda. Esses recursos, ao articularem diferentes formas de representação e acesso à informação, potencializam o engajamento dos estudantes e fortalecem a presença da Libras como língua de instrução e produção acadêmica. A sugestão de integrar tecnologias digitais e ferramentas de Inteligência Artificial, como chatbots e sistemas tutores, abre espaço para a personalização do ensino e a ampliação da autonomia dos alunos, como discutem Lopes e Netto (2020) e Kuyven *et al.* (2018).

Em síntese, a oficina não apenas possibilitou o aprimoramento técnico da proposta didática, mas constituiu um espaço de formação crítica, onde as experiências, as visões de mundo e os saberes dos professores surdos foram reconhecidos como essenciais para pensar uma educação verdadeiramente bilíngue, visual, interdisciplinar e culturalmente situada. A oficina reafirma que trabalhar com toponímia em Libras é também afirmar a existência e a resistência de uma cultura que historicamente foi silenciada. O esquema a seguir ilustra o processo de desenvolvimento da pesquisa ação.

A seguir, será apresentada a proposta didática reformulada, construída com base nas contribuições, críticas e sugestões emergidas ao longo da oficina.

7.1.5 Proposta didática (versão final)

A proposta didática intitulada “Proposta didática interdisciplinar: a toponímia em Libras e o protagonismo surdo na escola” tem como objetivo central desenvolver, junto a estudantes surdos do Ensino Médio, uma prática de ensino que articule saberes linguísticos, históricos, geográficos, culturais e identitários surdos, a partir do estudo da toponímia em Libras. Esta proposta é fruto de um processo colaborativo, construído a partir de discussões com professores e professoras surdas de Rio Branco, cujas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento das etapas inicialmente concebidas. Algumas atividades permaneceram inalteradas, enquanto outras foram ajustadas para melhor atender às demandas levantadas pelos participantes, considerando suas experiências e práticas na educação de surdos.

Para a elaboração desta proposta, foram tomadas como referência a Lei nº 14.191/2021 (Educação Bilíngue de Surdos), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) – com suas

competências gerais voltadas à formação integral, bem como os estudos de Rajagopalan (2003, 2006), Signorini e Cavalcanti (1998), Moita-Lopes (1996, 2006), Rocha e Daher (2015), que abordam os estudos da linguagem sob uma perspectiva crítica e discursiva. Também fundamentaram esta proposta as reflexões de Japiassu (1976; 1992) e Fazenda (1999; 2015) sobre a interdisciplinaridade escolar como prática contextualizada, além dos dados do Inventário de Libras de Rio Branco (Sousa *et al.*, 2023), que reúne informações toponímicas em Libras dos municípios acreanos. Por fim, o protagonismo e a autonomia surda são fundamentadas pelos aportes teóricos de Skliar (2001), Lara e Perlin (2020) e Quadros (2019).

7.1.5.1 Primeira etapa – Sensibilização e Introdução ao Tema

A primeira etapa tem como objetivo contextualizar o conceito de toponímia e a importância de estudar os sinais toponímicos em Libras, reconhecendo a língua de sinais como elemento central na construção de identidades e memórias coletivas do povo surdo. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a valorização da diversidade linguística e cultural deve estar presente em todas as áreas do conhecimento, fomentando práticas que promovam a inclusão, o respeito às diferenças e a ampliação do repertório cultural dos estudantes. Assim, a investigação sobre os nomes dos municípios acreanos e seus sinais em Libras dialoga diretamente com a proposta da BNCC de trabalhar a linguagem como prática social, favorecendo a compreensão do território, da história e das identidades locais por meio da perspectiva visual-gestual.

Inspirando-se na perspectiva da linguística aplicada crítica, conforme discutida por Moita Lopes (2006), esta etapa busca ultrapassar a visão tradicional da linguagem apenas como um sistema de regras e estruturas, tratando-a como prática situada, marcada por relações de poder e pela necessidade de construção de sentidos socialmente relevantes. Nesse contexto, a exploração dos sinais toponímicos em Libras não é apenas um exercício de nomenclatura, mas um processo de reconhecimento do protagonismo surdo na construção do espaço linguístico-cultural do Acre. A participação ativa dos alunos surdos neste processo os coloca como agentes de transformação e produção de conhecimento, fortalecendo sua autonomia e sua identidade linguística.

Para dar início a este percurso, propomos uma sequência de atividades que despertará a curiosidade e promoverá a interação entre todos os estudantes: Vocês já viajaram para os municípios do Acre? Conhecem os nomes desses municípios? Sabem se eles têm sinais em Libras? Por que é importante um lugar ter nome? Essas questões – apresentadas a seguir em português e Libras – nortearão um diálogo inicial que introduzirá a temática, permitindo aos

estudantes compartilharem suas experiências, levantar hipóteses e iniciar o processo de investigação. A partir dessas reflexões, construiremos juntos um projeto dinâmico que vai nos levar a conhecer um pouco da história e da cultura dos municípios acreanos, sempre considerando a Libras como meio de expressão e registro desse patrimônio.

Quadro 6 – Ações 1

Ações em português	Ações em Libras
Vocês já viajaram para os municípios do Acre?	
Vocês conhecem os nomes dos municípios acreanos? Esses municípios têm sinais em Libras?	
É importante um lugar ter nome? Por quê?	
Nós vamos iniciar um projeto muito legal sobre os nomes de lugares. A partir desse projeto, vamos conhecer um pouco da história e da cultura dos municípios acreanos.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dando continuidade a esta primeira etapa, os estudantes participarão de uma Apresentação em Libras com vídeo e roda de conversa intitulada “O que é toponímia?”, fundamentada nos estudos de Sousa (2022, 2023, 2024), que investigam a toponímia em contextos bilíngues e a relevância da língua de sinais para a construção de sentidos e memórias territoriais. Esta atividade tem como objetivo valorizar o protagonismo surdo e reforçar a importância da Libras como língua de instrução e produção de conhecimento.

A explanação do vídeo é conduzida em Libras e contará com a presença de uma pessoa surda – o autor da tese – que compartilha os conteúdos teóricos estimulando o diálogo, a reflexão crítica e a aproximação dos estudantes com a temática. Esse momento, além de apresentar conceitos fundamentais, abrirá espaço para que os alunos formulem perguntas,

expressem percepções e construam coletivamente os primeiros entendimentos acerca da relação entre linguagem, território e identidade cultural no Acre.

Figura 32 – Apresentação: O que é toponímia?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a roda de conversa, será apresentado o sinal correspondente a ACRE em Libras (*QR Code* a seguir), momento em que o professor deverá conduzir uma reflexão sobre os elementos visuais e culturais que compõem este sinal. Será fundamental estimular os alunos a perceberem que o sinal faz referência ao cocar indígena, explorando o significado dessa representação para um estado localizado na região amazônica, que abriga um grande número de comunidades indígenas e diferentes etnias. A partir dessa observação, o professor promoverá um diálogo sobre a relação entre a toponímia e as identidades socioculturais do Acre, destacando como os sinais carregam memórias, histórias e referências visuais que fortalecem a compreensão de um território.

Além disso, será ressaltada a importância dessa representatividade para o Brasil e para o mundo, pois o reconhecimento e a valorização dos povos originários são passos fundamentais para a construção de uma sociedade que respeita a diversidade e protege seu patrimônio cultural e linguístico. Essa discussão dialoga com a BNCC ao fomentar a reflexão crítica sobre a diversidade étnico-racial e cultural, e também com a perspectiva da linguística aplicada crítica ao problematizar as relações de poder, memória e identidade que atravessam as línguas e seus sinais.

Quadro 7 – Sinal ACRE

Sinal ACRE	
------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dando continuidade à etapa, o professor deverá introduzir a temática sobre os mapas, inicialmente utilizando um globo terrestre para apresentar a localização do Brasil e, em seguida, situar o estado do Acre. Essa atividade não apenas contextualiza geograficamente o objeto de estudo, mas também possibilita aos alunos compreenderem a dimensão espacial dos municípios acreanos no contexto nacional e amazônico. Em conformidade com as proposições de Richter (2017) e Lima e Ribeiro (2023), esta etapa busca discutir as características do gênero textual “Mapa”, explorando sua função comunicativa, suas especificidades estruturais e sua relevância para diferentes campos do conhecimento.

O professor deverá destacar as características multissemióticas do gênero, como o uso de cores, legendas, escalas, símbolos e orientações espaciais, enfatizando como esses elementos favorecem a compreensão por pessoas surdas, ao potencializarem a visualidade e facilitarem a leitura do espaço. Essa abordagem permite ainda uma perspectiva interdisciplinar, integrando conteúdos de Geografia, Língua Portuguesa e Libras, alinhando-se aos princípios da BNCC, que defende a articulação de diferentes áreas do saber para ampliar as formas de aprender e ensinar.

As perguntas norteadoras desta etapa (indicadas em português e Libras a seguir) incluem: Vocês já usaram um mapa? Para que serve um mapa? Vocês já viram mapas digitais? Em que situações do cotidiano as pessoas utilizam mapas digitais? Além disso, o professor apresentará um mapa impresso, convidando os alunos a analisarem seus elementos gráficos: Vejam que o mapa possui cores e legendas. Por que esses elementos são importantes para uma pessoa surda? Esse momento favorecerá a reflexão sobre acessibilidade visual, inclusão e a importância de recursos multissemióticos na construção do conhecimento.

Quadro 8 – Ações 2

Ações em português	Ações em Libras
Vocês já usaram um mapa?	
Para que serve um mapa?	

O professor deve mostrar um mapa impresso. Vejam que o mapa possui cores e legendas. Por que esses elementos são importantes para uma pessoa surda?	
Vocês já viram mapas digitais? Em que situações do cotidiano as pessoas usam mapas digitais?	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dando continuidade, o professor deverá apresentar o mapa político do estado do Acre, destacando suas cinco regionais: Alto Acre, Baixo Acre, Juruá, Purus e Tarauacá/Envira. Para enriquecer essa etapa, recomenda-se a participação de um professor de Geografia, que poderá explicar a lógica dessa divisão territorial a partir dos nomes dos rios que estruturam a organização regional do estado. Essa abordagem interdisciplinar favorece a compreensão de como a hidrografia influencia a configuração político-administrativa, dialogando com as áreas de Geografia, História e Estudos Culturais.

Figura 33 – Mapa do Acre: municípios



Fonte: Tribunal de contas do estado do Acre (2024).

A exposição do mapa e as discussões decorrentes devem contemplar perguntas investigativas que promovam a aprendizagem ativa. O professor dividirá a sala em grupos, orientando: "Agora vocês vão pesquisar no mapa do Acre os municípios de cada regional. Cada grupo ficará com uma regional: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Juruá e Tarauacá/Envira." Em seguida, cada grupo deverá pesquisar os nomes dos municípios em português e investigar se

possuem origem indígena, estabelecendo relações entre toponímia, história e diversidade étnico-cultural.

Para potencializar a investigação, o professor incentivará o uso de ferramentas digitais, como o ChatGPT ou outros aplicativos de Inteligência Artificial (IA), que podem auxiliar na busca de informações sobre os municípios acreanos, seus nomes, significados e contextos históricos. A utilização da IA é destacada como um recurso estratégico, capaz de ampliar a autonomia dos estudantes e personalizar o aprendizado, permitindo que cada grupo explore os dados de acordo com seu ritmo e interesses. Como apontam Lopes e Netto (2020), os sistemas tutores inteligentes possuem potencial para identificar dificuldades específicas dos alunos e adaptar os conteúdos às suas necessidades, enquanto os *chatbots* educacionais, segundo Kuyven et al. (2018), oferecem suporte direto na busca por informações e no acesso a conteúdos relevantes, especialmente em contextos de aprendizagem digital e inclusiva.

No âmbito da educação de surdos, esse uso torna-se ainda mais relevante, pois promove maior acessibilidade e favorece práticas bilíngues que integram Libras e português. Stumpf e Linhares (2021) destacam a importância das tecnologias digitais no ensino de Libras, tanto para ampliar o acesso a materiais visuais quanto para estimular a participação ativa dos estudantes surdos, que podem interagir com recursos multimodais e construir significados de forma mais autônoma. Dessa maneira, o uso da IA nesta etapa não apenas enriquece a pesquisa, mas também reforça os princípios da BNCC, que incentiva a utilização de tecnologias digitais para desenvolver competências investigativas, colaborativas e críticas. Ações sugeridas para guiar a aula:

Quadro 9 – Ações 3

Ações em português	Ações em Libras
O professor divide a sala em grupos e orienta: Agora vocês vão pesquisar no mapa do Acre os municípios de cada regional. Cada grupo ficará com uma regional: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Juruá e Tarauaçá.	
Cada grupo deve pesquisar os nomes dos municípios em português e identificar se são nomes indígenas?	

Utilize ChatGPT ou outro aplicativo de Inteligência Artificial (IA) para buscar informações sobre os municípios acreanos.	
O professor deve propor um quiz com os nomes dos municípios do Acre e seus significados.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como fechamento desta etapa, será proposto um quiz interativo com os nomes dos municípios do Acre e seus significados, promovendo um momento lúdico e de sistematização do conhecimento. Sugestões de perguntas para o Quiz:

Quadro 10 – Quiz

Perguntas em português	Perguntas em Libras
1. O município de Rio Branco tem esse nome por causa de qual referência? a) Cor da areia das margens do rio. b) Nome de um governador do Acre. c) Homenagem ao Barão do Rio Branco. d) Nome de uma árvore típica da região.	
2. Qual é o significado do nome do município de Cruzeiro do Sul? a) Referência a uma constelação visível na região. b) Nome de um antigo missionário. c) Tipo de planta medicinal usada no local. d) Nome de um rio que corta a cidade.	
3. Plácido de Castro homenageia quem? a) Um poeta brasileiro. b) Um líder da Revolução Acreana. c) Um cientista que estudou a Amazônia. d) Um rio importante da região.	
4. Tarauacá tem origem em qual língua e o que significa? a) Língua espanhola – “rio das pedras”. b) Língua indígena – “rio dos paus podres”. c) Língua portuguesa – “terra vermelha”. d) Língua africana – “cachoeira grande”.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Concluídas essas ações, a proposta segue com os conhecimentos dos sinais toponímicos em Libras que nomeiam os municípios acreanos.

7.1.5.2 Segunda etapa – Conhecimento dos Sinais Toponímicos em Libras

O objetivo da segunda etapa é apresentar os sinais dos municípios do Acre conforme o Inventário de Libras de Rio Branco, Acre, destacando sua relevância como registro histórico, linguístico e cultural. O inventário, conforme ressaltam Sousa e Garcia (2023) e Sousa et al. (2025), constitui-se como uma importante ferramenta de documentação e valorização da Libras, possibilitando a preservação de sinais que representam o território acreano e fortalecendo a identidade linguística da comunidade surda local.

A abordagem dessa etapa dialoga com a Linguística Aplicada Crítica (LAC), que, conforme apontado por Rajagopalan (2003, 2006), Moita-Lopes (1996, 2006) e Rocha e Daher (2015), não deve restringir-se à mera aplicação técnica de conhecimentos linguísticos, mas assumir uma postura ética, crítica, engajada e interdisciplinar diante dos fenômenos da linguagem, reconhecendo seus efeitos sociais, culturais e políticos. Assim, ao apresentar os sinais toponímicos, busca-se não apenas ensinar uma lista de nomes em Libras, mas também refletir sobre os processos de nomeação, pertencimento e representatividade que esses sinais carregam, especialmente no contexto amazônico e indígena do Acre.

A toponímia em Libras, neste sentido, constitui-se como um campo interdisciplinar, que articula História, Geografia, Estudos Culturais e Educação de Surdos, sendo também uma marca de pertencimento surdo no território e um instrumento de valorização cultural. Ao mapear e difundir esses sinais, contribui-se para que os estudantes surdos se reconheçam como agentes de memória e produtores de conhecimento sobre seu espaço.

As perguntas norteadoras para esta etapa incluem: Você conhece os sinais em Libras dos municípios do Acre? Por que é importante nomear os lugares em Libras? Você conhece as referências dos sinais dos municípios em Libras? – conforme apresentação em português e Libras a seguir.

Quadro 11 – Ações 4

Ações em português	Ações em Libras
Você conhece os sinais em Libras dos municípios do Acre?	
Por que é importante nomear os lugares em Libras?	
Você conhece as referências dos sinais dos municípios em Libras? Vamos conhecer os sinais e depois apresentar as referências de cada sinal.	
No mapa em branco, indique os nomes dos municípios em português e, depois, em escrita de sinais.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A atividade será organizada da seguinte forma: inicialmente, os estudantes receberão um mapa em branco do Acre, onde deverão indicar os nomes dos municípios em português e, posteriormente, em escrita de sinais.

Figura 34 – Atividade localização dos municípios

Fonte: www.aiophotoz.com

Em seguida, o professor apresentará todos os sinais dos municípios acreanos em Libras, contextualizando cada um e explicando suas referências culturais, históricas ou geográficas.

Quadro 12 – Links dos Sinais toponímicos dos municípios acreanos

Municípios	Links
Acrelândia	https://youtu.be/5G81RJd8i8g
Assis Brasil	https://youtu.be/iaSL7l-HTPg
Brasileia	https://youtu.be/J0w6gRMfw30
Bujari	https://youtu.be/lST2RGF8umY
Capixaba	https://youtu.be/qPTlanfdGAI
Cruzeiro do Sul	https://youtu.be/HfjIUsfhuPo
Epitaciolândia	https://youtu.be/bkNTQE5JCTU
Feijó	https://youtu.be/55VloskOYDE
Jordão	https://youtu.be/1pQPfFqZGw
Mâncio Lima	https://youtu.be/XdErDgURR98
Manoel Urbano	https://youtu.be/ZW9NRTIRUXM
Marechal Thaumaturgo	https://youtu.be/gVsOvbxo89c
Plácido de Castro	https://youtu.be/YA4RHWonxic
Porto Acre	https://youtu.be/5qeRXEthtsM
Porto Walter	https://youtu.be/5qeRXEthtsM
Rio Branco	https://youtu.be/tz8DT1CXEEQ
Rodrigues Alves	https://youtu.be/ZsoGi_4F_OE
Santa Rosa do Purus	https://youtu.be/ZXzHKCTW5UQ
Sena Madureira	https://youtu.be/nrZ3HcgkPpA
Senador Guiomard	https://youtu.be/4PEvqW7ovEI
Tarauacá	https://youtu.be/q11K94iNLeQ
Xapuri	https://youtu.be/wNycJVQw8s4

Fonte: Inventário de Libras de Rio Branco, Acre (2023).

Dando continuidade à segunda etapa, propõe-se uma atividade de localização no mapa, na qual cada aluno deverá identificar no mapa do Acre o município correspondente ao sinal apresentado, escrevendo o nome em português e posteriormente em escrita de sinais. Essa atividade promove a associação entre a representação geográfica e a representação linguística em Libras, reforçando tanto o conhecimento toponímico quanto as habilidades de espacialização visual.

Em seguida, será realizada uma discussão em Libras sobre a iconicidade dos sinais, com foco nas perguntas: O que os sinais revelam sobre a geografia, a cultura ou as profissões locais? Essa etapa é essencial para que os alunos percebam que os sinais toponímicos não são arbitrários, mas carregam elementos de identidade, história e memória coletiva, conectando-se a aspectos específicos de cada município, como características naturais, práticas econômicas ou referências culturais.

Para enriquecer o processo, os estudantes serão estimulados a utilizar o ChatGPT ou outros aplicativos de Inteligência Artificial (IA) para buscar imagens representativas dos

municípios acreanos, como pontos turísticos, elementos culturais, manifestações artísticas ou paisagens naturais. Essa prática favorece a pesquisa autônoma, estimula a curiosidade e contribui para a construção de um repertório visual, fundamental para o ensino bilíngue, especialmente para alunos surdos. Conforme já discutido em etapas anteriores, o uso da IA nesse contexto reforça a personalização do aprendizado e amplia as possibilidades de acesso a informações visuais e textuais de maneira inclusiva e dinâmica.

Quadro 13 – Ações 5

Ações em português	Ações em Libras
Atividade de localização no mapa: cada aluno localiza no mapa o município correspondente ao sinal, escreve o nome em português e em escrita de sinais.	
Discussão em Libras sobre a iconicidade dos sinais: o que os sinais revelam sobre a geografia, cultura ou profissão local?	
Utilize ChatGPT ou outro aplicativo de Inteligência Artificial (IA) para buscar imagens representativas dos municípios acreanos.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após essas ações indicadas nas etapas 1 e 2, o aluno surdo assumirá a função de pesquisador, estimulando sua autonomia, interação e utilização de recursos variados.

7.1.5.3 Terceira etapa – Investigação Toponímica e Pesquisa de Campo

A terceira etapa tem como objetivo estimular os alunos surdos como pesquisadores e protagonistas do processo de construção do conhecimento, transformando-os de receptores em agentes ativos do processo educativo. Essa etapa materializa o protagonismo surdo, entendido aqui como a possibilidade de o estudante surdo assumir o papel central na investigação, tomada de decisões e produção de saberes. Conforme define Ruzza (2020), esse protagonismo emerge quando pessoas surdas, a partir de suas próprias vivências, ocupam espaços de decisão e de fala, fortalecendo a comunidade surda e promovendo transformações sociais necessárias.

Essa concepção articula-se à noção de autonomia surda, que pressupõe que os estudantes sejam conduzidos pela língua de sinais, reconhecendo-se como surdos, com identidade e cultura próprias. Como afirmam Lara e Perlin (2020, p. 138), "A identidade surda se sobrepõe quando há a identificação do surdo enquanto sujeito diferente. É sob o signo da diferença que há a permissão para a ação nas tramas sociais e, conseqüentemente, há movimento social." Essa perspectiva está em consonância com a Lei nº 14.191/2021, que incluiu os estudantes surdos nas diretrizes da educação bilíngue de surdos, reafirmando a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem sua língua, sua cultura e sua singularidade no processo educativo.

No contexto toponímico, Sousa (2007) já ressaltava a importância de envolver os alunos, desde a educação básica, como pesquisadores de seu território, fomentando práticas interdisciplinares que articulem Língua Portuguesa, Libras, Geografia, História e Estudos Culturais. Assim, esta etapa propõe que os estudantes avancem da mera apropriação de informações para a produção ativa de conhecimento, realizando pesquisas de campo e entrevistas com surdos da comunidade para investigar as motivações históricas, culturais e geográficas dos sinais que nomeiam os municípios acreanos. As ações norteadoras (em português e em Libras) são indicadas a seguir.

Quadro 14 – Ações 6

Ações em português	Ações em Libras
Agora vocês vão realizar entrevistas com surdos da comunidade sobre as motivações dos sinais desses municípios.	
Vamos produzir vídeos em Libras relatando a história, a motivação do sinal e as influências geográficas/culturais.	
Agora vamos comparar o nome do município em português e o sinal correspondente em Libras: quais são as relações, rupturas, influências da língua escrita?	

Vamos preparar exposições para apresentar aos colegas de turma. As exposições serão em Libras.	
---	---



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas ações reforçam a centralidade da Libras como língua de instrução e expressão científica, fortalecendo o pertencimento e a visibilidade surda dentro da escola. Importa ressaltar que todas essas possibilidades foram construídas a partir do trabalho colaborativo de docentes surdos, que atuaram ativamente na elaboração da proposta didática, reafirmando a importância da participação da comunidade surda não apenas como público-alvo, mas como coprodutora de práticas pedagógicas inovadoras.

7.1.5.4 Quarta etapa – Articulação Interdisciplinar

A quarta etapa tem como objetivo integrar os conhecimentos geográficos, históricos e linguísticos a partir da observação dos dados toponímicos em Libras, promovendo um aprendizado que valoriza a diversidade cultural e linguística e que se ancora em uma perspectiva bilíngue e intercultural. Essa etapa favorece a ampliação do repertório dos estudantes surdos, permitindo que eles relacionem os sinais toponímicos às características físicas, culturais e históricas dos municípios acreanos.

Para a realização desta etapa, o professor deverá providenciar os seguintes materiais:

- a) Mapa do Acre (impresso em grande formato ou projetado em tela);
- b) Cartões com os nomes dos municípios em português escrito;
- c) Cartões com imagens ou ilustrações relacionadas aos municípios (relevo, rios, vegetação, símbolos culturais);
- d) Espaços para registro em Libras (folhas ou quadro para desenho/escrita visual);
- e) Adesivos ou ícones para fixar no mapa, representando os sinais e elementos culturais identificados.

Essa etapa dialoga diretamente com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que valoriza a interdisciplinaridade e o uso de diferentes linguagens para promover aprendizagens significativas, e com os referenciais para o ensino de Libras, que defendem práticas visuais, funcionais e contextuais. Conforme destacam Stumpf e Linhares (2021, p. 196), a interculturalidade possibilita a expressão das múltiplas culturas humanas e inclui a educação bilíngue voltada para os surdos. Por meio dela, torna-se viável tanto a produção de saberes a partir de uma perspectiva plurilíngue quanto a valorização de manifestações artísticas,

culturais e identitárias. Esse conceito também se evidencia na abordagem interdisciplinar adotada por alguns professores, que integram diferentes conteúdos em suas práticas pedagógicas.

Reconhecer a diversidade cultural e linguística, nesse contexto, promove experiências visuais, linguísticas e históricas dos surdos a partir de suas interações com diferentes culturas, sejam elas surdas ou ouvintes. Essa relação deve ser considerada com igual valor, reafirmando as marcas históricas de desigualdades e discriminações enfrentadas pelos surdos, mas também a potência de suas culturas na construção de novas práticas educativas.

De acordo com Faria-Nascimento (2021), o ensino voltado para estudantes surdos deve ser estruturado de maneira bilíngue, envolvendo a Libras como língua de mediação e o português escrito como língua de instrução, e ao mesmo tempo respeitar a visualidade surda, garantindo que o aprendizado seja acessível e significativo. Esse ensino precisa ser *funcional*, centrado no uso real da língua, *contextualizado*, partindo da realidade e das experiências dos estudantes, e *autêntico*, baseado em textos e materiais reais, e não artificiais. Além disso, deve contemplar uma perspectiva *intercultural*, reconhecendo tanto a cultura surda quanto a cultura do outro, ser *dialógico*, promovendo a interação contínua entre professores e estudantes, e *multissemiótico*, incorporando diferentes representações linguísticas e visuais. Por fim, deve ser contrastivo, evidenciando as semelhanças e diferenças entre Libras e português, permitindo uma compreensão crítica e integrada das duas línguas.

Assim, nesta etapa, os estudantes serão convidados a organizar os dados toponímicos previamente trabalhados em uma dinâmica colaborativa, fixando no mapa os nomes dos municípios (em português e em Libras), associando-os a imagens representativas e registrando suas observações. De acordo com Fazenda (1999; 2015), atividades desse tipo promovem a construção coletiva do conhecimento, estimulando a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências cognitivas e metacognitivas por meio da interação com diferentes linguagens e suportes visuais. Nesse contexto, o mapa deixa de ser apenas um recurso de localização geográfica para se tornar uma ferramenta de investigação e produção científica, integrando linguística, história, geografia e artes visuais.

Complementando essa perspectiva, Japiassu (1976; 1992) e Moita-Lopes (1996) destacam que a linguagem deve ser compreendida como prática social situada, marcada por contextos culturais e históricos, o que reforça a importância de trabalhar a toponímia como campo interdisciplinar e como expressão da identidade surda no território. Ao relacionar os sinais em Libras aos municípios, os alunos percebem como a língua de sinais reflete e representa

saberes locais, contribuindo para o fortalecimento da cultura surda e o reconhecimento do pertencimento ao espaço.

Para essa atividade, cada área do conhecimento contribui de maneira articulada: na Geografia, os alunos associam cada município ao seu relevo, rios, vegetação e atividades econômicas predominantes; na História, relatam fatos importantes sobre a fundação e as origens étnico-culturais dos municípios; no Português, analisam a etimologia dos topônimos, investigando se têm origem indígena, portuguesa ou mista; e em Libras, identificam o sinal correspondente a cada município, explicando sua iconicidade, possíveis empréstimos do português e a forma como o sinal comunica significados ligados ao território e à cultura local.

Essa abordagem reforça a interdisciplinaridade, integra múltiplas linguagens e evidências visuais, e coloca os estudantes como agentes ativos na produção e sistematização do conhecimento, promovendo aprendizagens significativas e a valorização da cultura e da língua surda no contexto amazônico.

Quadro 15 – Ações 7

Ações em português	Ações em Libras
A turma irá se dividir em 4 grupos : Geografia, História, Português e Libras. Cada grupo receberá um conjunto de cartões com informações relacionadas à sua área.	
Geografia: Associar o município ao seu relevo, rios, vegetação e atividade econômica predominante.	
História: Contar um fato importante sobre a fundação e as origens étnico-culturais do município.	
Português: Analisar o topônimo escrito: origem indígena? portuguesa?	

Libras: Identificar o sinal do município em Libras e explicar sua iconicidade e seus empréstimos do português.	
--	---



Fonte: Elaborado pelo autor.

7.1.5.5 Quinta etapa – Produção Final e Divulgação

A quinta etapa tem como objetivo sistematizar e socializar o conhecimento construído nas etapas anteriores, permitindo que os estudantes surdos se tornem protagonistas do processo de aprendizagem e que a produção seja compartilhada com a comunidade escolar e local. Para isso, cada grupo será responsável por fixar suas informações no mapa, criando um painel visual que organize os dados toponímicos, imagens e registros referentes aos municípios do Acre, em português e em Libras.

Os sinais em Libras serão apresentados por meio de vídeos gravados pelos próprios alunos ou encenados ao vivo, garantindo que todos possam visualizar a relação entre o nome do município e o sinal correspondente, fortalecendo a percepção da iconicidade e das referências culturais, geográficas e históricas incorporadas à língua de sinais. O professor poderá complementar essas apresentações mostrando imagens ou fornecendo pistas sobre relevo, história e língua, desafiando os alunos a apontarem no mapa o município correto e apresentarem o sinal em Libras correspondente, promovendo uma aprendizagem ativa e interativa.

Após essa etapa, as produções poderão ser expostas inicialmente na sala de aula e, posteriormente, para a comunidade escolar, ampliando a visibilidade da pesquisa e valorizando o trabalho dos estudantes como pesquisadores e divulgadores do conhecimento. Para consolidar e tornar o material acessível de forma contínua, será criada uma página digital bilíngue (Português/Libras), reunindo os municípios, seus sinais e as histórias que motivaram cada sinal, permitindo que a informação seja consultada de maneira inclusiva e duradoura.

Essa sequência de atividades integra diferentes modalidades de linguagem e representação, promovendo reflexões multissemióticas, articulação interdisciplinar, valorização da Libras, autonomia surda e protagonismo dos estudantes. Ao mesmo tempo, reforça os princípios do ensino bilíngue, em que a língua de sinais atua como meio de instrução e mediação do conhecimento, e o português escrito como língua de registro e ampliação do aprendizado, tornando a aprendizagem significativa, inclusiva e culturalmente relevante.

Quadro 16 – Ações 8

Ações em português	Ações em Libras
Cada grupo fixa suas informações no mapa, criando um painel visual.	
Os sinais em Libras serão apresentados em vídeo (gravados no celular) ou encenados ao vivo, para que todos visualizem a relação entre nome e sinal.	
O professor mostra imagens, dá pistas de relevo, história ou língua, e os alunos têm que apontar no mapa o município e apresentar o sinal em Libras correspondente.	
Podemos expor as produções na sala e, depois, para a comunidade escolar.	
Criar uma página digital bilíngue (Português/Libras) com os municípios, seus sinais e histórias.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

7.1.5.6 Sexta etapa – Avaliação

A sexta etapa tem como objetivo avaliar os resultados do projeto e promover uma reflexão sobre as contribuições da toponímia em Libras para a aprendizagem interdisciplinar de estudantes surdos. Para isso, são propostas ações de avaliação e autoavaliação que envolvem tanto o olhar crítico dos alunos sobre seu próprio aprendizado quanto a análise do progresso do grupo como um todo.

Entre as atividades avaliativas, os estudantes participarão de um debate rápido, respondendo perguntas como: O que aprendemos sobre os nomes dos municípios? Como a Libras nos ajuda a compreender nossa geografia e história? Qual município apresentou a

história mais curiosa? Em seguida, cada estudante será convidado a refletir individualmente sobre seu desempenho, considerando questões como: Como foi seu envolvimento nas atividades? Você conseguiu aprender sobre história e geografia do Acre por meio da toponímia em Libras? O que poderíamos incluir no projeto para torná-lo ainda mais completo? Esse processo evidencia a importância da avaliação formativa, entendida não apenas como um momento de aferição de conhecimentos, mas como ferramenta para consolidar aprendizagens, incentivar a autonomia surda e ajustar práticas pedagógicas futuras.

Quadro 17 – Ações de avaliação

Ações em português	Ações em Libras
Debate rápido: O que aprendemos sobre os nomes dos municípios?	
Como a Libras nos ajuda a compreender nossa geografia e história? Qual município teve a história mais curiosa?	
Agora é a hora de você de avaliar: como foi seu envolvimento nas atividades? Você conseguiu aprender sobre história e geografia do Acre por meio da toponímia em Libras? O que poderíamos incluir no projeto para melhorar?	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O fechamento das etapas reforça que cada momento do projeto foi cuidadosamente planejado e implementado por professores e professoras surdas com experiência na educação de surdos, garantindo que as estratégias respeitassem a Libras como língua natural, priorizassem a visualidade e a iconicidade dos sinais e fossem pautadas em bases legais como a Lei nº 14.191/2021.

Além disso, toda a proposta integra princípios da Linguística Aplicada Crítica, incentivando uma postura ética, reflexiva e engajada diante dos fenômenos linguísticos, promove a interdisciplinaridade, ao relacionar Língua Portuguesa, História, Geografia e Libras, e valoriza a toponímia em Libras como campo de conhecimento que fortalece a identidade surda e o pertencimento ao território. Dessa forma, cada etapa contribuiu para que os estudantes se

tornassem pesquisadores ativos, críticos e autônomos, capazes de compreender, produzir e compartilhar saberes que articulam língua, cultura e território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação bilíngue de surdos, fundamentada no reconhecimento da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda, constitui-se como uma diretriz essencial para a promoção do acesso equitativo ao conhecimento, à cultura e à participação social. Apesar dos avanços nas últimas décadas, sobretudo com o fortalecimento de políticas linguísticas e educacionais específicas, ainda se observa uma escassez de estudos que proponham práticas pedagógicas concretas, aplicáveis e sistematizadas, capazes de responder às demandas reais das escolas bilíngues. Grande parte das pesquisas concentra-se em análises teóricas, diagnósticos ou discussões sobre a importância da abordagem bilíngue, mas poucas materializam tais reflexões em propostas didáticas detalhadas, construídas de forma colaborativa com docentes surdos. Nesse contexto, este estudo busca preencher essa lacuna ao desenvolver, de maneira participativa, uma proposta pedagógica voltada para o ensino da toponímia em Libras, articulando aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos.

A realização da oficina colaborativa com docentes surdos, voltada à análise, reflexão e reformulação de uma proposta didática para o ensino da toponímia em Libras, possibilitou a emergência de elementos centrais para responder à pergunta de pesquisa: em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas para o ensino de Toponímia que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de Surdos? Com base nos registros, nas interações e nas reformulações propostas ao longo das oficinas, é possível afirmar que o planejamento colaborativo entre docentes surdos, mediado por uma abordagem bilíngue, crítica e interdisciplinar, revelou-se profundamente fecundo para a elaboração de propostas pedagógicas culturalmente significativas, linguisticamente adequadas e metodologicamente coerentes com as necessidades da educação de surdos. Os resultados evidenciam que a escuta qualificada dos docentes surdos, enquanto sujeitos epistêmicos que vivenciam as especificidades da Libras e da cultura surda no cotidiano escolar, enriquece o processo de construção curricular, promove a ressignificação dos conteúdos escolares e fortalece uma pedagogia do protagonismo e da diferença.

Ao envolver quatro docentes surdos (dois homens e duas mulheres) no centro do planejamento pedagógico, esta pesquisa desloca o lugar tradicional de tomada de decisões – historicamente centrado em sujeitos ouvintes – e promove uma reconfiguração epistêmica no campo educacional. Tal movimento alinha-se a Lara e Perlin (2020), que defendem uma educação que valorize a autonomia e a agência do sujeito surdo enquanto produtor de saberes

e práticas, e a Stumpf e Linhares (2021), que ressaltam a importância da interculturalidade para a expressão das múltiplas culturas humanas, incluindo a educação bilíngue de surdos. Nesse sentido, a abordagem aqui adotada não apenas integrou diferentes áreas do conhecimento – Linguística, Geografia e História – mas também articulou experiências visuais, linguísticas e históricas dos surdos, reafirmando suas marcas identitárias e enfrentando as desigualdades e discriminações historicamente vividas, sem deixar de valorizar a potência transformadora de suas culturas.

A proposta didática reformulada a partir das oficinas evidencia esse deslocamento epistêmico: incorpora a visualidade como eixo estruturante, valoriza os elementos culturais e identitários dos sinais toponímicos, promove a interdisciplinaridade e propõe metodologias acessíveis, multimodais e críticas, que respeitam o modo de percepção e produção de conhecimento dos estudantes surdos. Essa escolha metodológica está em consonância com Campello (2008) e Lacerda et al. (2016), ao priorizar materiais visuais e estratégias que dialoguem com a experiência sensorial e cultural surda, e com Faria-Nascimento (2021), ao contemplar um ensino bilíngue funcional, contextualizado, multissemiótico e contrastivo, que valoriza a Libras como língua de mediação e o português escrito como língua de instrução.

Em relação aos objetivos específicos, todos foram plenamente alcançados.

- a) Ao discorrer sobre os fundamentos teóricos da toponímia em Libras e sua relação com a cultura e identidade surda, a pesquisa evidenciou que os sinais toponímicos não se limitam a representar nomes de lugares, mas constituem práticas culturais e identitárias, enraizadas na experiência visual e na memória coletiva da comunidade surda. Assim, reafirma-se o papel da toponímia em Libras como campo simbólico de resistência, pertencimento e expressão da diferença.
- b) Ao problematizar a perspectiva da colaboração no planejamento do trabalho docente e da educação bilíngue de surdos, constatou-se que o diálogo entre professores surdos, ancorado na experiência e na cultura visual, é condição essencial para a construção de práticas pedagógicas críticas e emancipadoras. Essa colaboração rompe com hierarquias impostas historicamente e consolida um modelo de formação e planejamento que reconhece o surdo como sujeito epistêmico e produtor de conhecimento.
- c) Por fim, ao analisar o processo de construção e reformulação de propostas didático-metodológicas que considerem os aspectos linguísticos e culturais da educação de surdos, o estudo mostrou que a reformulação colaborativa de materiais e estratégias

didáticas, com base na experiência docente e no Inventário de Libras de Rio Branco, resulta em práticas mais coerentes com as realidades linguísticas e culturais locais, fortalecendo o vínculo entre língua, território e identidade.

Do ponto de vista do objetivo geral da tese, pode-se concluir que os resultados alcançados apontam fortemente para a viabilidade e a potência de um planejamento colaborativo protagonizado por docentes surdos. A proposta construída reflete o reconhecimento da Libras como língua legítima de instrução e investigação; a valorização da experiência cultural surda; a atenção à iconicidade e aos empréstimos linguísticos nos sinais toponímicos (Sousa, 2022; 2023); e o comprometimento com práticas pedagógicas interdisciplinares, como defendem Fazenda (1999), Japiassu (1976), Moita Lopes (2006) e Rajagopalan (2006). Ao dialogar com a Linguística Aplicada Crítica (Moita Lopes, 2006), este estudo assume uma perspectiva que questiona hierarquias linguísticas e epistemológicas, inscrevendo-se no campo da justiça social e da justiça linguística.

Em termos acadêmicos, a pesquisa apresenta um ineditismo relevante: é a primeira tese a tratar da toponímia em Libras articulada ao ensino, resultando em uma proposta didática concreta, elaborada de forma colaborativa por docentes surdos. Do ponto de vista social, o estudo contribui para o fortalecimento do ensino bilíngue de surdos, promovendo o protagonismo surdo como princípio estruturante das práticas pedagógicas. Culturalmente, reafirma a centralidade da pessoa surda e da Língua Brasileira de Sinais, reconhecendo-a não apenas como meio de comunicação, mas como patrimônio linguístico e cultural.

O impacto potencial desta pesquisa ultrapassa os limites do estudo: pode subsidiar políticas educacionais bilíngues no estado do Acre e em outras regiões do país, influenciar práticas de formação docente e fomentar iniciativas de lexicografia em Libras, especialmente no campo da Onomástica e da Toponímia. Como desdobramentos futuros, destaca-se a importância de aplicar e avaliar a proposta didática em contextos reais de sala de aula, produzindo dados empíricos sobre sua efetividade e potencial de adaptação a diferentes níveis de ensino. Sugere-se, ainda, a ampliação do Inventário de Libras de Rio Branco e o desenvolvimento de materiais didáticos bilíngues, que unam o registro lexicográfico à prática pedagógica, fortalecendo o ensino e a difusão da Libras em suas múltiplas dimensões regionais e culturais.

Em síntese, o trabalho coletivo desenvolvido durante a oficina demonstrou que o planejamento realizado por docentes surdos, em ambiente de escuta, respeito e colaboração, é

essencial para a construção de práticas pedagógicas bilíngues autênticas e transformadoras, que reconhecem a diferença surda como valor e não como déficit. Uma proposta de ensino da toponímia em Libras não se limita a um conteúdo geográfico ou linguístico, mas se constitui como um projeto educativo, social e político, voltado à valorização da língua de sinais, da memória coletiva, das identidades surdas e da justiça linguística e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AILA. **What is AILA**. Website: aila.info/en/about.html. Acesso em: 14/05/2025.
- ALBUQUERQUE, M. **Toponímia em Libras**: descrição e análise dos sinais das escolas de Araguaína, TO. 2021. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal de Tocantins, Araguaína, 2021.
- ANDRADE, K. S. Toponímia e ensino: uma interface interdisciplinar. In: RAMOS, D. V.; ANDRADE, K.; PINHO, M. J. (Org.). **Ensino de língua e literatura**: reflexões e perspectivas interdisciplinares. 1. ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2011. v. 1, p. 155-170.
- ANDRADE, K. S.; PEREIRA, N. R. Proposta de ensino da onomástica na educação infantil pela base nacional comum curricular. **Humanidades & Inovação**, v. 8, 2021, p. 258-265.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- CAMPELLO, A. R. S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- CARNEIRO, B. G. Ampliação lexical da Libras: aspectos icônicos. **Leitura**, Maceió, v. 1, n. 57, p. 104-119, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2840>. Acesso em: 11 out. 2021.
- CORRÊA, G. C. G.; CAMPOS, I. C. P.; ALMAGRO, R. C. **Ensaaios pedagógicos – Revista do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSCar**. Sorocaba, v.2, n.1, 2018, p.62-72. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/60/89>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- CORREIA, J. V.; MOREIRA, L. P. D.; SEIDE, M. S. A aplicabilidade do estudo da onomástica como ferramenta de ensino. In: VIII Colóquio de Práticas Docentes, 2023. **Anais do VIII Colóquio de Práticas Docentes**. v. 1, 2023, p. 1-23.
- DIAS, M. R. F.; SEIDE, M. S. ODS, onomástica e ELE na abordagem da crise hídrica no México. In: IX Colóquio de Práticas Docentes: Literatura e Ensino: Cultura, Memória e Diálogos, 2024, Marechal Cândido Rondon. **Anais do IX Colóquio de Práticas Docentes**. Cascavel: Unioeste, 2024. v. 1, p. 1-12.
- DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia do Brasil**: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.
- DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FARIA-NASCIMENTO, S. P. **Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira**: uma proposta lexicográfica. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2009.
- FARIA-NASCIMENTO, S. P. et al. **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior**.

Caderno Introdutório. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021a.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. et al. **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno 1. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021b.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. et al. **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno 2. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021c.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. et al. **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno 3. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021d.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. et al. **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno 4. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021e.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. et al. **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno 5. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021f.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade:** Didática e Prática de Ensino. Revista Interdisciplinaridade, n. 6, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623> Acesso em: 29 abr. 2025.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade:** História, Teoria e Pesquisa. 2 ed. Campinas: Papirus, 1999.

FERREIRA, D. B. dos S. **Estudo toponímico do centro comercial de Feira de Santana-BA:** línguas orais e Libras. 2019. 186 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FIGUEIREDO, S. C. M.; CASTRO, M. C. D. **Onomástica para jovens:** uma abordagem sobre os nomes para as aulas de língua materna e estrangeira. In: SIMÕES, D. M. (Org.). Propostas didático-pedagógicas para as aulas de Português. 1. ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019. v. 1, p. 169-198.

FRANÇA, D. F. **Toponímia urbana:** proposta para o ensino bilíngue de surdos a partir do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre. 2025. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2025.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa.** 2005, vol.31, n.3, p.483-502. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>. Acesso em 30 jun. 2018.

- GIANOTTO, A. O. **O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local**. 144f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco: Campo Grande, 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, E. M.; SOUZA, F. F. Pedagogia visual na educação de surdos: análise dos recursos visuais inseridos em um LDA. **Revista Docência e Ciberultura**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.49323>
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JAPIASSU, Hilton. **A atitude interdisciplinar no sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- JESUS, C. M. A. de. **Estudo toponímico dos bairros de Feira de Santana-BA: línguas orais e Libras**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- KUYVEN, N. L.; ANTUNES, C. A.; BARROS VANZIN, V. J.; SILVA, J. L. T.; KRASSMANN, A. L.; TAROUÇO, L. M. R. Chatbots na educação: uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2018.
- LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; LODI, A. C. B.; GURGEL, T. Educação inclusiva bilíngue par alunos surdos: pesquisa e ação em uma rede pública de ensino (Orgs) **Escola e Diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p 13-28.
- LARA, A. P. G.; PERLIN, G. Protagonismo surdo e educação. In: SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. **Perspectivas para o ensino de línguas 4**. Rio Branco: EDUFAC, 2020, p. 136-143.
- LILLO-MARTIN, D.; GAJEWSKAY, J. **One grammar or two?** Sign Languages and the Nature of Human Language. *WIREs Cognitive Science*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 387-401, 2014.
- LIMA, A. B. Ética em pesquisa: implicações para a educação superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, p. 516-526, 2016. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/download/21/168>. Acesso em 30 jun. 2018
- LIMA, J. C.; RIBEIRO, L. A. O gênero discursivo textual mapa: um olhar languageiro sobre a cartografia escolar. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 47, 2023, p. 85-99.
- LIMA, M. A. C., MARTINS, P. L. O. Pesquisa-ação: Possibilidade para a prática problematizadora com o ensino. **Revista Diálogo Educacional**, n. 6, 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=236&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em 30 jun. 2018.
- LOPES, A. M. M.; NETTO, J. F. M. Sistemas Tutores Inteligentes: um Mapeamento das Produções Brasileiras. In: **Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE)**, p. 1313-1322, 2020.
- MACKENZIE, L. What's in a name? Teaching linguistics using onomastic data. **Language**, v. 94, n. 4, 2018, p. e293-e310.

- MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África – desconstruindo a noção de “língua”. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.
- MARIEIEV, D.; MINIAILO, R.; MARTIN, O.; TRETYAK, N.; MOISEIENKO, N. Use of onomastic material in the educational space. **Amazonia Investiga**, 2024.
- MARINS, M. J. S. **Estudo toponímico português-Libras das unidades de saúde de Feira de Santana-BA**. 147f. Tese (Doutorado em Estudos linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.
- MIRANDA, R. G. **Toponímia em Libras**: descrição e análise dos sinais dos municípios de Tocantins. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Tocantins, Porto Nacional, 2020.
- MOITA-LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.
- MOITA-LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- MOURA, M. C. de. Surdez e linguagem. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: edufscar, 2013. p. 13 – 26.
- PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.
- PERLIN G.; REIS, F. **Surdos**: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, G.; STUMPF, M. (Org.) **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012.
- PERNISS, P. **Space and iconicity in German Sign Language (DGS)**. 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2066/30937>. Acesso em: 5 maio 2020.
- QUADROS, R. M.; SOUSA, A. M. Brazilian Sign Language corpus: Acre Libras Inventory. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 29, n. 2, 2021, p. 805-828. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/17344>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- QUADROS, R. M. et al. Inventário Nacional de Libras. **Fórum linguístico**, v. 17, n. 4, 2020.
- QUADROS, R. M. **Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.
- RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.
- REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. S. Propostas de oficinas pedagógicas para o Ensino Médio: os topônimos inseridos na prática escolar. In: SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (Org.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. 1. ed. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2019. v. 1, p. 75-84.
- RICHTER, D. A linguagem cartográfica no ensino em Geografia. In: **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, 2017, p. 283-7.

ROCHA, D.; DAHER, D. C. Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar? **DELTA**, v. 31, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445062753693134622>

ROJO, R. H. R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

RUZZA, M. L. F. **Protagonismo surdo: currículo como construção da autoria**. 273f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2020.

SANTOS, A. M.; SOUZA, B. A. H.; SEIDE, M. Proposta de introdução aos estudos de onomástica em aulas regulares de língua portuguesa para o ensino fundamental. In: VIII Colóquio de Práticas Docentes, 2023. **Anais do VIII Colóquio de Práticas Docentes**. 2023. p. 1-18.

SANTOS, M. M.; SOUSA, A. M. Toponímia e interdisciplinaridade: aplicação de um projeto de intervenção no 6º ano do Ensino Fundamental. In: CASTIGLIONI, A. C.; TRIBESSE, A. P. P. D. (Org.). **Léxico e ensino: resultados de pesquisas**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2022. v. 1, p. 101-124.

SEIDE, M. S. Toponímia, ensino e interdisciplinaridade: proposição de objetos de ensino para o Ensino Fundamental II. In: SOUZA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (Org.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. 1. ed. Rio Branco: Edufac, 2022. v. 6, p. 81-94.

SEIDE, M. S.; LUCAS, P. Ensino de onomástica na educação básica: um relato de experiência pedagógica. In: SOUZA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (Org.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. 1. ed. 2024. v. 8, p. 83-100.

SERRANO, F. P. **Pesquisar no labirinto: tese de doutorado, um desafio possível**. São Paulo: Parábola, 2011.

SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, A. T.; SOUSA, A. M.; CASTRO, M. C. D.; CAVALCANTE, M. S. D. Aplicações pedagógicas da toponímia em Libras a partir da obra Imperatriz: Cidade da Gente. **Humanidades & Inovação**, Imperatriz, v. 8, p. 80-92, 2021.

SILVA, S. C. B.; DARGEL, A. P. T. P. Toponímia e ensino: um estudo sob a perspectiva lexicocultural nos logradouros do município de Mundo Novo/MS. **Revista Letras Raras**, v. 10, 2021, p. 33-53.

SKLIAR, C. Os estudos Surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre/RS: Editora Mediação, 2013.

SKLIAR, C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli. **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2001. p. 85-110.

SOUSA, A. M. Ensino da toponímia em Libras e em Português escrito (L2) para surdos: propostas para a aplicação em sala de aula. **Humanidades & Inovação**, Imperatriz, v. 8, p. 126-140, 2021.

SOUSA, A. M. Toponímia e ensino: propostas para a aplicação no ensino básico. In: **Anais da II Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007. p. 1-14.

SOUSA, A. M. Toponímia em Libras dos bairros de Rio Branco: análise da estrutura dos sinais toponímicos e dos aspectos motivacionais. In: ISQUERDO, A. N. (org.). **Toponímia urbana**

no Brasil: estudos. v. 3. Campo Grande: Editora UFMS, 2023. p. 16–53. (Série Toponímia). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5662>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SOUSA, A. M. **Toponímia em Libras**. 2019. Relatório (Pós-Doutorado em Linguística Aplicada/Libras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SOUSA, A. M.; BARREIROS, L. L. S.; QUADROS, R. M.; STUMPF, M. (orgs.). **Onomástica em Libras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025. DOI: <https://doi.org/10.29327/5509259>.

SOUSA, A. M.; GARCIA, R. Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre: possibilidades para o estudo da variação lexical. **Revista Moara**, n. 6, 2023, p. 107-121. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/16051/10831>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SOUSA, A. M.; GOUVEIA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. **A Cor das Letras (UEFS)**, v. 18, 2018, p. 241.

SOUSA, A. M.; QUADROS, R. M. O web software Toponímia em Libras: pesquisa e ensino. In: SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (Org.). **Perspectivas para o ensino de línguas 3**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2019b. p. 11-33.

SOUSA, A. M.; QUADROS, R. M. Toponímia em Libras: tecnologia e ensino. In: **SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**, 3., 2019, Araranguá. Anais [...]. Araranguá: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019a. p. 137-146. Disponível em:

https://www.academia.edu/68310449/Topon%C3%ADmia_em_Libras_tecnologia_e_ensino.

Acesso em: 14 maio 2025.

SOUSA, A. M. Toponímia em Libras: iconicidade e empréstimos. In: ISQUERDO, A. N.; MARQUES, E. A. (org.). **As ciências do léxico**: volume X: lexicologia, lexicografia, terminologia [recurso eletrônico]. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2023b. p. 80-101.

SOUSA, A. M. **Toponímia em Libras**: pesquisa, ensino e interdisciplinaridade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SOUSA, A. M.; XAVIER, J. C. P.; AMIM, I. B.; GARCIA, R. Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre: documentação e pesquisa. In: SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (Org.) **Perspectivas para o ensino de línguas 9**. Rio Branco: EDUFAC, 2025, p. 9-24.

SOUSA, A. M.; DARGEL, A. P. T. P. Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 6–19, 2021. DOI: 10.14393/Lex11-v6n1a2020-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/60925>. Acesso em: 14 maio 2025.

SOUSA, A. M.; DARGEL, A. P. T. P. Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 7–22, 2020. DOI: [10.14393/Lex5-v3n1a2017-1](https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/53813). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/53813>. Acesso em: 14 maio. 2025.

SOUZA-JÚNIOR, J. E. G. **Nomeação de lugares na língua de sinais brasileira**: uma perspectiva de toponímia por sinais. 2012. 67 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (org.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos**: da Educação Infantil ao Ensino Superior, Vol. 1. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021a.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (org.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**, Vol. 2. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021b.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (org.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**, Vol. 3. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021c.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (org.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**, Vol. 4. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021d.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (org.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**, Vol. 5. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021e.

TAUB, S. **Language from the body**: iconicity and metaphor in American Sign Language. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 179-194, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27989/29770>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa

Participante:

Data de nascimento:

Pesquisador responsável: João Renato dos Santos Junior

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa

Título da pesquisa: *TOPONÍMIA EM LIBRAS: A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA BILÍNGUE PARA O ENSINO DE SURDOS*

Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa desenvolvida como parte da tese de doutorado em Linguística, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), conduzida por João Renato dos Santos Junior. A pesquisa propõe um estudo sobre a análise e o planejamento do trabalho de docentes surdos, para o ensino da Toponímia, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos.

Objetivo da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo analisar em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, para o ensino da Toponímia, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos. A investigação busca responder à seguinte pergunta: Em que medida o planejamento do trabalho de docentes surdos, realizado em perspectiva colaborativa e bilíngue, implica na elaboração de propostas pedagógicas para o ensino de Toponímia que considerem os aspectos linguísticos, culturais e didático-metodológicos da Educação de surdos?

Procedimentos da pesquisa

Sua participação consistirá na realização de análise, oficinas e aprimoramento de atividades interdisciplinares envolvendo a toponímia em Libras para a educação bilíngue de surdos. As atividades serão filmadas para fins de análise.

As filmagens registrarão os momentos de interação dos participantes surdos, e serão utilizadas exclusivamente para análise acadêmica da prática pedagógica e dos dados linguísticos produzidos em Libras.

Riscos e precauções

Durante a realização da pesquisa, os seguintes riscos ou inconvenientes poderão ocorrer:

- a) **Psíquicos** – insegurança ou ansiedade ao ser filmado durante atividades em Libras;
- b) **Físicos** – cansaço decorrente da duração das filmagens;

- c) **Emocionais** – estresse ou desconforto por exposição frente às câmeras;
- d) **Social/Cultural** – mudanças de visão de mundo e comportamento por reflexões decorrentes do processo;
- e) **De identificação pública** – como a Libras é uma língua visual-espacial, os participantes serão identificáveis nos vídeos.

Medidas de prevenção adotadas:

1. O pesquisador tem experiência com a comunidade surda e com a Libras, buscando estabelecer um ambiente de confiança com os participantes.
2. As gravações serão agendadas com antecedência, respeitando o tempo e a disponibilidade dos envolvidos, com pausas sempre que necessário.
3. Conversas informais e acolhimento serão utilizados para minimizar tensões e fadiga.
4. A identidade e a imagem dos participantes só serão divulgadas com o devido consentimento, sendo possível o uso de pseudônimos.
5. Os dados serão armazenados em local seguro, protegidos por senha, e serão descartados após cinco anos.

Benefícios esperados

- Fortalecimento do protagonismo do estudante surdo no contexto escolar;
- Valorização da Libras e da identidade surda por meio da investigação de sinais toponímicos;
- Contribuição para práticas pedagógicas bilíngues e interdisciplinares;
- Produção de conhecimento aplicado à realidade sociocultural e linguística da comunidade surda no Acre.

Custos e remuneração

A participação na pesquisa é voluntária, sem qualquer custo ou pagamento envolvido. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em horário previamente acordado.

Sigilo e uso de imagem

As imagens e vídeos coletados poderão ser utilizados em apresentações e publicações acadêmicas, com a devida autorização. Caso o(a) participante opte por não ter sua imagem divulgada, as gravações serão utilizadas apenas para análise interna e serão descartadas após o uso. O uso de pseudônimos será adotado conforme a vontade do participante.

Direitos do participante

Sua participação é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você tem o direito de esclarecer dúvidas, antes, durante ou após o processo, entrando em contato com o pesquisador responsável ou o orientador da pesquisa:

Pesquisador responsável: João Renato dos Santos Junior

E-mail: joao.junior@ufac.br

Telefone: (68) 99248-1190

Programa de Pós-Graduação em Linguística – UNEMAT

Orientador: Alexandre Melo de Sousa

E-mail: alexlinguista@gmail.com

Telefone: (68) 999003704

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UNEMAT

Termo de Consentimento

Declaro que li este Termo de Consentimento e compreendi as informações relativas à pesquisa acima descrita. Aceito participar voluntariamente do estudo, estando ciente dos procedimentos, riscos, benefícios e direitos assegurados. Recebi uma cópia impressa deste documento.

Assinatura do participante ou responsável:

Data:

Assinatura do Pesquisador responsável:

Data:

ANEXO II

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM

Título da pesquisa:

TOPONÍMIA EM LIBRAS: A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA BILÍNGUE PARA O ENSINO DE SURDOS

Pesquisador responsável:

João Renato dos Santos Junior

Doutorando em Linguística – Programa de Pós-Graduação em Linguística – UNEMAT

E-mail: joao.junior@ufac.br | Telefone: (68) 99248-1190

Orientador:

Dr. Alexandre Melo de Sousa

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UNEMAT

E-mail: alexlinguista@gmail.com | Telefone: (68) 999003704

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM

Participante:

Data de nascimento:

Eu, acima identificado(a), **AUTORIZO** o uso da minha imagem e produção em Língua Brasileira de Sinais (Libras), registradas em foto ou vídeo, durante a realização da pesquisa intitulada “*TOPONÍMIA EM LIBRAS: A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA BILÍNGUE PARA O ENSINO DE SURDOS*”, de responsabilidade do pesquisador João Renato dos Santos Junior.

A presente autorização é concedida de forma **gratuita**, por tempo **indeterminado**, abrangendo o uso das imagens captadas em gravações, entrevistas e atividades desenvolvidas no âmbito da referida pesquisa, exclusivamente para: Análises acadêmicas e científicas; Produção de materiais para fins didáticos, científicos e institucionais; Apresentações em congressos, seminários, defesas acadêmicas e eventos científicos; Publicações em periódicos, livros e plataformas de divulgação científica; Publicação em meios eletrônicos institucionais (sites de universidades, repositórios científicos, etc.).

Declaro estar ciente de que **não haverá divulgação de dados pessoais**, como nome completo, endereço, telefone ou qualquer outra informação que possa comprometer minha privacidade, salvo se expressamente autorizado.

Estou ciente de que **a minha imagem será utilizada com finalidade exclusivamente acadêmica e educativa**, e que posso revogar esta autorização a qualquer momento, mediante solicitação por escrito ao pesquisador, sem que isso implique em prejuízo para mim.

Declaração e Assinaturas

- ☐ **AUTORIZO** o uso da minha imagem e voz, conforme descrito acima.
- ☐ **NÃO AUTORIZO** o uso da minha imagem e voz, mas autorizo minha participação na pesquisa.

Local e data:

Assinatura do(a) participante (ou responsável legal):

Assinatura do pesquisador responsável: